



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**O DISCURSO POLÍTICO E O TEMA CORRUPÇÃO: CONSTRUÇÕES
DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS NA RELAÇÃO ENTRE A VIDA PÚBLICA E A
VIDA PRIVADA**

MICHELE VIANA DA SILVA

SÃO CARLOS

2009



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

**O DISCURSO POLÍTICO E O TEMA CORRUPÇÃO: CONSTRUÇÕES
DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS NA RELAÇÃO ENTRE A VIDA
PÚBLICA E A VIDA PRIVADA**

MICHELE VIANA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Miotello

São Carlos, São Paulo, Brasil

2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586dp

Silva, Michele Viana da.

O discurso político e o tema corrupção : construções discursivo-ideológicas na relação entre a vida pública e a vida privada / Michele Viana da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2009.

139 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Linguística. 2. Discurso político. 3. Ideologia. 4. Público e privado. I. Título.

CDD: 410 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemir Miotello

Valdemir Miotello

Profa. Dra. Luciane de Paula

Luciane de Paula

Profa. Dra. Maria Silvia Cintra Martins

Maria Silvia Cintra Martins

Ao Dagoberto Trevisan

Agradecimentos

A minha diretora, Ana Regina, pelo apoio, pela presteza e por compreender a necessidade da minha ausência.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo pelo projeto bolsa mestrado.

À Mariane Murakami por gentilmente revisar meu trabalho e por acreditar nele.

Aos meus queridos amigos pelo incentivo e pela alegria compartilhada.

A minha família por absolutamente tudo!

Aos meus adoráveis pais, Neci e Eliseu, por me amar e me nutrir, tornando-me capaz de ir além.

Ao Dagoberto não apenas por compreender minha ausência, mas também pelo incansável apoio.

Aos meus queridos mestres da Universidade de Mogi das Cruzes, com os quais dei os primeiros passos acadêmicos e enxerguei um horizonte maior.

Ao meu orientador, meu querido mestre Miotello, por ter acreditado no meu projeto discursivo e por aceitar dar esse passo comigo.

“As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.”

(BAKHTIN, 2004, p.41)

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de investigação o discurso político do Senador Renan Calheiros (o qual no momento dispunha do cargo de presidência), mais precisamente, seus pronunciamentos no Senado Federal após a denúncia de corrupção da Revista *Veja*, em maio de 2007. O trabalho buscou compreender como o sujeito discursivo se defende de tal acusação de forma a verificarmos a relação que se constrói entre o sujeito, seus interlocutores e o objeto de seu discurso. Diante de tais questões-problema, o trabalho segue um caminho teórico-metodológico baseado nos pressupostos de Bakhtin quanto à relação discursivo-ideológica na construção dos sentidos e à interação verbal como essência do sujeito: o princípio dialógico. Observou-se a presença de um confronto discursivo-ideológico entre a vida pública e a vida privada que funciona como deslocamento, como reconstrução do objeto discursivo. No centro do discurso de Renan Calheiros não está sua defesa propriamente dita, mas estão os valores relativos à privacidade e à instituição.

Palavras-chave: discurso político; relação discursivo-ideológica; vida pública e vida privada

Abstract

This dissertation has as its investigation object the political speech of the Senator Renan Calheiros (who, at the moment, occupied the Presidency function), more precisely, his speech at the Federal Senate after a corruption denunciation by *Veja Magazine*, in May/2007. This paper aimed to comprehend how the discursive speaker defends himself from that accusation in order to verify the relation that is built among the speaker, his interlocutors and the discursive object. Before such problem questions, the dissertation follows a theoretical and methodological way based on Bakhtin's concepts concerning the discursive ideological relation as the essential element to comprehend the senses of words and the verbal interaction as the essence of the man (the dialogical principal). The study observed the presence of a confrontation between public life and private life which functions as a way to rebuild the discursive object. In the speech of Renan Calheiros, it is not his self-defense which occupies a central role, but values related to privacy and the institution, the Senate.

Key-words: political discourse; discursive ideological relation; public life and private life

Sumário

Introdução.....	11
-----------------	----

Capítulo 1

Os estudos da linguagem e a questão da subjetividade.....	15
1.1. A perspectiva dialógica.....	16
1.2. Um percurso nos estudos lingüísticos.....	19
1.3. Das concepções de subjetividade ao princípio de alteridade proposto por Bakhtin.....	27
1.4. A concepção de ideologia na perspectiva bakhtiniana.....	30

Capítulo 2

A interação verbal: as relações sociais na construção dos sentidos.....	33
2.1. A questão do tema e da significação.....	34
2.2. As esferas pública e privada.....	37
2.3. A concepção de enunciado como unidade da comunicação discursiva.....	40
2.4. O discurso político: algumas especificidades.....	45

Capítulo 3

Construções discursivo-ideológicas no tocante à vida privada	51
3.1. A manipulação dos sentidos “privacidade” e “família”	52

3.2. A construção discursivo-ideológica da vida pessoal.....	62
--------------------------------------------------------------	----

Capítulo 4

Construções discursivo-ideológicas no tocante à Instituição.....	69
4.1. A valoração do homem público.....	70
4.2. A reconstrução do objeto discursivo.....	75
4.3. A desqualificação de seus não iguais	87
4.4. A não defesa como defesa.....	90

Capítulo 5

A questão da alteridade na constituição dos sentidos e dos sujeitos.....	96
5.1. A construção discursivo-ideológica dos sujeitos e o projeto discursivo.....	97

Considerações finais.....	101
----------------------------------	------------

Referências bibliográficas.....	106
----------------------------------------	------------

Anexo	109
--------------------	------------

Introdução

Muitos são os estudos que procuram entender como os sentidos são construídos. Estudiosos da linguagem instigados a compreender a relação do homem com o mundo que se realiza por meio da linguagem. Como lingüistas, buscamos direcionar nosso olhar para o papel dos sujeitos no que concerne à construção dos sentidos. Pensar a linguagem como fonte de conhecimento do mundo, do outro é concebê-la como a única possibilidade não apenas de aproximação, mas de constituição dos sujeitos.

Esses sujeitos estão inscritos em uma determinada situação de interação. Dessa forma, um estudo que objetiva compreender a relação de construção dos sentidos não pode ignorar a conjuntura sócio-histórica. Ao contrário, pressupõe como relação fundamental língua / sujeito / história. Pois os fatos se tornam história discursivamente.

A partir de uma reflexão acerca da condição histórico-discursiva do Brasil no tocante à política, em que os discursos políticos parecem ocupar um lugar vazio de sentido devido aos casos de corrupção, indagamo-nos quanto ao sentido do discurso político.

O cenário político nacional tem sido ocupado por discursos que, de um lado, denunciam a corrupção e, de outro, por discursos que buscam se defender de tais acusações. O presente trabalho busca refletir a respeito do discurso político no que se refere à corrupção a fim de compreender os sentidos em jogo.

Tfouni (2006) reflete a respeito de como os discursos concernentes aos erros do PT afetam a memória social e a estrutura da língua no Brasil. Seu estudo aponta para algo novo no que concerne à constituição da História e do povo brasileiro. Aproveitamos a deixa que o trabalho de Tfouni nos coloca para pensarmos uma nova relação que parece ser construída entre os sujeitos e a questão política do país. Relação esta que tem sua materialidade discursiva, a qual é indicadora de aspectos sociais, históricos e ideológicos.

Tais acontecimentos discursivos cujo tema é a corrupção parecem significar em uma contramão o discurso político: o sujeito do discurso político tem de lutar a todo tempo contra essas acusações que se instalam em seu discurso pelas vozes que ali ressoam incessantemente. Se, por um lado, o sujeito do discurso político precisa se revelar como aquele voltado ao interesse público, por outro lado, devido aos acontecimentos, o homem político é construído como um ser corrupto, o qual, por sua vez, visa seus interesses pessoais. Há dois lados construídos para o sujeito do discurso político: um é o de um homem público cujo papel é o de lutar pelos interesses do povo e o outro é o de homem corrupto, uma vez político.

Nossa investigação incide sobre os pronunciamentos de Renan Calheiros, no Senado Federal¹. Tais pronunciamentos ocorreram depois da denúncia da revista *Veja*, cuja reportagem trazia a acusação de que ele recebia recursos da empreiteira Mendes Junior para pagar contas pessoais. Dessa forma, partimos de três pressupostos que constituem o contexto da inscrição de seu discurso: a) um momento discursivo tenso pelo fato de estar em jogo não apenas sua imagem de

¹ Seu primeiro pronunciamento em sua defesa ocorre no dia 28 de maio de 2007 na presença de sua esposa.

homem público, mas também seu cargo; b) seu projeto discursivo é o de negar tal acusação e c) os discursos que reafirmam os casos de corrupção.

Nossa investigação pretende compreender como o sujeito organiza seu discurso nesse contexto histórico-discursivo de modo a verificarmos sua relação no que se refere ao tema, como também aos seus interlocutores. Se partirmos do pressuposto de que todo enunciado o é, em sua essência para o outro, logo, este assume papel central². Dessa forma, surgem duas questões: a) como o sujeito discursivo se defende da acusação de corrupção? e b) qual é a relação que se constrói discursivamente entre o eu e o outro? Do mesmo modo, interessa-nos compreender como o objeto discursivo é construído e quais os sentidos que nele ressoam.

Tais perguntas podem nos revelar uma unificação do exterior e do interior no e pelo discurso. O eu está diante de um exterior irreduzível que o constitui: "...ela (minha imagem externa) só pode ser assim vivenciada na categoria do outro, e eu preciso me colocar a mim mesmo sob essa categoria para me ver como elemento de um mundo exterior..." (BAKHTIN, 2003, p.33). Em outras palavras, seu discurso se faz a partir da presença mesma de seus interlocutores, constituindo-se como unidade entre o eu e seus interlocutores.

Não é de hoje que o país se vê diante de discursos que tratam da corrupção na política, dessa forma, fazem-se pertinentes a observação e a análise desses

² Para Bakhtin, o outro se constitui fundamental para a produção do enunciado. Seu princípio dialógico da linguagem estabelece essa relação essencial entre a palavra do eu e a palavra do outro.

acontecimentos discursivos a fim de compreender o confronto de valores sociais na interação verbal, inscrita histórica e socialmente.

No caso especificamente do discurso político, partimos de um pressuposto de ruptura quanto à imagem de função pública devido aos casos de corrupção que construíram e constroem o cenário político brasileiro. Tal ruptura está relacionada à imagem de corrupção a qual é agregada à imagem de função pública.

Os estudos que se dedicam à investigação da linguagem podem tomar diferentes caminhos, os quais objetivam compreender os sentidos, compreender o jogo discursivo entre os sujeitos. Faz-se imprescindível para o pesquisador se questionar a respeito do que seu estudo pode proporcionar como conhecimento do mundo, das relações sociais.

Capítulo 1

Os estudos da linguagem e a questão da subjetividade

Diálogo

“Minhas palavras são a metade de um diálogo obscuro continuando através de séculos impossíveis. Agora compreendo o sentido e a ressonância que também trazes de tão longe em tua voz.”

Cecília Meireles

Pretendemos, nesse capítulo, estabelecer os princípios norteadores do trabalho (embora o embasamento teórico se mantenha ao decorrer de todo o trabalho) de modo a evidenciar nosso olhar de investigação quanto ao que propomos analisar. Trazemos também algumas reflexões quanto aos estudos lingüísticos desenvolvidos por estudiosos da linguagem como forma de explicitar como o aspecto relacional, no que se refere à construção dos sentidos, passa a se tornar fundamental nos estudos acerca da linguagem. O percurso lingüístico que propomos nos permite compreender, primeiramente, uma concepção de sentido como algo exterior e independente do indivíduo; depois o aspecto relacional que implica um processo de semiose, em que um signo está por alguma coisa para alguém e, finalmente, compreender o papel dos sujeitos (no que se refere a uma relação apreciativa) na construção dos sentidos.

1.1. A perspectiva dialógica

O presente trabalho é orientado por uma perspectiva dialógica. O dialogismo, princípio constitutivo pensado por Bakhtin e seu Círculo (2003), não funciona como ferramenta teórica, mas revela a natureza mesma da linguagem. Tal natureza implica uma relação dinâmica entre os sujeitos de modo que a compreensão dos sentidos está submetida à relação que se estabelece entre o eu e o outro. Para o Círculo, o discurso não é individual por duas razões: primeira, o discurso se constrói pelo menos entre dois interlocutores, ou seja, no planejamento do discurso estão presentes o locutor e o interlocutor; segunda, igualmente ele se constrói como um diálogo entre discursos, pois todo discurso está atrelado a discursos anteriores e dá margem a outros.

Para Bakhtin, negar a natureza dialógica da linguagem resulta em estudos que carecem do que é constitutivo na construção dos sentidos: o diálogo entre os sujeitos. Dizendo de outro modo, torna-se imprescindível, para um estudo que se propõe a estudar as manifestações da linguagem, compreender como os sujeitos participam na construção dos sentidos bem como as relações sociais como aspectos constitutivos.

Bakhtin em *O Freudismo* critica o olhar apenas biológico para o homem ao perguntar por aquilo que é sua natureza: o social. Sua reflexão nos alerta para não cairmos no equívoco em que o homem seja pensado fora das relações sociais, como um ser individual independente da sociedade. Em suas palavras:

“O sexual em Freud é o pólo extremo do biologismo em voga, reunindo e condensando numa imagem compacta e picante todos os momentos particulares do anti-historicismo atual.” (BAKHTIN, 2004, p.10)

Nesse sentido, Bakhtin insiste quanto ao aspecto social como fundamental para pensarmos a essência humana e afirma que “Não existe homem fora da sociedade” (ibidem, p.11), pois ele não nasce apenas como um organismo biológico abstrato, mas como um “camponês”, um “burguês” etc. Há o que ele chama de uma localização social e histórica do homem, a qual, por sua vez, dá-lhe o sentido de sua vida.

As relações sociais são a essência humana. Desse modo, a busca para compreender a construção dos sentidos estará submetida à compreensão do sujeito no que se refere às relações sociais, ao seu espaço social. Essa reflexão nos permite enxergar o sujeito em sua totalidade, o qual realiza diferentes atividades, o que não pressupõe um sujeito fragmentado por essas diferentes esferas da atividade humana.

Da mesma maneira, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2004), Bakhtin faz sua crítica às duas correntes do pensamento filosófico-lingüísticos: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, pois, tanto de um lado quanto de outro, nega-se a relação fundante: a relação dialógica entre os sujeitos. O primeiro pensamento concebe a língua como a expressão do mundo individual do falante e, para o segundo, a língua é um sistema imutável; ela é o centro organizador. .

Em ambos os pensamentos criticados por Bakhtin, a língua é concebida e estudada fora da relação constitutiva entre os sujeitos. Por essa razão, Bakhtin faz

um deslocamento quanto à concepção de enunciado opondo-o à concepção de oração como unidade da língua (igual a si mesmo), a qual exclui a interação verbal e, conseqüentemente, a situação concreta de enunciação.

No entanto, a perspectiva dialógica orienta para uma concepção de enunciado³ como elo na cadeia da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003), a qual é inscrita em uma determinada atividade social, cujo estudo se faz à medida que se mantém uma unificação entre o eu e o outro. Na perspectiva bakhtiniana, a alteridade constitui a subjetividade, o que há de inovador é o fato de que, para o sujeito se constituir, ele, necessariamente, precisa do outro, que lhe fornece a compreensão de si mesmo. O sujeito está sempre se construindo, mediante o outro. Os sujeitos são sempre inconclusos.

Os estudos recentes acerca da linguagem apresentam dois deslocamentos que estão inter-relacionados, os quais dizem respeito à concepção de língua que deixa de ser concebida como representação da realidade para ser pensada como atividade e trabalho do sujeito falante. Outro deslocamento se refere à concepção de sujeito: deixa-se de concebê-lo como homogêneo (o sujeito cartesiano), assume-se, pois, o papel da história cujo resultado é a concepção de sujeito afetado pela ideologia⁴, descentrado e contraditório (BRANDÃO, 2001). Dessa forma, quando buscamos compreender a construção dos sentidos, a historicidade se apresenta como elemento constitutivo.

³ A concepção de enunciado é desenvolvida no capítulo 2.

⁴ Nosso trabalho prefere dizer constituído ideologicamente a “afetado”, mas mantivemos o termo por uma questão de honestidade ao texto referido.

Desse modo, essas reflexões bakhtinianas se apresentam como base teórica do nosso trabalho objetivando a compreensão do discurso de Renan Calheiros (nosso objeto de estudo). Para compreender tal discurso faz-se necessário analisar os diálogos que o discurso estabelece: seus interlocutores, aqueles que participam da construção de seu discurso. Cairíamos em um equívoco caso buscássemos investigar seu discurso como unidade de sentido em si, uma vez que os sentidos estão submetidos à relação entre o eu e o outro, ou seja, à relação dialógica entre os sujeitos.

1.2. Um percurso nos estudos lingüísticos

O percurso nos estudos lingüísticos que será apresentado brevemente objetiva uma reflexão acerca dos caminhos que foram trilhados por lingüistas e filósofos da linguagem, revelando pontos de convergência e divergência de suas teorias, para, dessa forma, compreendermos a contribuição de Bakhtin quanto aos estudos da linguagem.

Em determinados momentos, o estudo lingüístico teve posições, como também objetos de estudo diferentes, por exemplo, a língua foi estudada a partir de concepções distintas por lingüistas e filósofos da linguagem. Embora a disciplina Lingüística tenha seu marco com os trabalhos lingüísticos desenvolvidos por Fernand de Saussure, no século XX, sabemos que os trabalhos dedicados a estudar a língua já eram realizados antes por motivos e objetivos diferentes. Por exemplo, na Índia, devido à preocupação com a pronúncia correta dos textos religiosos

ancestrais, desenvolveu-se um estudo da fonética articulatória; construiu-se um sistema das partes do discurso por conta da necessidade de um vocabulário técnico e conceitual para análises lógicas de proposições (WEEDWOOD, 2002).

Na história da lingüística ocidental, encontramos duas visões opostas da linguagem: a que se pergunta se a língua é um espelhamento da realidade e a que se pergunta se ela é de ordem arbitrária. Decorrem de tais concepções algumas implicações possíveis. No caso da primeira, como espelhamento da realidade, o estudo lingüístico possibilitaria conhecer a realidade (a língua dispunha de um estatuto neutro), mas se arbitrária, no caso da segunda concepção, nada poderia revelar da realidade, à medida que sua função seria apenas um meio de comunicação, isto é, seu estudo só explicaria a própria língua.

Os filósofos se questionavam a respeito das causas subjacentes ao ambiente físico e cosmológico, o que resultou na identificação de duas forças vitais: *phýsis* (natureza) e *nómos* (crença, os costumes). A partir de tais conceitos, eles se questionavam se os estados e as leis morais eram da ordem da *phýsis* ou da *nómos*. No que diz respeito à linguagem, eles se perguntavam se a relação entre as palavras e as coisas advinha da natureza ou da convenção (*théseis*)⁵.

⁵Platão dedicou um de seus primeiros trabalhos a essa questão com o Crátilo. São três os interlocutores que participam dessa discussão: Crátilo, Hermógenes e Sócrates. Para Crátilo, a língua espelha o mundo, para Hermógenes a língua é arbitrária e para Sócrates – este assume uma posição de entremeio – a língua é tal como uma ferramenta; precisa ter propriedades adequadas ao uso. Aristóteles parte de uma linha intermediária para investigar a natureza dessa relação e propõe um processo que se subdivide em três etapas: os signos escritos são as representações dos signos falados, os quais, por sua vez, são as representações das impressões (*pathemata*) na alma, tais impressões na alma são a aparência das coisas reais (WEEDWOOD, 2002).

No que se refere aos estudos lingüísticos, Saussure assume como objeto de seu estudo a *langue*, estabelecendo à Lingüística uma função descritiva da língua, pois seu estudo objetiva descrever a constituição da língua, seus sons, suas palavras, sua gramática, suas regras. Percebemos o aspecto descritivo da Lingüística ao longo dos trabalhos posteriormente desenvolvidos, como, por exemplo, nas repercussões saussurianas, encontramos na Escola Fonológica de Praga, um estudo que se constitui como um desenvolvimento das teorias de Saussure.

Roman Jakobson se debruça sobre o estudo da distinção, apontada, mas não estabelecida por Saussure, entre a imagem acústica dos sons e sua substância material. Desse estudo, origina-se a disciplina Fonologia, em que chegamos às unidades mínimas distintivas e indivisíveis que se constituem em traços distintivos (os fonemas). Ao estudar esses traços distintivos, Jakobson reconhece a importância do ouvinte, em suas palavras:

“No debate alguns têm rejeitado o nível perceptual que consideram ser uma acústica impressionista e subjetiva, mas na comunicação verbal é a impressão subjetiva do ouvinte que desempenha o papel decisivo, e conseqüentemente, para a análise da frase, a fase perceptual do evento verbal é de suma importância” (JAKOBSON, 1985).

Também no círculo Lingüístico de Copenhague, Hjelmslev mantém o aspecto descritivo da lingüística, como forma de evidenciar as relações entre as partes e o todo, ou seja, o objeto de análise continua sendo a língua, o sistema, entendida como uma hierarquia. Já em Chomsky (1965), o objetivo da lingüística não é apenas

descrever a língua, mas explicitar os princípios e regras gerais que possibilitam o desempenho do falante. Chomsky se distancia de Saussure. Em suas palavras:

“Este fato é particularmente claro no nível da sintaxe, onde nenhuma gramática tradicional passa da classificação de exemplos particulares para o estágio de formulação de regras gerativas numa escala significativa. Uma análise das melhores gramáticas existentes revelará que se trata neste particular dum erro de princípio, e não de um detalhe empírico ou precisão lógica”. (CHOMSKY 1985, p.231)

Percebe-se que a dicotomia apresentada por Chomsky (competência e desempenho) difere da dicotomia de Saussure (*langue / parole*), pois para aquele, as duas estão inter-relacionadas, uma vez que é a competência que permite o discurso, o problema está no fato dessa competência ser inata.

Quanto aos trabalhos de Saussure destinados aos signos temos neles o nascedouro da semiótica, que tanto em Saussure como em Peirce é entendida como a ciência dos signos. Para Peirce, a semiótica é uma disciplina lógica à medida que todo pensamento está nos signos. Já para Greimas, os signos como objeto da semiótica são negados, pois se assume como seu objeto a significação que implica um processo de semiose. A partir do processo de semiose Charles Morris (1938) faz a divisão da semiótica em sintaxe, semântica e pragmática. A semântica busca descrever os significados das palavras e das sentenças.

Desse modo, como os signos assumiram concepções diferentes, também o significado é entendido de maneiras diferentes na Semântica Formal, na Semântica da Enunciação e na Semântica Cognitiva⁶. Segundo Morris (1938), à Pragmática

⁶ Tal divisão propõe que a sintaxe se refere à questão de implicação do signo, a semântica àquilo que o signo denota/ designa (o sentido) e a pragmática àquilo que o signo expressa para alguém. Para Morris (1938), cabe

cabe o estudo das relações entre os signos e seus intérpretes, seus efeitos sobre os falantes. Nesse sentido é que a Pragmática se dedica ao uso da linguagem, considerando que este uso é social e intencional, na medida em que, dos atos de fala se originam ações⁷.

Percebemos que aos poucos o aspecto relacional de que se origina o sentido ganha força nos estudos da linguagem. O sentido é concebido, primeiramente, como algo exterior e independente do indivíduo, depois como uma construção relacional, que implica um processo de semiose, em que um signo está por alguma coisa para alguém, isto é, um depende do outro, um não existe sem o outro. Dizendo de outro modo, começamos a perceber um movimento que incidirá sobre o papel do sujeito e, portanto, da história, na construção dos sentidos.

A presença da história: (a) coloca em cheque a transparência da linguagem, a qual é sustentada pela Semântica Formal; b) revela insuficiente a argumentação presente na Semântica da Enunciação como responsável pelos sentidos, sem considerar nesse jogo argumentativo a historicidade e, por fim, c) evidencia o

à semântica descrever os significados das palavras e das sentenças. No entanto, quando falamos em semântica faz-se imprescindível precisar a perspectiva teórica, uma vez que o significado é entendido de maneiras diferentes na Semântica Formal, na Semântica da Enunciação e na Semântica Cognitiva. Para a Semântica Formal, o significado é entendido como a verdade, a qual está fora da linguagem, pois se encontra nos fatos do mundo, ou seja, a linguagem é concebida como objetiva e nos conduz a uma referência por meio de um sentido. Ao passo que para a Semântica da Enunciação, o significado é construído pela linguagem à medida que a verdade é argumentada. Finalmente, para a Semântica Cognitiva, o significado resulta de relações sensório-motoras. Em outras palavras, nossas relações com o mundo criam espaços mentais os quais são transferidos para outros ao longo das relações estabelecidas.

⁷ Para Austin (Austin apud Osakabe 2002), existem três atos de linguagem fundamentais que são realizados pelo locutor à medida que este fala. O primeiro é o ato locucionário que diz respeito à própria locução do enunciado (fonética, gramatical, semântica); o segundo ato é o ilocucionário em que ao dizer se realiza a ação, por exemplo: ao dizer “eu prometo...” o locutor, de fato, está prometendo; o terceiro ato é o perlocucionário que implica uma consequência do ato de dizer, ou seja, ao falar, o locutor pode persuadir, informar, impressionar, etc.

aspecto relacional do sujeito com o mundo, um sujeito que constrói sentidos em um movimento recíproco: sujeito-mundo, mundo-sujeito.

Os sentidos estão aquém e além do sujeito, ou seja, os sentidos que são construídos no discurso não são controlados pelo sujeito. Entendemos, pois, que não há uma verdade única, oculta, atrás do texto, mas há o real do sentido construído pela história.

Parece-nos de ordem fundamental perguntarmo-nos a que os estudos realizados por Saussure e Bakhtin respondem, quais são suas motivações e seu(s) problema(s). Saussure em *Curso de Lingüística Geral* faz suas objeções quanto aos estudos anteriores como forma de entender o lugar que vai assumir o estudo que ele propõe. Ao discorrer acerca da História da Lingüística, Saussure aponta três fases que precederam a ciência Lingüística: a Gramática, a Filologia e a Gramática Comparada.

Segundo ele, todas elas apresentam falhas que as impedem de assumir o lugar de ciência, cujo objeto único e verdadeiro seria a língua. No caso da Gramática, ele a acusa de ser normativa “afastada da pura observação”; no caso da Filologia, esta não incorpora a língua como objeto específico, uma vez que também trata dos costumes, da história literária por meio dos textos e, por fim, segundo ele, a Gramática Comparada também é falha à medida que se limita à comparação e a tratar apenas das correspondências entre as línguas.

Saussure se apresenta um pouco mais satisfeito com os estudos românicos iniciados por Diez (1836-1838), como também com os estudos germânicos que,

segundo ele, começam a aproximar a Lingüística de seu verdadeiro objeto (a língua). No entanto, não bastava a Saussure reconhecer a língua como objeto de estudo, também era preciso negar a concepção anterior de língua, a qual implicava a existência de idéias preexistentes à língua. Nesse sentido, ele fala da natureza do signo lingüístico, cuja unidade consiste em um conceito e uma imagem acústica, os quais são substituídos, respectivamente, por significado e significante.

Primeiro princípio para Saussure: “O signo lingüístico é arbitrário” (Saussure, 1911, p.81). No entanto, ele insiste que não entendamos a palavra “arbitrário” como uma livre escolha daquele que fala, trata-se de uma relação não direta para com as coisas. Pois, mesmo as onomatopéias e as exclamações⁸ têm origens simbólicas diferentes, representam, em línguas diferentes, de maneira diferente. O segundo princípio diz respeito à linearidade do significante, ou seja, ele dispõe de uma extensão, portanto, de uma linha no tempo.

Saussure ao conceber a língua como uma instituição social abre espaço para a presença da história. Por essa razão, Saussure fala da imutabilidade do signo, pois, o indivíduo não tem como modificar o sistema por si. Segundo ele, é o tempo que garante a tradição, que garante o mesmo. No entanto, o tempo também é responsável por outro aspecto do signo: a mutabilidade. Pois, os signos se alteram porque continuam: “... o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal” (SAUSSURE, p.91).

⁸ As onomatopéias e as exclamações são as duas objeções que Saussure apresenta como aquelas que o contraditor poderia fazer quanto à arbitrariedade do signo.

No entanto, segundo Bakhtin e seu Círculo, os atos individuais (fala) são concebidos pelo pensamento objetivista abstrato como deformações das formas normativas⁹. Ao passo que, para o Círculo são os atos individuais da fala responsáveis por explicar a mudança histórica das formas da língua e o sentido está relacionado a “um motor ideológico”, uma vez que se trata da expressão da vida interior do sujeito. Por essa razão, Bakhtin pensa a língua na relação com a ideologia. Concorde com Saussure ao considerar a língua como fato social, mas inclui a fala como também de natureza social e vai além ao incluir o aspecto ideológico que diz respeito às relações sociais, ao caráter valorativo e apreciativo.

Segundo Bakhtin, o problema fundamental da Filosofia da Linguagem é a natureza real dos signos lingüísticos.

“Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer”. (BAKHTIN, 2004, p.33)

Nesse sentido, há uma tripla materialidade do signo: físico-material, sócio-histórico e o ponto de vista dos sujeitos (PONZIO, 2008). Dessa forma, embora Saussure tenha reconhecido e admitido um signo também mutável, com Bakhtin, entendemos que essas mudanças que se materializam na língua estão ligadas às relações sociais. Em outras palavras, as mudanças nas relações sociais ganham forma e significado na língua, constituem-na.

⁹ Bakhtin afirma que o interesse dos racionalistas (a corrente para a qual a língua é convencional e arbitrária) não está na relação entre a realidade e o signo, mas na lógica interna do próprio sistema, isto é, na relação de signo para signo (BAKHTIN, 2004)

1.3. Das concepções de subjetividade ao princípio de alteridade proposto por Bakhtin

Um breve olhar aos estudos lingüísticos que se dedicaram (e se dedicam) a falar da relação do sujeito com a linguagem pode nos revelar que embora utilizemos o mesmo termo, subjetividade¹⁰, muitos serão os sentidos com os quais nos depararemos e alguns deles, sem dúvida, contraditórios. Partimos da pressuposição de que a linguagem é a mediação necessária entre o sujeito e o mundo. Essa mediação só acontece porque há uma inquietação do sujeito diante de um mundo que precisa de sentidos. Um sujeito que necessita de sentidos.

Algumas correntes de pensamento procuram explicar como os sentidos e os sujeitos são construídos. Dentre elas, abordaremos três. A primeira é aquela que postula um já-dado como responsável pelos sentidos e pelos sujeitos. Referimo-nos às verdades encontradas em um mundo perfeito à parte do humano, seja no mundo das idéias de Platão ou no Paraíso de Adão e Eva. Nesse mundo, percebemos que o agir humano apenas deturpa a “Verdade”, o Puro e o Perfeito.

Cabe-nos ressaltar, particularmente, a concepção de língua (idealista)¹¹ que permeia essa corrente como criação de Deus e, portanto, acabada. O Homem, ao

¹⁰ A Teoria da Enunciação, por exemplo, se dedica ao funcionamento da “língua como ato individual de utilização” (Benveniste 1989, p.82). A enunciação é a forma de se apropriar da língua e transformá-la em discurso. A concepção de língua que permeia esta teoria ainda é a de um sistema acabado, de que o sujeito faz uso para dizer, de modo mais subjetivo ou menos subjetivo, dependendo dos recursos utilizados. Nesse sentido, é que Benveniste fala em subjetividade do sujeito, que está relacionada ao fato de este se apropriar da língua, tornando-se, pois sujeito do discurso. É o sujeito que, segundo Benveniste, articula as condições necessárias da enunciação. Por essa razão, que o sujeito é concebido como homogêneo e autônomo por ter relevância em relação ao “outro”.

¹¹ Nesse sentido a língua é concebida como perfeita, como criação de Deus, mas por conta do homem, o qual é pecador, imperfeito, a língua se torna imperfeita – pensada como o discurso. Duas disciplinas assumem papel

utilizá-la, torna-a imperfeita. Nesse sentido, tudo está voltado para o alguém ou além deste mundo. A verdade está sempre fora do alcance do saber humano e a presença do sujeito implica, necessariamente, o obscurecimento da verdade.

A segunda corrente é aquela que concebe o mundo como o centro organizador, como soberano em relação ao sujeito. O elemento que determina o sentido das coisas é o objeto. Permeia, nessa corrente, a crença de um mundo independente do sujeito: um mundo que fala por meio de seus objetos. O que nos leva a pensar em Descartes, um dos maiores representantes da cientificidade, devido à criação do método, o qual traz a possibilidade de eliminar o sujeito do processo de investigação científica. Estamos falando de instrumentos que teriam o poder de estabelecer uma relação direta entre a ciência e o mundo (os objetos). Qual seria o interesse de tirar a interferência do sujeito? Seria postular uma verdade, nesse caso, a verdade científica. Desse modo, essa verdade passa a estar no mundo, mas continua à parte do homem. Todavia, como um paradoxo, pois ela está e não está ao mesmo tempo: nega-se a presença do sujeito e afirma-se a ciência objetiva que explica o mundo (no entanto, trata-se de uma ciência também construída pelos sujeitos).

Nos estudos lingüísticos, Bakhtin (2004) aponta como o grande representante de tal corrente (o objetivismo abstrato), Fernand de Saussure cujos estudos ocupam-se da língua como sistema, como instituição social¹². Ao passo que a terceira corrente filosófica (o subjetivismo idealista) gira em torno do sujeito como

fundamental: a gramática, em que se faz uso dos modelos como forma de mantê-los e a filologia cujo objetivo era o de restaurar os textos originais (WEEDWOOD, 2002).

¹² “A chamada escola de Genebra, com Fernand de Saussure, mostra-se como a mais brilhante expressão do objetivismo abstrato de nosso tempo” (BAKHTIN, 2004, p.84).

criador dos sentidos. Bakhtin faz uma crítica a tal posicionamento filosófico em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, pois tal pensamento concebe a fala como a expressão do psiquismo individual, em que se encontram as leis da criação lingüística. Como resultado, perde-se a relação constitutiva entre o sujeito e seu exterior.

Nas palavras de Bakhtin “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (BAKHTIN, 2004, p.113). A presença desses dois sujeitos (o eu e o outro) revela uma relação axiológica, não indiferente. Dessa forma, os sentidos são construídos porque os sujeitos interagem. Os sentidos não estão na língua ou na história, mas na relação, no movimento.

Dizendo de outro modo, os sentidos e os sujeitos se constituem na relação dinâmica com o mundo, pois se trata de uma relação entre, pelo menos, dois sujeitos, em que a descrição dá lugar à construção do mundo pela linguagem. Por essa razão, compreendemos que o subjetivo é posterior ao intersubjetivo. Esse princípio dialógico da linguagem revela a essência do homem, que para Bakhtin, é o social, uma vez que tal princípio implica dois valores-centro em jogo: o eu e o outro.

Tal afirmação se baseia nas críticas que o filósofo faz à arquitetura freudiana em *O Freudismo* (BAKHTIN, 2004) ao postular que o homem não é apenas biológico, mas social e cultural. Da mesma maneira, critica o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, à medida que o primeiro não reconhece o outro como alteridade fundante do eu e à medida que o segundo apaga a atividade do sujeito ao lhe conferir um papel passivo no jogo com o mundo. Em todas essas

críticas, enxergamos como pano de fundo o princípio dialógico em que o sujeito fala para um outro necessariamente.

A construção da subjetividade se realiza na relação com o outro, com a alteridade; o sujeito está diante do outro que lhe é constitutivo. Bakhtin nos fala a respeito dessa relação em “O autor e a personagem”¹³, a imagem do eu, na sua totalidade, só pode ser fornecida pelo outro (BAKHTIN, 2003). A alteridade é constitutiva da identidade; uma vez que para o sujeito se constituir ele necessariamente precisa do outro, o qual, por sua vez, é responsável por lhe fornecer a compreensão de si mesmo.

Ponzio (2008) considera uma revolução a proposta de Bakhtin quanto à construção da subjetividade à medida que a identidade se constrói a partir da alteridade, do diferente. Por essa razão, o social ganha, em Bakhtin, um lugar de destaque, pois é por meio dele que a interação comunicativa acontece e os sujeitos se constroem. Trata-se de conceber sujeitos que desempenham papéis ativos, em uma relação em que o “eu” e o “outro” são valores-centro.

1.4. A concepção de ideologia na perspectiva bakhtiniana

Faraco (2006) faz uma ressalva quanto à palavra ideologia que, segundo, ele nos remete a significações de ordem social. O autor busca esclarecer o sentido que ela tem para o Círculo de Bakhtin. Segundo ele, a palavra ideologia tem a ver com

¹³ Bakhtin (2003) nos oferece uma reflexão acerca do acontecimento estético, que para ele, necessita de um distanciamento. Só dessa forma, há a possibilidade de um acabamento que constitui o acontecimento estético.

as criações do espírito humano, podendo designar as diferentes esferas sociais, tais como: a arte, a religião, a filosofia, a política etc. Nas palavras de Faraco “Será, portanto, inadequado lê-los nestes textos com o sentido de ‘mascaramento do real’, comum em algumas vertentes marxistas” (FARACO, 2006, p.46). Dessa forma, não se trata de idéias positivas ou negativas.

A palavra ideologia também se refere a uma relação axiológica, pois, como lembra o autor, a significação dos enunciados está submetida a uma relação valorativa dos sujeitos. Nesse sentido, podemos compreender quando Bakhtin afirma que todo enunciado é sempre ideológico, à medida que revela a posição avaliativa do sujeito, sua não indiferença, suas muitas ideologias.

A natureza da criação ideológica é de ordem semiótica cujo sentido é sempre sócio-histórico. Como vimos, o signo ideológico-semiótico é constituído a partir de uma tripla materialidade: uma que diz respeito à parte concreta e objetiva da realidade; a que se refere a uma materialidade sócio-histórica e o ponto de vista dos sujeitos: “A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (BAKHTIN, 2004, p.66). O sentido da palavra está submetido a sua pertinência social.

Tais reflexões teóricas se apresentam como base para o desenvolvimento do presente trabalho em que se concebe o discurso (por esse trabalho analisado) como um enunciado concreto, o qual pressupõe situações reais de interação verbal. Desse modo, para compreender os sentidos torna-se necessário verificar as relações sócio-históricas que são elementos constitutivos.

Dizendo de outro modo, torna-se imprescindível para o desenvolvimento do trabalho compreender a relação que o discurso de Renan Calheiros estabelece com outros discursos, à medida que se constitui como um diálogo não apenas de discursos, mas um diálogo entre sujeitos. Por essa razão, o sentido do discurso tem a ver com os aspectos sócio-históricos, pois implicam sujeitos situados que, por sua vez, constroem os sentidos a partir de uma relação valorativa.

Capítulo 2

A interação verbal: as relações sócio-discursivas na construção dos sentidos

“Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação”.
(Bakhtin, 2004,p.132)

Cabe-nos uma reflexão a respeito do sujeito no que se refere às relações humanas, ou seja, às relações sociais, pois é o caráter especificamente social que fornece ao homem um estatuto de sujeito de linguagem à medida que esta é a mediação entre os sujeitos e o mundo. Para tanto, verificaremos que essa relação entre os sujeitos implica construção de sentidos cujo pressuposto é de que os sentidos dependem não apenas dos elementos lingüísticos que são reiteráveis, como também dos elementos extralingüísticos, que dizem respeito à relação apreciativa do sujeito, que dá o seu tom (um novo sentido) a sua fala.

2.1. A questão do tema e da significação

Retomando as reflexões de Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, quanto ao aspecto interindividual da consciência, compreendemos que a construção do pensamento não tem origem na natureza, mas na relação entre sujeitos que estão socialmente organizados. Desse modo, a consciência existe mediante outra consciência, ou seja, ela é produto da interação social.

Nesse sentido, o aspecto ideológico se apresenta como fundamental, uma vez que não nos constituímos meramente por palavras (do ponto de vista sistêmico), mas por relações de valor – criações ideológicas - com as quais convivemos desde o primeiro segundo de nossa existência. É nesse sentido que Bakhtin (idem) afirma que os signos são o alimento da consciência individual, pois sem essa construção semiótico-ideológica a consciência não pode existir.

Dessa maneira, compreendemos uma perspectiva social no que tange à consciência. Em outras palavras, nenhum pensamento é dado de antemão ao sujeito. Ao contrário. Todo pensamento é uma construção do sujeito a partir do que este encontra no mundo. Se as relações sociais são sempre de ordem semiótico-ideológica, encontramos na palavra a capacidade reveladora dos valores que são defendidos socialmente, ora por um grupo, ora por outro. Uma única e mesma palavra se faz presente em diferentes situações da interação verbal, por essa razão a palavra é revestida de entoações e posições de acordo com seus diferentes sujeitos inscritos em diferentes situações de comunicação.

Diferentemente do que afirma Saussure “Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas” (SAUSSURE, 1911, p.28), para Bakhtin, toda manifestação da linguagem (seja escrita ou falada) acontece em uma determinada situação de interação verbal e, por essa razão, é de ordem social cujo sentido está relacionado não apenas ao sistema que garante a repetição, o mesmo, mas ao concreto da realidade que garante a singularidade de cada enunciado.

Nesse sentido, Bakhtin em “Tema e Significação na Língua” (BAKHTIN, 2004) fala a respeito do aspecto reiterável e não reiterável quanto ao sentido. Segundo ele, cada enunciação é individual e única, logo, seu tema também o é. Diferentemente da significação cujos elementos são reiteráveis à medida que estão submetidos a uma convenção que lhe permite sua repetição. Desse modo, o tema de cada enunciação (seu sentido) é construído na relação entre o dado (os elementos da significação que são reiteráveis) e o novo (seu sentido único)¹⁴.

Compreendemos o sentido em uma perspectiva dinâmica, à medida que pressupõe a relação entre a língua (como sistema abstrato, reiterável) e os elementos exteriores que fazem parte da comunicação discursiva, uma vez que há uma inscrição concreta em uma determinada situação de interação. Tal perspectiva dinâmica pressupõe também uma compreensão ativa do discurso. Se o sentido de cada enunciado está relacionado ao seu aspecto concreto (histórico-social), logo, afirma Bakhtin (idem), a compreensão implica construir um sentido diante do

¹⁴ Segundo o autor, o tema corresponde a um sistema de signos dinâmico que está relacionado ao instante concreto da interação verbal. A significação, por outro lado, corresponde a um aparato técnico que permite a realização do tema.

contexto correspondente. Para tanto, fazemos uso das nossas palavras para compreender a palavra do outro.

Por essa razão, o sentido – que para Bakhtin é concreto, pois tem sua inscrição histórico-social – é sempre construído (compreendido). Implica uma atitude ativa do sujeito cuja compreensão Bakhtin chamará de contrapalavra “é como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos” (BAKHTIN, 2004, p.132).

Os sujeitos, responsáveis pela construção do sentido, deixam sua marca, sua orientação apreciativa, à medida que a fala viva (dita ou escrita, ressalta Bakhtin) acontece. Dessa forma, o sentido está submetido a esse acento apreciativo dos sujeitos, uma vez que os elementos lingüísticos por si são sempre iguais, mas é no enunciado, no acontecimento concreto da língua que compreendemos o sentido do discurso.

Desse modo, o estudo do discurso por meio da interação verbal, implica, necessariamente, compreender de que modo o sentido é construído a partir das relações sociais, pois cada grupo socialmente organizado tem seu modo mais ou menos determinado de interação, modo esse submetido a sua inscrição temporal e espacial¹⁵. Para estudar um determinado discurso, é necessário que levemos em consideração as relações ideológicas de um determinado grupo (construídas historicamente) naquele momento concreto de enunciação.

2.2. As esferas pública e privada

¹⁵ Somos capazes de compreender, mesmo sem fazer um estudo sistemático e longo, as transformações na relação professor-aluno, por exemplo. O modo de se relacionar muda ao longo do tempo.

As relações no que tange às esferas pública e privada assumem papel importante para pensarmos o desenvolvimento do trabalho, uma vez que nosso objeto de estudo é o discurso político.

Arendt em “A Condição Humana” (2007) faz uma retomada quanto às esferas públicas e privadas. Para a autora, o surgimento da cidade-estado concede ao homem uma segunda vida (*bios politikos*), a qual lhe permite se libertar da vida imposta pelas necessidades vitais (vida privada), para, desse modo, viver a vida dos negócios que exclui, portanto, o útil e o necessário. Para Aristóteles (apud ARENDT, 2007), é na esfera pública que duas atividades políticas se tornam fundamentais: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*)¹⁶, por meio das quais o homem poderia se destacar em relação aos seus pares.

A esfera privada correspondia à família, às necessidades vitais e à *polis*. Ao passo que a esfera pública correspondia à liberdade. Compreende-se, pois, que a vida privada dispunha de seu sentido literal, o qual seria privar-se da vida pública, da vida em que se era ouvido e visto em público¹⁷. Arendt (2007) afirma que o termo privada se refere, hoje, a um círculo de intimidades e que a privacidade moderna tem por objetivo proteger aquilo que é íntimo.

Dessa forma, a esfera pública assume o lugar do comum, onde as coisas e as pessoas podem ser vistas e ouvidas: “A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDT, 2007, p.60). A esfera pública representa o lugar comum a todos e, por

¹⁶ Nessa vida pública – a vida dos negócios – os homens buscam se sobressair por meio da ação e do discurso: “o autor de grandes feitos e o pronunciador de grandes palavras” (Homérico apud Arendt, 2007).

¹⁷ A autora ressalta o fato de que, para os antigos, os que levavam uma vida inteiramente privada não eram inteiramente humanos, pois suas preocupações limitavam-se às necessidades vitais.

essa razão, “a admiração pública é também algo a ser usado e consumido” (idem, p.60). No entanto, para a autora, essa esfera pública desaparece mediante o surgimento da administração, ou seja, uma administração de ninguém, pois não são mais os homens da *polis* que negociam, mas seus representantes políticos¹⁸.

Para Bobbio (2007), a dicotomia que se estabelece quando se pensa a relação público-privada diz respeito ao fato de que, ao falarmos do privado, estamos falando de interesses individuais, ao passo que o público representa o interesse de todos, em primeiro lugar, em detrimento dos individuais. Nesse sentido, ao poder público (os representantes políticos) em especial cabe a defesa dos interesses da sociedade como um todo em detrimento de seus próprios interesses.

Dessa forma, a esfera pública assume para o presente trabalho dois sentidos fundamentais a) o que é comum e de interesse a todos e b) o espaço de exercício do poder público-político. Por outro lado, a esfera privada assume o sentido de espaço da intimidade (do recôndito). Desse modo, quando falamos, há pouco, de um modo mais ou menos determinado de relações entre os sujeitos de acordo com a situação interacional, queremos com essa relativa determinação dizer que há construções semiótico-ideológicas que constituem as relações sociais e que, portanto, a investigação de um determinado discurso pressupõe a análise de como essas construções estão presentes na realização do discurso.

¹⁸ Cabe-nos ressaltar que a autora concebe de um modo diferente o conceito **social**, pois, para a autora, o social faz com que desapareçam as esferas pública e privada. Para ela, a submersão do social –da socialização – faz com que em vez de termos homens que realizam ações, temos homens que se comportam socialmente, temos um “conformismo”. No entanto, ressaltamos em nosso trabalho que o social em Bakhtin tem outro sentido, o qual diz respeito à essência humana, a relação interacional entre os sujeitos.

Em “Ético e estético, na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas”, Sobral ressalta a importância do caráter responsável quanto às ações humanas para Bakhtin e para o Círculo. Segundo o autor, trata-se de um caráter situado do agir humano que, por sua vez, pressupõe a natureza avaliativa e relacional desse agir. Desse modo, o sujeito é aquele que responde pelos seus atos (SOBRAL, 2006). O autor ressalta que o mundo só pode ser visto a partir de uma dada posição, ou seja, a apreensão é sempre situada, pois é o sujeito que une o social e o particular.

Tal relação ética do discurso implica um modo relativamente determinado inerente à esfera na qual se inscreve a interação verbal. No nosso caso, as relações sociais no que concerne ao discurso político determinam os valores que participam da esfera público-política, de modo que o discurso que aí se insere lida com as construções semiótico-ideológicas próprias de tal esfera. Construções essas que são transformadas na relação entre as superestruturas e as infra-estruturas. O material verbal pode, segundo Bakhtin, esclarecer tais transformações (BAKHTIN, 2004).

No caso do discurso político, essas transformações se revelam por meio da descrença quanto à função de homem público, pois compreendemos que a sociedade discursivamente constrói uma outra imagem: a de corrupto, por exemplo. Nesse sentido, supomos que ao observar o discurso de Renan Calheiros podemos verificar a existência de uma modelação quanto à corrupção. De acordo com Bakhtin, “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica” (BAKHTIN, 2004, p.43).

2.3. A concepção de enunciado como unidade da comunicação discursiva

Para Bakhtin (2003) estudar os discursos pressupõe entender como os sentidos são construídos na relação entre os sujeitos, é preciso conceber o enunciado não como um pedaço de uma fala, mas como unidade da comunicação discursiva, a qual implica uma relação necessária entre o falante com outros participantes da comunicação discursiva. Tal concepção bakhtiniana dá ao outro um papel ativo, pois não o concebe como receptor passivo do discurso. Ao contrário:

“Neste caso, o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante”. (BAKHTIN, 2003, p.271)

Nesse sentido, todo enunciado revela ao menos dois sujeitos cujas palavras têm razão de ser no outro e esperam uma contrapalavra que, segundo Bakhtin, virá em seguida, em discursos subseqüentes ou nas ações do outro. Essa concepção de enunciado, como unidade da comunicação discursiva, elucida o equívoco em pensar o enunciado como unidade de sentido em si, acabado. Da mesma forma que o enunciado só existe em função do outro, o sentido só o é em função dos sujeitos.

Em “Gêneros do Discurso” (BAKHTIN, 2003), Bakhtin insiste que a natureza do enunciado é social, pois os enunciados se inscrevem por meio de gêneros discursivos, isto é, em uma determinada atividade social. Nessa perspectiva em que o outro assume uma posição responsiva ativa, o sujeito falante pressupõe tal

compreensão ativa. Por essa razão, Bakhtin fala em um projeto de discurso dos falantes, os quais revelam seus objetivos. Tal projeto de discurso não confere ao sujeito um lugar de dono do discurso e dos sentidos, uma vez que sua fala está submetida ao outro, sendo, ao mesmo tempo, uma resposta a outros discursos, seja em sua concordância ou discordância.

Nas palavras de Bakhtin: "... todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo..." (2003, p.272). Dessa forma, o enunciado é um elo nesse universo de discursos.

O ouvinte passivo existe apenas em um esquema abstrato, mas não corresponde à realidade comunicativa. Em tal esquema, o sujeito fala por meio de um código lingüístico cujo sentido independe dos sujeitos, pois é assegurado pela língua, esta é concebida como um sistema também independente da comunidade discursiva. Essa construção abstrata é responsável por separar a língua dos sujeitos e, portanto, de sua historicidade. Uma análise lingüística dentro de tal esquema não é capaz de construir uma compreensão do mundo dos sujeitos, isto é, do mundo real. Ela pode (somente) falar superficialmente da língua sem a compreensão de sua natureza, posto que esta seja a relação entre os sujeitos: a comunicação discursiva.

A comunicação discursiva pressupõe a alternância dos sujeitos do discurso. Dessa forma, o enunciado revela o projeto discursivo do sujeito e insere a palavra responsiva do outro na compreensão ativa. Bakhtin (Ibidem) fala a respeito de duas peculiaridades que constituem o enunciado, as quais estão inter-relacionadas. A primeira diz respeito à alternância dos sujeitos e a segunda à conclusibilidade do

enunciado que implica uma inteireza em que temos a possibilidade de responder a ele. A inteireza do enunciado pressupõe três aspectos os quais seriam a) a exauribilidade do objeto e do sentido; b) um projeto de discurso e c) formas típicas convencionais e de gênero de acabamento (BAKHTIN, 2003).

Essa exauribilidade objetual é, segundo o filósofo, relativamente exaurível, uma vez que sua conclusibilidade depende de uma idéia definida do autor. O segundo aspecto - o projeto de discurso, essa intenção discursiva do falante - orienta a conclusibilidade do enunciado e ao mesmo tempo determina o limite da exauribilidade semântico-objetual. Tal subjetividade discursiva está relacionada às situações concretas da comunicação discursiva a qual determina o gênero discursivo (que seria o terceiro fator).

Nesse sentido é que Bakhtin faz a seguinte afirmação: “Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (BAKHTIN, 2003, p.282). As orações, como definidas nas gramáticas tradicionais, não se apresentam como unidade concreta da comunicação discursiva, pois não pressupõem o outro como respondente ativo. A concepção de gênero discursivo pressupõe a relação interativo-discursiva entre os sujeitos em diferentes campos da atividade humana.

A diversidade dos gêneros está submetida à existência de diferentes atividades que realizam os sujeitos falantes. O enunciado revela a relação do sujeito com o exterior. Dessa forma, não se pode conceber o enunciado como uma criação absolutamente individual do sujeito, pois o gênero é determinado pela situação de

comunicação; o qual, por sua vez, é responsável pelo todo composicional. Diferentemente da oração, o enunciado é capaz de revelar a posição do falante em uma situação concreta da comunicação discursiva e, a um só tempo, pode revelar a relação entre o sujeito e seu próprio enunciado como também a relação entre os sujeitos.

O que caracteriza, em primeiro lugar, o enunciado é o conteúdo semântico-objetual, ao qual os recursos lingüísticos estão submetidos (seus aspectos estilísticos composicionais). Em segundo lugar, o enunciado é caracterizado pela expressividade: “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do enunciado.” (BAKHTIN, 2003, p.289). Tal elemento expressivo elucida a ilusão de neutralidade da linguagem e determina seu estilo individual.

O elemento expressivo não é um fenômeno do sistema lingüístico, pois como sistema independe da situação concreta. Apenas como enunciado (como unidade real da comunicação discursiva) pode revelar o juízo de valor dos sujeitos. Essa relação valorativa do sujeito com o tema do enunciado pode se revelar por meio da entonação expressiva, a qual, por sua vez, só acontece por meio do enunciado, ou seja, no contato entre língua e realidade. Bakhtin (2003) nos chama a atenção para o fato de que quando o sujeito escolhe as palavras de seu enunciado, não as tira apenas do sistema (cujo sentido seria neutro), mas também de outros enunciados congêneres. Desse modo, existe o que Bakhtin chama de ‘auréola estilística’ da palavra, ou seja, a palavra recebe uma expressão inerente ao gênero, uma expressividade típica do gênero que funciona como um sentido que ecoa:

“Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é de índole individual-contextual.” (BAKHTIN, 2003, p.294)

No entanto, podemos falar em uma relativa neutralidade da língua a qual é assegurada pela identidade, ou seja, pelo mesmo que se repete. No entanto, a vontade discursiva revela a expressão, o tom valorativo que constrói novos sentidos.

Nesse momento, faz-se imprescindível a orientação de Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2004) quanto aos fenômenos ideológicos cuja realidade material específica – a língua – permite-nos compreender como os discursos revelam as relações sociais. Permite-nos também entender que não se trata de uma descrição lingüística, mas de uma construção semiótico-ideológica do mundo. Uma construção interindividual que se estabelece em que a consciência individual é concebida como um fato sócio-ideológico.

Nesse sentido, o filósofo afirma ser a comunicação semiótico-ideológica a lógica da consciência individual. Em suas palavras: “Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada” (BAKHTIN, 2004, p.36). Por essa razão, a análise que propomos nesse trabalho busca verificar como o discurso estabelece essas construções ideológicas que revelam o todo sócio-ideológico.

Como dissemos, no primeiro capítulo, a corrente do objetivismo abstrato postula uma concepção de língua que propõe uma relação de independência entre língua e sujeito. Desse modo, os sentidos são concebidos como já dados, transparentes, negligenciando a relação constitutiva entre língua e sujeito, ou seja,

entre a língua e o material sócio-histórico construído pelos sujeitos. Em Bakhtin, encontramos uma compreensão dessa construção dos sentidos que nos revela uma relação valorativo-fundante entre língua/sujeito/mundo, cujos sentidos são construídos na interação verbal, ou seja, no diálogo ininterrupto com as construções histórico-sociais.

Desse modo, a concepção mesma de enunciado elucidada a relação discursivo-ideológica da linguagem quando pensamos nos aspectos fundamentais que o constituem, tais como: a posição responsiva, o projeto de discurso e um todo composicional. Trata-se de um diálogo ininterrupto que constrói juízos de valor, os quais ora se contrapõem, ora se assemelham. Desse modo, podemos estudar um único enunciado e encontrar nele discursos que ali comungam e ressoam. Para Bakhtin, essa ressonância dialógica também incide sobre o objeto, o qual já está repleto de pontos de vista, de valores.

2.4. O discurso político: algumas especificidades

No que se refere à noção de político, é imprescindível ressaltar que, segundo Rancière (1996), trata-se do fato de os sujeitos interagirem para reivindicar, por meio da palavra, seus direitos, interesses. Dessa forma, o discurso político não se limita à esfera do poder executivo e legislativo, mas avança para as ações humanas de reivindicação por meio do discurso. Por outro lado, o discurso político de que tratamos no presente trabalho assume uma configuração de um sujeito que exerce o

poder público-político (executivo e legislativo). Dizendo de outro modo, nosso trabalho analisa o discurso político em seu sentido mais corriqueiro.

No que concerne especificamente ao discurso político, trazemos algumas reflexões com relação às condições de produção apresentadas por Osakabe (1999). Para o autor, o problema das condições de produção constitui “um quadro prévio e necessário a uma observação íntima de cada realidade discursiva” (OSAKABE 1999 p.51). Tal realidade discursiva inclui uma relação de intersubjetividade, uma vez que sua natureza tem como característica uma relação entre um eu e um tu. Essa relação de intersubjetividade, uma vez evidenciada, contribui em grande medida para que se apreenda como se processa a participação do ouvinte¹⁹ na produção do discurso.

O autor ressalta tal participação que o ouvinte desempenha na produção do discurso, considerando-o como “agente indireto do discurso”, uma vez que o discurso se justifica no ouvinte. Consideramos pertinente tal importância de que Osakabe fala para o que neste trabalho é analisado, uma vez que se trata do discurso político, cujos interlocutores são peças-chave para a continuação ou não de Renan Calheiros no Senado.

Com relação às condições de produção, Osakabe também apresenta a pertinência da presença de significações (o que ele chama de valores indiscutíveis) de que o locutor faz uso em seu discurso a fim de minimizar a possibilidade de crítica por parte de seus interlocutores. No caso do discurso político, são assumidas

¹⁹ Osakabe (1999) utiliza o termo ouvinte e interlocutor indiferentemente.

significações do tipo: “cidadãos”, “o povo”, “interesse público”, em que seu interlocutor se coloca situado no mesmo prisma que seu ouvinte. Nesse sentido, tais significações também estabelecem aquilo que pode, ou não, ser dito “há palavras que o locutor não tem o direito de pronunciar” (OSAKABE, 1999, p.68). Nesse viés, poderíamos dizer que há palavras esperadas pelo ouvinte que correspondam a tais significações.

Também são parte das condições de produção três imagens: a imagem de dominação; a imagem da função pública e a imagem do referente. Com relação à imagem de dominação, Osakabe refere-se ao fato de o locutor ter dominação sobre seu ouvinte por meio da posse da palavra. Essa dominação também faz com que o locutor busque conduzir o interlocutor pela palavra. Desse modo,, segundo Osakabe, o discurso, pelo seu próprio funcionamento, permite-nos evidenciar o fim a que se destina.

Com relação à imagem de função pública, o locutor se apresenta na condição de locutor público, dessa maneira, é possível pelo seu dizer apreender a imagem que ele procura atender. Para o autor, esta é uma forma pela qual o locutor pensa poder abarcar tudo que seu ouvinte possa dele pensar. Outro aspecto que Osakabe ressalta diz respeito à insistência de o locutor em não se marcar como individualidade.²⁰ Desse modo, confere a seu discurso maior legitimidade, uma vez que seu discurso está voltado para o que a imagem de função pública implica.

Por fim, a imagem sobre o referente, segundo Osakabe, fornece “a medida e a justificativa para a produção do discurso” (OSAKABE 1999, p.90). O locutor parte

²⁰ O locutor procura, segundo Osakabe, se ajustar à imagem de homem público a fim de legitimar seu dizer.

do pressuposto de que seu ouvinte tenha uma imagem diferente do referente. Osakabe ressalta que a imagem contrária a sua, o locutor a atribui a uma terceira pessoa. Tal imagem é assumida no discurso como não compartilhada entre o eu e o tu. Dessa forma, entre eles há uma única imagem compartilhada.

O último item das condições de produção apresentadas por Osakabe diz respeito à questão dos atos. Como o autor coloca:

“O ato de argumentar constitui uma espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas principalmente que o ouvinte aceite essa imagem”. (idem p.93)

Nesse sentido o discurso deve mostrar como pretensão do ouvinte, a pretensão do próprio locutor. Ao discorrer acerca da argumentação, Osakabe retoma Perelman²¹, no que diz respeito à temporalidade na argumentação. Externamente, a temporalidade é indicadora do que se pode usar como argumento no discurso e, internamente, na medida em que ela atua no desenvolvimento do discurso. As formas verbais e a argumentação revelam a escolha e o trabalho do locutor, a fim de fazer com que seu discurso se apresente de forma objetiva e neutra.

Essas reflexões nos são pertinentes à medida que podemos pensar no discurso político, considerando algumas especificidades: uma voz que procura se marcar como coletiva; a presença de valores / significações e as imagens pressupostas que a função de homem público implica. No entanto, se, por um lado,

²¹ Segundo Perelman, não se trata de uma escolha neutra, mas de uma escolha que parece ser neutra (PERELMAN APUD OSAKABE).

há essas imagens pressupostas; por outro lado, no momento do acontecimento do discurso (segundo Bakhtin, por meio do enunciado), há fatores que situam o enunciado, de modo a construir os sentidos, os quais estão submetidos à posição valorativa do sujeito.

Para Bakhtin (2003), trata-se de uma relação necessária entre o dado e o criado na construção de sentidos, pois, para o pensador, o sentido não está em algo acabado, dado, mas no enunciado que implica a fusão entre língua e vida, ou seja, o acontecimento da língua. Essa fusão cria o novo e lhe dá sua singularidade e, juntamente com ela, um valor, o qual pode estar relacionado à bondade, à beleza, à verdade etc.

Desse modo, embora o discurso político disponha da imagem de função pública, como aquele sujeito voltado para os interesses do povo, as relações de corrupção que hoje envolvem a política nacional constroem outra imagem para o homem político: um sujeito corrupto, cujos interesses são seus próprios. Há uma subversão da função de homem político. Seu discurso é instaurado diante dos casos de corrupção existentes na política.

Dessa forma, pode-se pressupor que haja uma resistência quanto a essa transformação/subversão em relação à imagem de função pública. O que nos impõem um trabalho investigativo de modo a analisar a construção semiótico-ideológica que, por sua vez, revela as relações sociais e o jogo de interesses.

Considerando nosso objeto de estudo, esse problema da subversão da imagem está ainda mais presente, uma vez que o discurso acontece pelo fato

mesmo de haver denúncias de corrupção. Portanto, não se trata de um discurso em campanha eleitoral, mas de um discurso que tem como fim primeiro se defender de tais acusações. Como resultado, os procedimentos metodológicos do trabalho teve como critério de seleção pronunciamentos que giravam em torno do tema da acusação de Renan Calheiros. Dessa forma, as categorias que fomos estabelecendo estavam submetidas à relação que se estabelecia entre os dados e nossa perspectiva teórica. Por essa razão, a metodologia do presente trabalho se apresenta de modo fluido, cujos principais eixos de discussão estão na relação entre as categorias vida privada e vida pública.

Capítulo 3

Construções discursivo - ideológicas no tocante à vida privada

*“Ignorar a especificidade do material semiótico-ideológico é reduzir o fenômeno ideológico, é tomar em consideração e explicar apenas seu valor denotativo racional...”
(BAKHTIN, 2004, p.40)*

Verificaremos nesse capítulo como o discurso se defende da acusação de corrupção, cujo eixo norteador estará no valor da vida privada. Desse modo, torna-se imprescindível nos atentarmos para o modo como o sujeito lida com os sentidos inerentes a essa esfera. Vale ressaltar o que Bakhtin fala a respeito do repertório pertencente a cada grupo social ao qual corresponde um grupo de temas, como também formas de comunicação específicas. Para tanto, ater-nos-emos aos valores que se apresentam como inerentes à vida privada, tais como: “família” e “privacidade”.

3.1. A manipulação²² dos sentidos “privacidade” e “família”

O enunciado não se refere apenas a um determinado conteúdo semântico-objetual, mas responde ao que outros enunciados disseram sobre aquele objeto, nas palavras de Bakhtin, o objeto se torna “palco de encontro” de opiniões. Essa

²² O termo “manipulação” nos parece adequado à medida que pressupõe um fazer ativo do sujeito com a língua, sentido esse que a palavra “uso”, por exemplo, não implicaria.

concepção de enunciado é, segundo o filósofo, permeada por um princípio e um fim absolutos: “antes de seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros” (BAKHTIN 2003, p.275)

Dessa forma, os sentidos de um discurso são construídos a partir do sujeito, do outro, da situação comunicativa e da relação dialógica que tal enunciado estabelece com outros discursos. A análise dos discursos não nos revela a língua em si, mas as relações histórico-sociais, uma vez que marca a posição valorativa dos sujeitos, logo, essa relação dialógica entre os discursos permite uma rememoração dos sentidos e dos valores.

Desse modo, a busca pela compreensão de sentidos no discurso de Renan Calheiros implica verificar quais os sentidos pertencentes a outros discursos, a outras esferas que são revisitados e atualizados, passando a assumir uma forma de legitimação.

Observemos trechos do primeiro pronunciamento de Renan Calheiros (28/05/2007):

“Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Presidente Michel Temer, é com sentimento de indignação e constrangimento que falo ao Senado Federal e à Nação. Nunca pensei nem desejaria jamais fazê-lo para rasgar minha alma, tendo que revelar segredos sagrados daquilo que de mais pessoal se possui, que é a família, para defender-me de uma infâmia, um pseudo-escândalo, um pseudo-escândalo sobre minha vida pessoal.

“Pessoal, sim. Estou aqui para provar, demonstrar, exhibir e reiterar que se trata de uma questão pessoal”.

“Indignação, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque ninguém teria outro sentimento senão esse, ao ver-se constrangido a violar sua privacidade com risco e perigo de atingir os entes que lhe são mais caros e confessar pecado que somente se deveria falar no confessionário, para pedir perdão e receber penitência. Sem a proteção a qual eu teria direito, como pessoa e como cidadão, vivendo numa democracia cuja Constituição assegura, como cláusula pétrea, a privacidade de todos.”

É possível perceber a insistência em se afirmar que se trata de uma questão pessoal, logo, podemos concluir a partir da fala do sujeito a existência de dois lados: o pessoal e o não-pessoal. Essa dicotomia começa a ser realçada em outra categoria que o sujeito apresenta como a a vida pública e vida privada.

Outro aspecto relevante que percebemos com a análise é a escolha lexical que marcará o caráter apreciativo da palavra com relação ao o que o sujeito diz: *é com sentimento de indignação e constrangimento que falo ao Senado Federal e à Nação. Nunca pensei nem desejaria jamais fazê-lo para rasgar minha alma, tendo que revelar segredos sagrados.* Marca-se como aquele obrigado a falar de sua vida “pessoal”.

Em meio a essa fala, marcada por suas emoções, surge uma voz, digamos imparcial (não-pessoal), quando ele diz: *do que de mais pessoal se possui, que é a família.* Essa voz não representa a do sujeito (em particular), mas a voz da sociedade (em geral, em uma perspectiva universal), uma vez que nos parece que é a sociedade falando: *de mais pessoal se possui, que é a família.* A família representa um dos valores presentes nas relações sociais e, por essa razão, seu

sentido é assegurado e legitimado historicamente pela relação semiótico-ideológica dos sujeitos.

Em seu discurso, ressoam vozes as quais, por sua vez, valorizam a família e a atitude religiosa que dispõem de um lugar de respeito na sociedade e, da mesma forma, refoçam o sentido de intimidade - a vida pessoal. É nesse sentido (em direção à vida pessoal) que seu discurso caminha. Por essa razão, que a concepção de enunciado em Bakhtin se difere de uma concepção estrutural em que carecia da presença dos sujeitos ativos em um determinado tempo e espaço.

Curiosamente, o sujeito cria uma perspectiva universal que se constituirá como uma legitimação de seu dizer: *ninguém teria outro sentimento...*, *como pessoa e como cidadão...*, *a privacidade de todos*, o que assegura seu direito de privacidade.

Estabelece uma relação de comparação, cujo sentido é o de que todos agiriam da mesma forma como também recorre à representação do pecado, do erro. Seu tom discursivo²³ o situa como arrependido e, como tal, merece o perdão de seus interlocutores. Nesse sentido que, para Bakhtin (2003), não nos expressamos por meio de orações (como definidas pelas gramaticais, digamos, tradicionais), mas por meio de enunciados nos quais ressoam vozes diferentes, tais como: a do marido arrependido, a do pecador, a do pai de família e a da sociedade em defesa da família.

²³ É lícito ressaltar que, para Bakhtin a expressividade do discurso diz respeito não apenas à entonação oral (aos recursos do sistema lingüístico), mas, sobretudo, diz respeito à relação valorativa do sujeito com o tema de seu discurso (aspectos extralingüísticos).

Em tais vozes latejam sentidos e valores construídos pelos sujeitos no decorrer da história. Ponzio (2008) dirá que as palavras são “peças que formam parte de enunciações completas, de textos” (PONZIO, 2008, p.1001). Dessa forma, o valor da família, o direito à privacidade e o discurso religioso – o qual torna sacro o direito ao perdão - permitem uma fusão de vozes, à medida que o discurso cria a impressão de que não é o sujeito que está se expressando, mas a sociedade por meio dos valores rememorados. Em seu discurso ressoam os vários discursos como legitimação.

Tal legitimação está submetida à relação com a materialidade sócio-histórica a qual é responsável por assegurar os valores que estão presentes no discurso, tais como família e vida pessoal. Sendo que este último assume um lugar de direito, portanto, assistido pela lei. São verdades com as quais o sujeito se “arma”. Dizendo de outro modo, o discurso procura se legitimar à medida que fala em nome dessas “verdades inquestionáveis”. Percebemos a insistência em não apenas afirmar que a vida pessoal (a privacidade) é direito de todos, portanto, seu direito, como também estabelecer uma separação entre a vida pessoal e a vida pública.

Osakabe (1999) nos fornece algumas reflexões quanto às condições de produção e à organização argumentativa de modo a nos orientar nessa observação de como o sujeito agencia recursos lingüísticos cujo objetivo é o de interferir na opinião de seus interlocutores. Ao expor o esquema de formações imaginárias (em que ele retoma contribuições de Pêcheux), Osakabe acrescenta ao esquema uma pergunta que, para este, é fundamental: o que A pretende falando dessa forma?

Essa pergunta nos desloca, novamente, para um campo da intencionalidade do sujeito. Retomando Bakhtin, podemos fazer uma relação com o que o filósofo defende como um projeto de dizer do sujeito. Em outras palavras, há um projeto, uma direção para qual o discurso aponta. Porém, não nos interessa uma idéia de um sujeito dono dos sentidos, tampouco de um sujeito inútil. A questão do projeto de discurso, de uma intencionalidade, permite-nos investigar como os sujeitos se articulam e articulam os fatos em uma construção de sentidos que tem como razão de ser o outro. Dessa maneira, para compreender os sentidos é necessário verificar os meios de construção.

Os discursos que giram em torno da corrupção constroem o cenário político brasileiro. Discursos que agregaram novos sentidos em que o homem político não apenas dispõe da imagem de função pública, como aquele que deve lutar pelos interesses de todos, mas, ao mesmo tempo, dispõe da imagem de corrupto, uma vez político. É desse lugar tenso e ameaçador que o sujeito do discurso político fala.

No nosso caso, o sujeito discursivo não está empiricamente diante de possíveis eleitores; não se trata de um discurso em campanha, mas de um discurso que acontece por causa da acusação de corrupção. Seus interlocutores são seus pares cujo valor está no poder de decidir a situação de Renan Calheiros.

No entanto, os eleitores (a nação) também se apresentam como seus interlocutores, uma vez que seu discurso pode ser acompanhado pela nação, seja por meio da TV Senado ou pela cobertura midiática do caso. Vale também ressaltar que os valores que participam de seu discurso (família e vida privada) são valores construídos nas relações sociais e, por esse motivo, a sociedade também se

apresenta como interlocutor indireto. Desse modo, pode dizer que há dois tipos de interlocutores a nação e seus pares (seus interlocutores imediatos).

O discurso começa a se sustentar no valor da família: “segredos sagrados daquilo que de mais pessoal se possui, que é a família”. Dessa forma, estabelece-se uma hierarquia entre as coisas consideradas pessoais e em seu topo estaria a família.

O sujeito muda o tema de seu discurso – pois não se fala de corrupção – diante de seus interlocutores e designa seu caso como: “uma infâmia, um pseudo-escândalo, um pseudo-escândalo sobre minha vida pessoal” e se afirma como aquele que não está ali para se defender, mas para “provar, demonstrar, exhibir e reiterar que se trata de uma questão pessoal”.

Seu objeto discursivo é apresentado de forma mediada²⁴ pelos vários discursos acerca de tais valores, o que nos revela o dialogismo que elucida a presença do outro na constituição mesma do discurso. Dizendo de outra forma, o discurso é construído a partir dos interlocutores (do outro) a que se dirige, de modo que não é à toa os valores que ali comungam, ao contrário, são valores que se relacionam com seus interlocutores.

Compreende-se, por meio do discurso, além de uma violação do direito à privacidade como homem público, uma violação de seu direito como cidadão, como pessoa comum: “como cidadão vivendo numa democracia, cuja Constituição

²⁴ Ponzio (2008) afirma que o objeto é expresso de forma mediada, ou seja, por meio de enunciações que se apresentam como modelos, como tradição. Por essa razão, o enunciado nunca é unidirecional à medida que, ao expressar seu objeto, o sujeito revela sua posição em relação à palavra alheia.

assegura, como cláusula pétrea, a privacidade de todos.” Não se trata da privacidade à qual o homem público tem direito, mas de uma privacidade à qual “todos” têm direito, portanto, por que não Renan Calheiros?

Cria-se uma lógica discursiva cuja representação poderia ser feita a partir de dois eixos:

VIDA PESSOAL	CIDADÃO
FAMÍLIA PECADO (ERRO)	PRIVACIDADE (DIREITO)

De um lado, sob o valor da vida pessoal estão assegurados a família e o direito ao erro; são valores legítimos. De outro lado, sob a condição de cidadão está o direito à privacidade: “cuja Constituição assegura, como cláusula pétrea, a privacidade de todos”. O sujeito discursivo consegue, dessa forma, distanciar-se da acusação, pois tanto de um lado quanto de outro seu discurso é legitimado, à medida que defende não a si mesmo mas o direito à privacidade como cidadão.

Seu percurso nos revela um caminho que parte da defesa da vida pessoal em direção ao direito do pecado, dessa forma, admite-se o erro, mas este, discursivamente, diz respeito a sua vida pessoal. O pecado assume um lugar de escape, pois ao se confessar o homem é perdoado. Seu pecado é pois apagado e ele se reconcilia com Deus. Portanto, se sua confissão é feita a seus interlocutores: “Infelizmente, minha confissão será aqui,” estes são os responsáveis também por absolvê-lo.

Nesse sentido, é que para Bakhtin (2003), o acontecimento real do texto²⁵ implica dois sujeitos (pelo menos), pois ele (o texto) revela um cruzamento, ou mesmo, uma fusão de textos, de vozes que constroem o texto. Dessa forma, o contexto se torna um texto com o qual se dialoga e ao qual se objetiva unir-se ou do qual quer-se distanciar. Talvez os dois ao mesmo tempo, pois do ponto de vista da acusação, o sujeito discursivo se distancia e se aproxima no que se refere aos valores que também são defendidos pelos seus interlocutores.

Dessa forma, o objeto discursivo é construído a partir de pontos de vista que são trazidos por meio de seu discurso. O sujeito escolhe os discursos que dispõem de um determinado estatuto sócio-ideológico e dá a ele o seu tom, a sua marca, a sua palavra de modo tênue, pois o que se sobressai não é sua voz, mas as vozes de outros sujeitos que revelam “a verdade”²⁶ de seu discurso. Revela-se sua recepção ativa em relação aos discursos anteriores: “Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores.” (BAKHTIN, 2004, p.147). Trata-se da pertinência social dos discursos, de seu peso argumentativo.

Seu dizer começa a nos situar no jogo interativo-discursivo que coloca os valores em jogo. Suas palavras nos mostram como o sujeito apreende o discurso religioso e o discurso, diga-se, democrático e os tornam suas palavras. A língua em

²⁵ O acontecimento da vida do texto é sempre desenvolvido entre duas consciências. Trata-se do acontecimento de dois textos: de um pronto e um a ser criado.

²⁶ A questão do papel do sujeito na construção mesma de seu discurso tem sido ponto de debate entre os estudiosos da linguagem. Há aqueles que diriam que o sujeito discursivo do qual falamos no presente trabalho não passa de um sujeito super-poderoso cujos sentidos são todos controlados por ele. Ora, o trabalho não aponta para essa direção, uma vez que buscamos elucidar a constituição do discurso por meio da presença do outro (valores-centro: eu/outro). Compreendemos um sujeito (é a essa direção que o trabalho caminha) que revela por meio de seu discurso uma diretividade, ou, nas palavras de Bakhtin, um projeto de dizer.

seu acontecimento, por meio do enunciado, revela a fusão entre língua e comunicação discursiva, uma vez que encontramos no discurso uma construção semiótico-ideológica das relações sociais, dos valores que fazem parte da comunidade discursiva do sujeito e de seus interlocutores. Tal relação semiótico-ideológica constrói o objeto discursivo²⁷ e, a um só tempo, os sujeitos da enunciação, seja aquele que fala ou aqueles que são falados por meio do discurso.

Esse é um olhar possível que a perspectiva dialógica nos fornece: enxergar no discurso os vários discursos (e os vários sujeitos) que constroem os sentidos. Perceber como os sentidos dados se tornam atualizados no acontecimento da língua (tornam-se novos), ou seja, no enunciado. O valor da família, o direito à privacidade estão presentes no discurso para dar outro sentido (outros sentidos): distanciar-se da acusação, por exemplo.

Seu discurso ganha a expressividade de um cidadão comum que reclama por seus direitos no que concerne à privacidade. Sua imagem se constrói como vítima e ao mesmo tempo como pecador, como marido que cai em tentação.

O direito	"São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas."
O constrangimento	Meu outro sentimento, Sr ^{as} e Srs. Senadores, é o constrangimento ao qual submeto meus Colegas Senadores e Senadoras, vendo-me nessa posição de expor a minha vida íntima e pessoal.

²⁷ Quanto à construção do objeto, Orlandi (2004) dirá que se trata de uma ilusão referencial. No entanto, pensar em uma construção do objeto não é a mesma coisa que pensar em uma ilusão do objeto, pois esta pressupõe uma verdade escondida que se apresenta inacessível ao sujeito. Ao passo que, a construção implica um fazer do sujeito em relação aos sentidos que lhe são fornecidos pelo outro. Trata-se de uma construção cujo eixo está no eu e no outro.

A reconciliação	Quero, antes de mais nada - porque tentei desfazer esse cenário até agora -, e na presença da minha mulher, Verônica, pedir sinceras desculpas a ela, aos meus filhos e a toda a minha família. A presença dela neste Senado hoje é consequência de uma decisão dela. Foram várias as minhas insistências para que ela aqui não comparecesse, num momento tão triste de nossa história, da história de nossa família.
------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Dessa forma, a argumentação de seu discurso permanece sustentada no direito e, ao mesmo tempo, na reconciliação (Com sua esposa? Com os eleitores? Com os políticos brasileiros? Com a nação?). O discurso nos faz enxergar a violação de seu direito, a exposição “dos entes que lhe são mais caros”, pois, segundo suas palavras, trata-se “de expor minha vida íntima e pessoal” como também “de nossa história, da história da nossa família”.

Compreende-se uma universalização do sujeito não apenas do ponto de vista do direito como cidadão, mas também, do homem comum, que erra e do marido que trai. Dessa forma, o sujeito confessa seu pecado e ao confessá-lo se reconcilia. No entanto, tal “escândalo” o obriga a expor sua vida, a confessar pecado diante de todos. Não apenas o constrange, como também a seus interlocutores.

O discurso religioso que é revisitado por meio dos léxicos: “pecado”, “confessar”, “confessionário”, “pedir perdão”, “confessar pecado” não apenas revelam um sujeito que se diz arrependido, como também, implica o sentido do silêncio, o qual é garantido por meio da confissão. Além de se reconciliar, o sujeito tem o direito ao sigilo de seu “pecado”.

3.2. Construção discursivo-ideológica da vida pessoal

O sujeito subverte o motivo de seu discurso, não se propõe como aquele para se defender, mas fala da violação do direito do cidadão, do erro que o marido pode cometer, logo, do constrangimento pelo qual todos passariam se estivessem na sua situação. Desse modo, percebe-se ao longo de seu discurso que a linha que separa a vida privada da vida pública se torna cada vez mais tênue. Para legimitar seu discurso em defesa do que ele considera como vida pessoal, o sujeito discursivo se vale dos valores legitimados pela vida pública. Portanto, vida pública e vida privada se fundem.

Essa expressividade é possível pela posição valorativa do sujeito e dos seus interlocutores, pois como sistema lingüístico a língua se apresenta neutra. No entanto, como enunciado, a língua e situação de interação se fundem. Há, portanto, a alternância de sujeitos. Para Bakhtin (2003), a entonação está submetida não apenas à relação do sujeito com o conteúdo semântico-objetal, mas também, à relação do sujeito com os enunciados do outro.

Por essa razão, na voz do sujeito estão outros discursos que legitimam sua fala. O discurso ressalta, por meio de suas palavras, as construções sócio-ideológicas no que concerne à vida privada. Não poderia ser de outra forma, pois o sujeito se antecipa discursivamente a partir da situação de comunicação em que se inscreve.

Observemos o seguinte trecho:

“Confesso - e peço a atenção da Casa - que tive uma relação que me deu uma filha. Como todos os casos de paternidade, Srs. Senadores, e paternidade não programada, episódios como esse geram contendas que, muitas vezes, como ocorreu, terminam nas Varas de Família. Não fugi a esse calvário. Assumi como pai minhas responsabilidades.”

Seu discurso começa a apontar na direção da paternidade e de suas obrigações:

Conduta de pai	Meu comportamento, Srs. Senadores, Sr ^{as} Senadoras, baseou-se em dois pontos: 1) Assumir a paternidade e não me esquivar dos meus deveres; e 2) Dar assistência à gestante em suas necessidades.
	Reconheci a paternidade, e o fiz, como disse, por iniciativa minha. Fui eu o autor do reconhecimento. Repito: assumi minhas responsabilidades como pai. Não esperei nem procurei negar. Está aqui a certidão.

Seu discurso se baseia no ideal de conduta de pai: assumir a paternidade e assistir a criança. Dessa forma, o discurso procura se antecipar, responder ao que seus interlocutores poderiam se perguntar. O discurso constrói o que quer que seus interlocutores pensem, delimitando os sentidos, os valores que ele quer que participem²⁸. O sujeito se apresenta como aquele que fala de seu direito à

²⁸ Vale ressaltar que seu querer não impede, em absoluto, as contrapalavras, o discurso de seu interlocutor (mesmo na condição de discurso interior) que pode refutá-lo e se colocar completamente fora da aliança que o sujeito procura construir.

privacidade como cidadão, assume seu erro e, mais do que isso, (pressupõe que assim seja o ideal de conduta) assume suas responsabilidades.

Como vimos, uma de suas primeiras afirmações se faz em direção à cisão entre o que seria de ordem pública e o que seria de ordem privada. Dessa forma, assumem lugar de importância no seu discurso o valor da família e o direito à vida pessoal. Ao estabelecer uma relação de comparação “ninguém teria outro sentimento” legitima seu discurso e, ao mesmo tempo, sua atitude. Abusa de um tom que o apresenta como vítima de uma invasão a sua vida privada.

Por essa razão que Osakabe (1999) ressalta a importância que o ouvinte desempenha no agenciamento do discurso, pois segundo o autor, faz-se necessário criar discursivamente uma relação de aliança entre locutor e interlocutor, a este fim os discursos recorrem ao uso de significações, valores fundamentais que são compartilhados pelos interlocutores, minimizando a possibilidade de crítica. Essas reflexões nos orientam quanto à verificação da estratégia discursiva do sujeito e, ao mesmo tempo, permitem-nos compreender como o confronto discursivo se estabelece pela presença mesma do outro.

Percebemos em nossos dados que seu discurso caminha em direção ao valor da família, à medida que o sujeito faz uso de significações que são incontestáveis na sociedade, o que permite a adesão ao seu discurso – tem uma finalidade a qual seria ressaltar sua boa conduta de pai: “reconheci a paternidade”. Tais valores presentes deslocam o sujeito da acusação de corrupção para sua defesa quanto à invasão a sua vida privada.

O ápice de sua argumentação seria o desrespeito à família que, por sua vez, constitui a base da sociedade: “O que quero, mais uma vez, é denunciar essa ignomínia, essa invasão da minha vida privada, daquilo que é mais sagrado na construção da sociedade, que é a família” e, ao mesmo tempo, a criança é quem está em jogo: “Não se pode avaliar o que significa a repercussão dessas especulações sórdidas na vida íntima das pessoas, a corrosão que implica na vida das famílias, da mulher, dos filhos e, principalmente, da criança que tem direito a viver sem traumas”.

Embora o sujeito discursivo argumente que se trata de uma “invasão” a sua vida privada, ele o faz por meio de uma perspectiva universal / geral, pois “a família” não diz respeito apenas a sua, mas às famílias como base da sociedade; “a criança” não diz respeito somente a sua filha em particular, mas a todas as crianças em geral; a “repercussão dessas especulações sórdidas na vida íntima das pessoas” não apenas na sua vida.

Esse modo como o sujeito fala de sua vida privada à medida que defende a vida privada de todos nos evidencia a ligação estreita entre as esferas privada e pública: a família pertence tanto à vida íntima (vida privada) como à vida pública, uma vez que é um valor da sociedade; do mesmo modo a criança como filha de alguém e a criança como valor social. Rompe-se a cisão entre público e privado na medida em que compreendemos que os valores que são garantidos na esfera pública o são por conta da esfera privada e vice-versa.

Do mesmo modo, do ponto de vista discursivo verificamos que valores defendidos como “pessoais” são apresentados como valores gerais de todos. O

sujeito não o faz desse modo independentemente de seus interlocutores, ao contrário, o interlocutor é a medida do discurso. Por essa razão, o discurso do outro (os vários discursos acerca da família, da criança e da vida íntima) penetra o discurso do sujeito de modo que suas palavras se apresentam como palavras da sua comunidade ideológica.

O sujeito também abusa de um tom religioso. Cria-se a impressão de que o tema do discurso está relacionado à decadência dos valores sociais: o valor da família, da criança e o direito à vida privada. Em suma, oferece-nos a seguinte (possível) conclusão: o desnível a que chegou a política. Entretanto, indagamo-nos: e o caso de corrupção? O sujeito se desloca, à medida que constrói outro objeto discursivo.

Dessa forma, o sujeito assume um lugar avaliativo da situação e, como tal, apresenta seu diagnóstico, sua verdade em relação a sua situação:

- a minha vida íntima e pessoal.
- história de nossa família
- calvário
- Reconheci a paternidade
- especulações sórdidas na vida íntima das pessoas,
- corrosão que implica na vida das famílias, da mulher, dos filhos e, principalmente, da criança que tem direito a viver sem traumas.
- essa ignomínia, essa invasão da minha vida privada, daquilo que é mais sagrado na construção da sociedade, que é a família.

Seu discurso se constitui de tal forma que passamos a enxergar apenas sua insistência em defender o direito à vida pessoal, deslocando, dessa forma, a atenção

da acusação de corrupção. O discurso é capaz de reorganizar os fatos, de se esquivar daquilo que seria o centro da discussão: a corrupção.

É a essa relação semiótico-ideológica que Bakhtin nos chama a atenção para compreender como os sentidos dependem da relação apreciativa do sujeito em relação ao que ele diz. Essa apreciação, esse caráter ideológico faz com que a realidade seja refratada. A investigação da linguagem nos ajuda a compreender as relações sociais no que se refere às construções semiótico-ideológicas, pois os sentidos são construções dos sujeitos.

Retomamos nesse ponto, as considerações de Bakhtin em *O Freudismo* (2004), quanto ao social como essência humana, uma vez que por meio das relações sociais os sujeitos se constituem. Dessa forma, o sujeito para se constituir está submetido a uma relação fundante entre o eu e o outro.

Quando observamos nossos dados de análise e verificamos que os valores defendidos pelo sujeito discursivo estão legitimados socialmente, torna-se elucidativa a perspectiva bakhtiniana quanto ao processo de construção de sentidos submetido à relação entre os sujeitos, a qual determina o modo como o sujeito se relaciona discursivamente com seus interlocutores.

Capítulo 4

Construções discursivo-ideológica no tocante à Instituição

“Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social.” (BAKHTIN, 2004, p.45)

Como pudemos ressaltar anteriormente, o sujeito busca estabelecer uma cisão entre a vida pública e a vida privada como forma de argumentar em direção a

sua defesa (embora já tenhamos verificado que elas se constituem mutuamente). Desse modo, a Instituição (o Senado Federal) se apresenta como eixo de construção dos valores no que se refere à vida pública. A vida pública passa a ser equivalente às Instituições. Dessa forma, observaremos os valores que participam do discurso.

Retomando as idéias de Bakhtin quanto à concepção de ideologia, é lícito ressaltar que a palavra ideologia tem a ver com a relação axiológica do sujeito com o outro, relação essa que se constrói por meio do discurso. Ora, se partimos do pressuposto de que o discurso é sempre ideológico, uma vez que marca a relação do sujeito com o objeto discursivo, logo podemos verificar os valores sociais que são defendidos, como também os sentidos que são reacentuados, ou calados de acordo com a relação que se estabelece entre o sujeito e seu interlocutor.

4.1. A valoração do homem público

Na perspectiva bakhtiniana, o gênero discursivo pressupõe um determinado interlocutor e, por conhecê-lo, o sujeito procura se antecipar, fazendo pressuposições do ponto de vista possível de seu interlocutor a partir de um campo da comunicação discursiva. Essa compreensão que o sujeito tem do seu interlocutor (também) determina o estilo do enunciado (os meios lingüísticos). O estilo íntimo, por exemplo, objetiva uma fusão entre o sujeito e seu interlocutor.

Como estudiosos da linguagem, concebemos o discurso como revelador da organização social, de seus valores e de suas contradições. Os sujeitos interagem

em uma relação simbólica cujos sentidos têm sua marca histórica e ideológica. Dessa forma, somos capazes de construir uma representação dos sujeitos a partir de seu discurso (relação ético-estética), uma vez que não são meras palavras, mas construções semiótico-ideológicas do mundo. Na interação verbal, os sujeitos se constituem e revelam seus juízos de valor que ora coincidem, ora não.

Para Bakhtin (2003), o enunciado é o modo pelo qual a língua acontece e se inscreve em um campo da atividade humana, cujas finalidades determinam um conteúdo, um estilo e uma forma. Esses três elementos constituem o enunciado. Pensar em um estudo do enunciado exige, segundo ele, uma noção precisa de sua natureza de modo a evitar um formalismo exagerado que apague a historicidade da língua.

Os sentidos e os enunciados estão em uma relação constante e dinâmica, o que não nos permite separá-los. Dizendo de outro modo, estudar o enunciado exige que não quebreemos esse movimento e que consideremos o máximo de relações que participam e significam. Ainda que queiramos observar a individualidade de um enunciado, será preciso relacionar seu estilo ao gênero do discurso. Do mesma forma, se há sempre um direcionamento a alguém, o modo como o sujeito concebe seu interlocutor influencia na construção do enunciado, tanto em sua composição quanto em seu estilo.

A relação entre o homem e o mundo (objetos e sujeitos) que se realiza por meio da linguagem nos permite compreender a historicidade dos sentidos, ou seja, permite-nos enxergar o papel que desempenha a interação verbal na construção do mundo, dos valores sociais. Em seu livro *Argumentação e Linguagem*, (KOCH

2008)²⁹ a autora fala a respeito da interação social e sua relação com a argumentação. Para a autora, o homem, por se constituir um ser dotado de razão e vontade, avalia, julga, critica, dizendo de outra forma, constrói juízos de valor. O discurso é dotado de intencionalidade, seja visando influenciar no comportamento do outro ou em suas opiniões.

É nesse sentido que Koch dirá que o ato de argumentar cujo objetivo é o de “orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões” (KOCH 2008,17) constitui o ato lingüístico fundamental, uma vez que a ideologia o constitui. Dessa forma, a neutralidade e a imparcialidade não passam, segundo a autora, de um mito, pois a crença em uma objetividade discursiva não deixa de ser uma ideologia³⁰.

No discurso de Renan Calheiros, percebemos essa participação do outro na produção de seu discurso, à medida que surge outra saída para deslocar seu discurso da acusação, o qual busca se legitimar sob o valor da Instituição, do Senado. A seguir, observaremos trechos em que o sujeito se posiciona no lugar de avalista da situação a que chegou a vida pública. Mais uma vez uma perspectiva geral permeia essa avaliação. Não se trata, pois, de seu caso, mas da vida pública como um todo.

“Hoje, a vida pública transformou-se num alvo permanente de suposições, mentiras, difamações, calúnias, que, sem a menor responsabilidade, são propagadas sem que as pessoas tenham qualquer meio de defender-se diante da avassaladora ação de parte da

²⁹ O livro apresenta versões reelaboradas de comunicações em Congressos, artigos publicados e capítulos de sua tese de doutorado: Aspectos da Argumentação em Língua Portuguesa. Trata-se também de uma edição revista e ampliada de seu trabalho: A Argumentatividade no Discurso.

³⁰ A autora chama-nos a atenção para algumas distinções que tentam perpetuar tal mito: dissertação Vs. argumentação, a primeira seria uma apresentação de idéias alheias sem qualquer posicionamento subjetivo. No entanto, a seleção mesma das opiniões já representa um posicionamento, pois se constitui uma escolha.

mídia, que constrói, deforma e expõe pseudofatos como verdades definitivas”.

Dessa forma, se a vida pública se transformou, segundo o sujeito discursivo, em um “alvo”, logo, precisa ser defendida dos que a atacam (a mídia – Revista Veja). No entanto, o sujeito afirma: “sem que as pessoas tenham qualquer meio de defender-se”. Ora, estabelece dessa forma que “as denúncias”, os “pseudoscândalos” (embora pseudos) se apresentam como verdades embora não as sejam. Se não há defesa (porque a mídia desse modo a constrói) os homens públicos são considerados culpados (corruptos) mesmo não o sendo.

Reforça-se a relação de desnível a que chegou a vida pública:

“Senhoras e senhores, é triste para a política brasileira que o Presidente do Senado Federal venha, nesta condição, explicar uma ação de alimentos, comentar a privacidade de sua vida pessoal.”

É interessante como os termos “privacidade” e “vida pessoal” são valorados como negativos, inferiores à “política brasileira” no momento em que o discurso começa a defender a instituição e não mais o direito à privacidade. Dessa forma, o sujeito discursivo consegue enaltecer a vida pública e reivindicar como centro de discussão o que não seja de ordem pessoal, à medida que parece torná-la inferior.

Vejamos mais um trecho em que o “pessoal” assume um valor negativo:

“Regredimos. Há dois mil anos, a política era feita de casos pessoais. Não existia o Estado Moderno. A violência e o primarismo tomavam conta dos homens. Era só vida pessoal.”

A vida pessoal é, pois, responsável pela degradação da vida pública. Desse modo, é preciso defender a instituição, o Senado, dos “ataques” no que concerne o pessoal:

“Quaisquer que sejam os novos ataques, exporei as informações uma a uma, até que os ataques especulativos sejam vencidos em nome do Senado do País, da liberdade, da sociedade e de nosso bem supremo, a democracia.”

Não se trata de uma contradição, posto que o sujeito, em um primeiro momento procura defender o direito à privacidade, ao contrário, tudo conflui, até o momento em direção a sua defesa, pois se o caso dele (como ele mesmo defende) diz respeito a sua vida “íntima”, logo, não deve estar nas discussões da vida pública.

Dessa forma, o sujeito assume uma valoração que diz respeito a algo superior, uma vez que não está relacionado à vida privada, mas a algo maior, que seria a vida pública, a Instituição. Interessante como a relação entre público/privado tal qual é contruída no discurso de Renan Calheiros nos aproxima do sentido apresentado anteriormente nesse trabalho quanto às esferas privada e pública com o surgimento da cidade-estado (ARENDR, 2007).

Como vimos, a vida privada representada uma vida limitada às necessidades vitais, por essa razão, apenas a vida dos negócios (a esfera pública) dava ao homem sua condição (segundo a época) verdadeiramente humana, como nos diz Arendt (idem). Percebemos que o discurso por nós analisado retoma esse sentido à medida que confere ao que é privado um aspecto semântico-ideológico inferior em relação ao que é a vida pública “a política brasileira”.

Ao se apoiar na instituição, o sujeito permite que seu discurso, mais uma vez, desloque-se para chamar à atenção de que essas denúncias, ou melhor, “pseudo-escândalos” colocam em jogo não apenas sua imagem de homem público, mas, sobretudo, a própria instituição, o Senado. O todo composicional de seu enunciado está submetido à parte de seus interlocutores, que são eles mesmos a instituição. Compreendemos quão forte é a presença do outro no discurso de forma que marca o estilo e constrói dialogicamente os argumentos.

Na perspectiva bakhtiniana, o estilo é concebido de forma diferenciada à medida que ele está submetido ao princípio de alteridade, à presença do outro no discurso. Segundo Brait (2006), tal concepção de estilo está relacionada ao dialogismo, princípio constitutivo da linguagem:

“Esse elemento constitutivo da linguagem, esse princípio que rege a produção e a compreensão dos sentidos, essa fronteira em que eu/outro se interdefinem, se interpenetram, sem se fundirem ou se confundirem” (BRAIT, 2006, p.80).

Dessa maneira, observar o estilo é, a um só tempo, observar uma unidade do interior e do exterior. Essa concepção se distancia da estilística clássica que estudava a expressão individual dos sujeitos independentemente da relação de interação verbal que pressupõe o outro e as construções histórico-sociais.

Segundo Bakhtin (2003), é na relação com o contexto que o sujeito revela seu estilo. Este não corresponde a uma individualidade independente do contexto sócio-histórico, mas a uma individualidade que é constituída na relação com o outro, com o exterior. Segundo o autor: “o grande estilo abarca todos os campos da arte ou

não existe, pois ele é, acima de tudo, o estilo da própria visão de mundo e só depois é o estilo da elaboração do material” (BAKHTIN, 2003, p.187).

4.2. A reconstrução do objeto discursivo

A palavra de Renan Calheiros se encontra com a palavra do outro, ambas ativas e construindo uma realidade discursiva verdadeira de um lado (o lado construído pelo sujeito) e falsa /mentirosa de outro (o lado desconstruído pelo sujeito). O que nos revela as ações do sujeito com a linguagem e sobre a linguagem à medida mesma que suas palavras procuram dar conta dos fatos do mundo. Segundo Geraldi:

“Ainda que os interlocutores possam compartilhar algumas de suas crenças, sempre se está reorganizando, pelos discursos, as representações que se fazem do mundo dos objetos, de suas relações e das relações dos homens com o mundo e entre si.” (GERALDI, 1997, 27)

O mundo é, pois, construído pela linguagem, uma vez que a interação dos sujeitos pressupõe uma relação de sentidos, de significação. Portanto, toda relação discursiva atualiza, re-significa ou mesmo rompe com certa continuidade, sem conferir-lhe um sentido zero, mas possibilitando um agregar de sentidos.

Ora, não é à toa que o sujeito fala; ele se dirige a seus interlocutores visando um determinado fim e, para tanto, articula seu discurso, seu modo de se relacionar com seus interlocutores. Dessa forma, não é por acaso que o discurso de Renan

Calheiros estabelece uma relação necessária entre os sujeitos políticos (seus interlocutores e ele próprios) e a instituição:

“E, com a justiça dos meus companheiros, como já disse, e com a força da minha inocência, permanecerei no Senado Federal, porque as instituições não se separam dos seus componentes. Não há como se separar um componente de uma instituição. Há como resolver as questões, passá-las a limpo e dar as respostas que a sociedade quer. E é exatamente por tudo isso que estamos aqui reunidos. Fiz o que foi possível para acelerar o processo, para demonstrar essa inocência. Continuarei a fazer isso, a responder o que for necessário responder, para que esta Casa tenha sempre um Presidente à altura da dignidade que ela precisa ter.”

Se de um lado o sujeito busca evidenciar que se trata de uma questão pessoal, de outro, ele coloca em jogo a instituição, o poder público. A presença da Instituição se marca como valor soberano. É imprescindível atentarmos para o fato de, “a sociedade” aparecer como objeto discursivo, pois há pouco afirmamos ser ela também um interlocutor de seu discurso. Podemos nos perguntar: qual é “a resposta que a sociedade quer”? Será uma afirmação de que não há casos de corrupção?

Seu discurso qualifica a instituição e ao mesmo tempo seus interlocutores, ou seja, seus “componentes”. Desse modo, a “dignidade” da “Casa” implica a dignidade dos componentes pelo fato mesmo de eles a constituírem. Essa forma de argumentação está construída sob a ilusão de que a instituição é um valor absoluto pelo fato mesmo de existir independentemente de seus componentes, portanto, a instituição representa a verdade. Ela está fora, Cristalizada.

Como valor absoluto representa o ideal de conduta do homem público:

“As crises políticas não se compadecem de fraquezas nem de gestos menos nobres. Sucumbir à sedução de um pseudoclamor é atitude incompatível com a coragem e a honradez que devem pautar a conduta dos homens públicos, principalmente quando investidos na Presidência do Senado Federal.”

A idéia de
“Presidente do
Senado Federal”
como diferencial.

Observaremos a seguir como o sujeito constrói uma argumentação sob o valor da Instituição, por meio de uma comparação que aponta para uma degradação da vida pública.

Faz um diagnóstico da vida pública	Hoje, a vida pública transformou-se num alvo permanente de suposições, mentiras, difamações, calúnias, que, sem a menor responsabilidade, são propagadas sem que as pessoas tenham qualquer meio de defender-se diante da avassaladora ação de parte da mídia, que constrói, deforma e expõe pseudofatos como verdades definitivas.
	Regredimos. Há dois mil anos, a política era feita de casos pessoais. Não existia o Estado Moderno. A violência e o primarismo tomavam conta dos homens. Era só vida pessoal.

Seu discurso caracteriza não apenas seu caso como “infâmia”, mas a vida pública como “alvo permanente de suposições, mentiras, difamações, calúnias”. Essa caracterização permite um deslocamento que parte da confissão prévia (no

que se refere a sua vida pessoal) para a negação (no que se refere à vida pública), pela remissão a um sentido de discurso falso, mentiroso.

Dessa forma, o sujeito acaba negando o que há pouco afirmara. No entanto, não é à toa que o faz, pois o objeto discursivo que começa a ser construído diz respeito à vida pública, em que os erros em questão estarão relacionados aos casos de corrupção.

Ao comparar por meio de uma desqualificação do que era a vida pública, simultaneamente, parece apontar para o que não deva ser permitido hoje: que as “suposições, mentiras, difamações e calúnias” continuem a fazer parte da vida pública. Ora, a quem interessa esse discurso? De acordo com a análise, ele interessa a seus interlocutores os quais ocupam cargos políticos, portanto, são aqueles que também querem preservar a vida pública. Por outro lado, interessa à sociedade, uma vez que está em jogo a imagem de função pública.

Percebemos o papel ativo³¹ de seu interlocutor na construção de seu discurso, à medida que procura orientar seu interlocutor, direcionar seu olhar; ao mesmo tempo em que busca fazer de suas palavras, as palavras de seu interlocutor e legitima seu discurso por meio de valores compartilhados socialmente. O interlocutor é um influente do dizer do outro. Da mesma forma, o sujeito discursivo objetiva influenciar no comportamento ou nas opiniões de seu interlocutor. Por essa razão, o modo como o sujeito constrói seu discurso nos revela os valores que estão em jogo no que se refere à vida pública.

³¹ Segundo Bakhtin (2003), o problema da lingüística diz respeito ao lugar passivo que atribui ao outro, como mero ouvinte, um decodificador. Negligencia-se, dessa forma, o papel ativo do outro na comunicação discursiva.

Se o sujeito objetiva direcionar seu interlocutor para um determinado fim, logo, o meio para o atingir é seu discurso, é sua capacidade de organizar os fatos, de construir os sentidos da melhor forma o possível que coincida com as idéias de seu interlocutor ou que coincida com o que o sujeito constrói como idéia de seu interlocutor³².

Pode-se compreender o sentido de alguns enunciados serem revisitados e reatualizados, ao passo que outros sejam calados, disfarçados. Esse jogo revela o poder do discurso, no duelo (ainda que verbal) pela “verdade”. Trata-se de uma luta, de uma defesa da verdade (de um ponto de vista). As palavras são a possibilidade de encontro entre os sujeitos, ao mesmo tempo em que elas revelam seus interesses, suas posições valorativas em relação ao conteúdo semântico-objetal.

As palavras apontam, sobretudo, para o mundo, para as relações sociais. Não se trata de palavras por palavras mas de sentidos e valores revelados pelo discurso. Discurso que qualifica e desqualifica, que constrói verdades e até mesmo “A verdade” cuja contradição é perceptível ao decorrer dos anos. Discursos tão poderosos que muitas vezes parecem surgir como verdades cristalizadas, oráculos de Deus. Inquestionáveis.

Dessa forma, pensar em um enunciado como revelador das relações sociais, do jogo de poder, aproxima-nos da compreensão do mundo como construção dos sentidos, em que se estabelecem relações axiológicas com os objetos e sujeitos. Os

³² Talvez não esteja tão longe de nossa memória a frase da Revista Caros Amigos: “Revista Caros amigos: a revista para quem sabe ler”. O discurso constrói o perfil do leitor ideal da revista, qualifica seus leitores e desqualifica seus não-leitores, por simplesmente não serem seus leitores.

discursos são construídos de modo a dar conta dos fatos, porém, são os sujeitos que constroem os discursos, portanto, são eles que estabelecem a relação dialógica.

O sujeito³³ atualiza os sentidos e seu discurso o situa em uma posição não indiferente no que se refere ao objeto discursivo. Do mesmo modo, o outro fornece a medida para a produção de seu discurso. Tanto o sentido quanto os sujeitos nos são apresentados sob uma aparência homogênea, no entanto, constroem-se por meio do confronto.

Seu discurso se apresenta como defesa do Senado. Não se trata, portanto, de sua defesa, ao contrário, da defesa do Senado. O homem público está, por assim dizer, fundido à Instituição. Defender-se dos ataques implica a defesa do Senado:

O Senado A democracia	Quaisquer que sejam os novos ataques, exporei as informações uma a uma, até que os ataques especulativos sejam vencidos em nome do Senado do País, da liberdade, da sociedade e de nosso bem supremo, a democracia.
O Ideal de homem público	As crises políticas não se compadecem de fraquezas nem de gestos menos nobres. Sucumbir à sedução de um pseudoclamor é atitude incompatível com a coragem e a honradez que devem pautar a conduta dos homens públicos, principalmente quando investidos na Presidência do Senado Federal.

³³ Ao contrário do que afirmamos, Orlandi (2003) afirma que o “efeito - sujeito é o efeito ideológico necessariamente inscrito na linguagem” (ORLANDI, 2003, p.69). Segundo a autora, há uma ilusão de sujeito do discurso, ou seja, não há sujeito. É perceptivo em muitos trabalhos uma recorrência à determinação do inconsciente no que se refere à produção do discurso, à concepção de sujeito. Negligencia-se a relação interativa entre os sujeitos, sob a qual está submetida à existência da linguagem: é porque os sujeitos se relacionam entre si e com o mundo que existe linguagem. Dessa forma, o sujeito se constrói na interação com seu outro, com o diferente. Há sujeito do discurso, mas este está sempre diante de um outro.

--	--

Procura legitimizar seu discurso no ideal de homem público “é atitude incompatível com a coragem e a honradez que devem pautar a conduta dos homens públicos”. Sua legitimação está no fato de como homem público dispor de tal “coragem e honradez”.

Ao mesmo tempo estabelece uma relação hierárquica entre os homens públicos e a Presidência do Senado cuja distinção é feita pelo advérbio “principalmente”, ou seja, há algo na Presidência do Senado³⁴ que o diferencia dos outros homens públicos. Ora, seu discurso nos propõe a seguinte formulação: se os homens públicos dispõem do estatuto da coragem e da honradez (dessa forma, qualifica seus interlocutores, pois são homens públicos) o Presidente do Senado Federal dispõe ainda mais.

O sujeito afirma:

“Confio no Senado Federal e nas instituições deste País.”

“Continuarei daqui a honrar o juramento de cumprir a Constituição Federal e as leis do Brasil.”

“O Senador e o Presidente, não dá para separar a figura do Presidente do Senado Federal da do Senador da República, por mais que queiramos. Não dá para separar! Na hora em que atingem o Senador Arthur Virgílio, atingem diretamente a instituição. Não basta V. Ex^a ser Presidente ou Líder do PSDB...”

³⁴ Talvez seja dispensável, mas preferimos retomar a informação que o sujeito empírico (Renan Calheiros) é o então Presidente do Senado Federal.

Cria-se uma ilusão de que o Senado e as instituições independem de homens, assumem valor absoluto. O que nos revela uma lógica em que o Senado pode assumir lugar de legitimação pelo fato mesmo de ser uma Instituição, pois como tal representa o valor absoluto. Nesse ponto, essa construção semiótico-ideológica do discurso de Renan Calheiros estabelece uma contradição quanto ao que a esfera pública implica. Pois não se trata mais da Instituição como poder visando os interesses da sociedade, mas trata-se da Instituição por ela mesma. O que nos permite compreender transformações que nos evidenciam o jogo de interesses em defender, sobretudo, a instituição.

A síntese de toda sua argumentação se apresenta na afirmação quanto à não separação entre o homem público e a Instituição, pois é essa não separação que lhe permite o seguinte argumento: o ataque ao homem público, é um ataque ao Senado. Portanto, cabe a defesa do Senado:

“Da mesma forma que V. Ex^a, quero dizer que aqui não há Senadores de primeira e de segunda categoria. V. Ex^a tem toda razão. Aqui, todos nós somos Senadores, e estamos aptos, preparados, em condições de decidir qualquer questão, qualquer caso, de julgar qualquer um. Democracia é isso mesmo. É um regime que, embora não seja perfeito, é o melhor regime. E é exatamente por isso que temos que defender as suas instituições. E, no momento em que defendemos o Senado, que é uma instituição respeitável da República, estamos exatamente fazendo isso.”

Dessa forma, à medida que qualifica seus interlocutores, reafirma que se trata de uma defesa da Instituição. Ora, se defender o homem público é defender o Senado, do mesmo modo, em outra perspectiva, compreende-se que defender o

Senado é defender não apenas a si mesmo, como também, seus interlocutores, que são, como ele, homens públicos, portanto, inseparáveis da Instituição.

A sociedade parece estar fora da Instituição, no entanto, os homens públicos que lá se encontram são seus representantes. Todavia, a presença da sociedade na instituição, por meio de seus representantes é apagada. Não reconhecemos o Senado como a própria sociedade.

Essa lógica (instituição inseparáveis dos homens público) lhe permite falar de um lugar cuja legitimação se refere à unidade por ele criada entre sujeito discursivo + interlocutores + Senado. Todos são um, o que permite a seu discurso um tom de igualdade perante seus interlocutores.

O discurso começa a situar seus interlocutores no mesmo prisma, ou seja, na mesma condição pela qual o sujeito discursivo passa:

O homem público	Imaginem, Srs. Senadores, Sr ^{as} Senadoras, o futuro deste Congresso se cada derrotado político conseguir transformar seu ressentimento em pseudo-escândalo, em representações! A utilização persecutória, o uso para atingir, difamar e fazer campanha contra o homem público, é antidemocrática, é desleal e é torpe.
A tomada de atitude de seus interlocutores	Vamos seguir linchando homens públicos a cada vindita publicada? A revista tem um passivo com os seus assinantes, leitores e o País em apresentar as provas de denúncias pretéritas e de denúncias recentes.

Estabelece uma relação de comparação entre o que está acontecendo a ele e possivelmente (no futuro) a seus interlocutores e atribui a responsabilidade de “linchamento” a todos. “Vamos seguir linchando (...)?” O sentido de seu discurso se revela à medida que coloca a responsabilidade sobre seus interlocutores, pois eles podem impedir o linchamento, impedir o escândalo do “Senado”. Afinal, seus interlocutores são aqueles que podem abafar a investigação.

Vale também ressaltar que “linchamento” implica fazer justiça com as próprias mãos e quando esse linchamento acontece a sociedade o julga pior que o primeiro ato causador. Dizendo de outro modo, todos aqueles que seguem “linchando homens públicos” são na verdade piores do que os supostos escândalos.

Essa relação interativo-discursiva nos revela como o outro constitui o discurso à medida que o sujeito revela por meio de suas palavras o que seus interlocutores representam para ele. A investigação da acusação depende de seus interlocutores, logo, estes têm um poder sobre o sujeito discursivo. No entanto, o discurso consegue organizar os fatos e, acima de tudo, as posições valorativas do sujeito cujo efeito é o de retirar esse poder e afirmar que seus interlocutores correm o mesmo risco, pois é a vida pública (portanto, seus interlocutores) que estão em jogo:

“O Senador e o Presidente, não dá para separar a figura do Presidente do Senado Federal da do Senador da República, por mais que queiramos. Não dá para separar! Na hora em que atingem o Senador Arthur Virgílio, atingem diretamente a instituição (...)”

O discurso revela (exatamente) o que pretende de seus interlocutores que seria: um basta quanto aos “escândalos” da vida pessoal, ou ao “linchamento” de homens públicos. Trata-se de uma busca em direção a um calar de discursos que

acusam os homens públicos, que apontam para a corrupção. No entanto, discursivamente, o sujeito constrói o conteúdo semântico-objetual legitimados nos valores “privacidade”/“Instituição” e sob a possibilidade (ou ameaça) de o “escândalo” de sua vida pessoal passar a ser o escândalo de qualquer outro Senador (futuramente, se não derem o basta nesses escândalos).

Com base nessa relação inseparável entre o homem público e a Instituição insiste em afirmar que se trata antes de qualquer coisa da defesa da Instituição:

Enaltação do Senado	Sirvo-me, portanto, mais uma vez, desta tribuna, nosso espaço insubstituível, para reiterar a mais profunda indignação com a incessante campanha de imposturas da qual sou vítima. Mais do que isso, Sr. Presidente, utilizo este espaço sagrado para evitar que os fuxicos irresponsáveis contaminem relações pessoais e relações políticas que tanto prezo nesta Casa do Congresso Nacional.
O risco da Instituição	Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, é a disputa regional que essa gente atabalhoada quer trazer para o Senado Federal, com falsos ares de escândalo nacional, na tentativa de comprometer minha imagem e de alimentar a desestabilização da Presidência do Senado Federal.

Compreendemos, ao mesmo tempo, que se trata de defender seus interlocutores, defender os componentes os quais podem tornar-se “vítima” tal qual Renan Calheiros.

Para se defender, o sujeito não apenas recorre ao valor da Instituição, como também submete seu julgamento ao julgamento da Casa, do Senado; sua defesa à

defesa do Senado. Dessa forma, o que está em jogo é o Senado, ou seja, todos os Senadores (seus pares), uma vez que “A instituição são aqueles que a compõem. Não há como separar”.

4.3. A desqualificação de seus não iguais

Se de um lado o sujeito qualifica seus interlocutores por meio da relação de implicação entre Senado e seus componentes, de outro, o sujeito desqualifica “aqueles” responsáveis pelo “escândalo” de sua vida pessoal e pelo “linchamento” à vida pública. O discurso se situa diante de um “eu” e um “outro” iguais e o diferente está sob a forma de terceira pessoa³⁵ que, necessariamente, não participa do discurso diretamente, apenas por meio do discurso do “eu”. Esse discurso alheio não é, pois, reproduzido na fala do “eu”, mas reconstruído pela posição valorativa do sujeito³⁶.

Ao transmitir a palavra alheia em forma de discurso indireto, o sujeito faz o que Ponzio (2008) chama de uma readaptação estilística. Diferentemente do discurso direto, o indireto avalia, comenta, transforma o discurso alheio em discurso próprio. Ao mesmo tempo, como o objetivo é orientar seu interlocutor para um

³⁵ Osakabe (1999), ao falar a respeito da imagem do referente, ressalta que a imagem contrária à do locutor é atribuída a uma terceira pessoa. Dessa forma, essa imagem contrária é assumida no discurso como não compartilhada entre o eu e o tu.

³⁶ Como se trata de pronunciamentos no Senado Federal, pressupõe-se a troca de falas, a qual possibilita a controversa, a refutação. No entanto, a preocupação do presente trabalho é observar como os pronunciamentos que estão sendo estudados (analisados) revelam a relação do sujeito com os discursos precedentes e os subseqüentes. Dessa forma, objetiva-se compreender, por meio de seu discurso como o “eu” constrói seus interlocutores e seu objeto discursivo e, ao mesmo tempo, como seu discurso é construído diante desse “outro” que lhe é imprescindível.

determinado fim, suas palavras não podem parecer serem suas - o que o prejudicaria à medida que revelaria seus próprios interesses.

Por essa razão, o discurso alheio e o discurso próprio precisam se fundir, de modo que disponha de um efeito de neutralidade em relação ao sujeito, dessa maneira, apresenta-se como um discurso que visa seus interlocutores. O valor de verdade do dizer não corresponde a uma neutralidade, ao contrário, a legitimidade do discurso somente é construída à medida que o discurso corresponda aos interesses sociais daquele determinado grupo.

O interlocutor é construído de tal forma que sua adesão ao discurso pressupõe uma identificação com a imagem do objeto discursivo construída pelo discurso. Dessa forma, ao falar daqueles responsáveis pelo escândalo os desqualifica, diferenciando-os de seus interlocutores:

“Não é possível, Sr. Senadores, manufaturar a verdade. Não é possível confundir a liberdade com a libertinagem. Aqueles que desejarem, embarquem e dêem eco a quantas denúncias infundadas quiserem! Aqueles que por interesse inconfessável ou intolerância querem enxovalhar a minha honra, prossigam nessa desonesta campanha e haverão de pagar a leviandade na Justiça! Aqueles, Srs Senadores, que, por irresponsabilidade e caráter rasteiro, queiram fazer novas representações rabiscadas em guardanapos, baseadas em ouvir dizer, em fofoca, em recorte de jornal, que o façam. É do jogo democrático criticar, fiscalizar, cobrar. Eu responderei a todas, como fiz até agora, com altivez.”

“Essa paparrotada que se renova a cada final de semana é promovida pela revista *Veja*, com a cumplicidade nefanda de meus poucos adversários na política regional, na política alagoana. Agora, finalmente, já conhecemos seus

nomes, sobrenomes e faces. Um deles, Sr. Presidente, é acusado de vários homicídios, é processado por vários crimes de mando, responde a vários processos por sonegação fiscal, sendo, nessa questão específica, réu confesso. São interesses políticos mesquinhos, paroquiais, embalados pelo ressentimento e pelo rancor sem limites, levados para o lado pessoal, que giram essa manivela repulsiva da acusação fácil e da acusação irresponsável.”

Constrói-se a seguinte caracterização dos que o acusam:

são “aqueles”...	
... que dão eco à denúncias infundadas;	
...que querem enxovalhar sua honra;	
... em desonesta campanha;	
... levianos;	
	Ou mesmo:
... irresponsáveis;	... paparrotada da revista Veja
... de caráter rasteiro;	... cumplicidade nefanda
...que fazem representações em guardanapos (a ridicularização)	... acusados de homicídios (“réu confesso”)

Essa desqualificação nos revela um problema que diz respeito ao fato de o sujeito ter sustentado seu discurso no valor absoluto da Instituição, que, por si mesma assegura a dignidade de seus componentes. No entanto, o sujeito acaba admitindo que alguns desses componentes (parte da Instituição) não dispõem de tal dignidade, pois não correspondem à “altura da dignidade”, referindo-se a um caso de homicídio, sendo que primeiro afirma “acusado” , mas termina dizendo “réu confesso”.

Ora, o sujeito mais uma vez subverte a situação de modo que procura conduzir o olhar de seus interlocutores para a real ameaça não apenas à vida

peçoal, mas, sobretudo, à vida pública. Suas palavras incorporam os interesses de seus interlocutores e elucidam o que “esses” representam para a Instituição.

A palavra do sujeito está sustentada em um campo específico cujas relações asseguram os sentidos e concedem ao discurso uma importância na medida em que ele se apresenta como um discurso compartilhado, de todos aqueles que compõem e querem preservar a Instituição. No entanto, o sujeito afirma: “É do jogo democrático criticar, fiscalizar, cobrar. Eu responderei a todas, como fiz até agora, com altivez.”

4.4. A não defesa como defesa

A análise permite uma constatação no que se refere à quantidade de vezes que o sujeito se defende da acusação de corrupção propriamente dita. Para essa defesa o discurso se ancora no Imposto de Renda e nos documentos aos quais o sujeito se refere como prova da verdade de seu discurso³⁷:

“Esse documento, bem como os demais à disposição dos Srs. Senadores, comprova o que estou dizendo. É uma prova irrefutável, uma prova documental”.

“Nunca misturei o público com o privado, como tentaram insinuar. Os recursos estão todos - todos! - devidamente declarados em meu Imposto de Renda, bem como a própria pensão alimentícia. Minhas declarações de renda comprovam minhas afirmações, que já são entregues anualmente ao Senado

³⁷ Vale ressaltar que os documentos por ele apresentados seriam analisados pela Polícia Federal com o objetivo de verificar sua autenticidade. Ora, desse modo, qual o sentido de falar dos documentos sem que eles tivessem na ocasião um resultado da perícia? Provavelmente, pouco sentido, o que se comprova pelo fato de seu discurso se sustentar em um eixo fundamental como legitimidade: em seu interlocutor e nos interesses destes.

Federal. Todas as despesas são absolutamente compatíveis com minha renda declarada, Srs. Senadores, oficialmente”.

“Nunca fui proprietário das empresas mencionadas pela revista *Veja*. Quanta irresponsabilidade! Quanta vilania!”

Discursivamente, são esses documentos que comprovam sua inocência, que negam, portanto, a acusação. Porém, como a autenticidade dos documentos está em suspenso, o sujeito sustenta seu discurso: a) na violação à privacidade, não apenas a sua, mas à de todos e b) no valor da Instituição. Dessa forma, qualquer afirmação quanto aos documentos se pode entender como não legítimas:

“Tudo nasceu de uma pseudodenúncia da revista *Veja*. De que me acusam? Acusam-me de um caso extraconjugal, do qual resultou o nascimento de uma filha; de dar assistência à mãe; de reconhecer a filha; e de recorrer a um amigo de décadas. Provei, Srs. Senadores, de maneira cabal, que arqueei com a pensão com recursos próprios, apresentando toda a documentação referente às minhas atividades”.

“Apesar das tentativas de constranger-me, eu não me envergonho, Srs. Senadores. Sabem por quê? Porque sei o que faço, porque sei o que fiz, e eu não fiz - os senhores sabem muito bem - coisas vergonhosas”.

“Os senhores sabem muito bem” esta parece ser sua real legitimação. Pode-se ousar e completar “Os senhores sabem muito bem” *que não é disso que se trata*. Não se trata da família, não se trata de privacidade e não se trata da Instituição, mas de cada um ali presente. Se ele está em jogo, também os demais estão.

“O fato de trabalhar para a empresa Mendes Júnior nenhuma relação, absolutamente nenhuma relação, tem com o assunto. Ele era a pessoa para fazer a interlocução entre as partes, uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tinha amizade com a mãe da criança.”

Ora, se tudo está registrado, documentado, como afirma o sujeito, não faz sentido haver uma interlocução entre as partes, pois o dinheiro a ser pago poderia entrar pela conta bancária. Ou não? O sujeito faz uma referência a ele (Cláudio Gontijo) como alguém que mantém relação de amizade com a mãe. Depois afirma: “Não nego e não renego minhas amizades. Serve para este episódio e para todos os outros episódios de minha vida.” Dessa forma, admite ter uma relação de amizade com Cláudio Gontijo.

No entanto, contradiz-se ao dizer:

“Não tenho, Sr^{as} e Srs. Senadores, repito, nenhuma relação com a Construtora Mendes Júnior, e essa ilação que foi feita não indica nenhuma conduta minha que implicasse em benefício, apoio ou qualquer outra forma de favorecimento. Não tenho relação também com os administradores dessa empresa”.

Dessa forma, são poucas as vezes que o sujeito nega a acusação, pois a maior parte de seu discurso está voltada à defesa de sua vida pessoal, à preservação de sua família e, por outro lado, está voltada à defesa da Instituição a qual, por sua vez, confere a seus componentes dignidade inquestionável.

Se o silêncio está pressuposto no sentido do perdão, da mesma forma, o silêncio mais uma vez se faz presente, talvez com um sentido mais incisivo, que seria a calação diante dos casos de corrupção e diante de um caráter inquestionável. Afinal, investigar o quê, se o homem público já dispõe de um lugar de transparência, como o próprio sujeito argumenta?

Quanto aos casos de corrupção, há apenas duas afirmações:

“Não quero, Srs. Senadores, misturar esta tentativa de escândalo aos casos de corrupção que estão sendo investigados, nem atribuí-la à ação de meus adversários no meu Estado e aqui”.

“Sr^{as} e Srs. Senadores, fora do campo pessoal, reafirmo, como Presidente do Senado Federal, meu compromisso de apoio integral a qualquer investigação dentro da lei, especialmente pelo Congresso Nacional, sobre todas as denúncias que envolvam as relações de empresas e empresários com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo. Já disse isso e quero repetir nesta oportunidade.”

“Esse debate, sim, é produtivo e fundamental para o País, porque esse, sim, diz respeito às instituições e, mais ainda, diz respeito ao interesse público, à democracia e ao Brasil. Muito obrigado.”

Desse modo, a sustentação de seu discurso se fragiliza, uma vez que afirmara a dignidade do homem público submetida ao fato de pertencer à Instituição. No entanto, admite que há corrupção, mas esta não tem a ver com o “escândalo” de sua vida pessoal, tampouco, com a relação (meio controversa) entre ele e Cláudio Gontijo; relação esta que o enquadraria no que ele chama de “denúncias que envolvam as relações de empresas e empresários com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo” que, segundo ele, precisam ser investigadas.

O sujeito nega a acusação, mas afirma a existência de casos de corrupção. Esta parece uma lógica que faz uma cisão entre o universal e o particular, uma vez que seu discurso defende que não se pode negar que exista a corrupção, por outro lado, no que diz respeito ao particular, ao eu, trata-se de um escândalo de sua vida pessoal.

Como dissemos, para se defender o sujeito não apenas recorre ao valor da Instituição, como também submete seu julgamento ao julgamento da Casa, do

Senado. Dessa forma, de acordo com seu discurso o que está em jogo é o Senado, ou seja, todos os Senadores (seus interlocutores), uma vez que “A instituição são aqueles que a compõem. Não há como separar”.

Onde há corrupção? De acordo com seu discurso temos:

Universal	Particular
Público	Privado
Outros	Eu
Casos de corrupção	Tentativa de Escândalo

Essa tentativa de cisão a qual é defendida discursivamente se apresenta como um ponto forte de sua argumentação: a separação entre o eu - público e o eu - privado. Essa necessidade de dividir e delimitar aquilo que seria interesse ou não público está sustentada em uma construção sócio-ideológica e também evidencia a estratégia discursiva do sujeito. De um lado, ele se defende da acusação à medida que o direito à privacidade é legítimo, de outro, ele se defende ao defender a Instituição.

Nesse sentido, os pronunciamentos de Renan Calheiros revelam não apenas sua criação individual relacionada aos seus interesses, mas sua criação estilística na relação com os sentidos já postos, com o outro que participa da construção do enunciado³⁸. Há pouco falamos das características do enunciado de acordo com Bakhtin (2003) as quais incidem sobre a relação do sujeito entre o conteúdo

³⁸ Em que o conteúdo semântico-objetual e a expressividade assumem papéis constitutivos, aos quais os recursos lingüísticos se submetem à medida de que revela a relação subjetiva do sujeito com o tema, descartando a ilusão de neutralidade.

semântico-objetal e o elemento expressivo. Tal expressividade não pode ser verificada apenas no sistema lingüístico, mas, sendo o enunciado um elo da comunicação discursiva, seu tom valorativo revela-se no acontecimento, ou seja, na fusão entre língua e realidade.

Essa expressividade é marcada pelos juízos de valor pelos quais as palavras já foram acentuadas, pois, segundo, Bakhtin, existe o que ele chama de ‘auréola estilística’ ou mesmo vozes que ressoam nas palavras, discursos que retornam por meio do diálogo ininterrupto. Ora, tal princípio dialógico nos permite entender esses sentidos como a expressividade, pois se tornam pesos para a legitimidade do discurso, valorizam sentidos construídos historicamente.

Dessa forma, nos pronunciamentos de Renan Calheiros enxergamos duas saídas para a sua defesa, as quais são o direito à vida privada e à defesa da Instituição, percebemos que seu tom expressivo é construído a partir de ambos os valores que funcionam como a legitimidade de seu discurso. Tal expressividade tem sua razão de ser nos seus interlocutores os quais ocupam o mesmo lugar.

Essa forma de argumentatividade, de orientar o interlocutor a um determinado sentido, é compreendida à medida que o sujeito subordina seu julgamento, sua situação ao julgamento e à situação do Senado, da Instituição – no âmbito que ele nomeia de vida pública – e ao mesmo tempo, no âmbito por ele nomeado de vida particular/privada – submete o escândalo de sua vida (“particular”) ao desrespeito com o cidadão, com a família, enfim, com a sociedade.

Em suma, de um lado ou de outro, sua argumentação o protege ao deslocá-lo dessa acusação, pois, segundo ele, trata-se de uma questão pessoal e como tal diz respeito a sua privacidade. Percebemos também que suas tentativas em falar da corrupção na política não são bem sucedidas pois o colocam em contradição.

Capítulo 5

A questão da alteridade na constituição dos sentidos e dos sujeitos

*“Minha imagem externa não pode vir a ser um elemento de minha caracterização para mim mesmo. Na categoria do **eu**, minha imagem externa não pode ser vivenciada na categoria do **outro**, e eu preciso me colocar a mim mesmo sob essa categoria para me ver como elemento de um mundo exterior plástico-pictural e único.”*
(BAKHTIN, 2003, p.p.32 e33)

O enunciado é, segundo Bakhtin (2003), a expressão do acontecimento da língua. Ele não é parte da língua, mas das relações sociais. É a uma resposta a

afirmações de outros discursos. Retomam-se as posições responsivas e as complementa ou as refuta. O enunciado pertence a alguém e, por essa razão, esse sujeito discursivo é revelado por meio de seu dizer. Da mesma forma, seu discurso constrói, constitui seus interlocutores.

5.1. A construção discursivo-ideológica dos sujeitos e o projeto discursivo

Ao observar o enunciado, percebe-se como os sentidos são postos em jogo, os valores que são reacentuados e os interesses que são defendidos. Por essa razão, não há como compreender a construção dos sentidos se o olhar investigativo estiver direcionado à língua, tampouco, aos sujeitos. Ao contrário, os sentidos são compreendidos na relação entre a língua e os sujeitos. Não se pode ignorar os motivos pelos quais um enunciado acontece (ainda que seu motivo seja, na verdade, uma forma de esconder um outro).

Se o enunciado evidencia as relações sociais, ele é, ao mesmo tempo, o único meio pelo qual os sujeitos podem se aproximar; a única forma de se relacionar e de interferir no mundo. Dotado de razão e vontade (KOCH, 2008), o sujeito está diante de um outro que o constitui, que o completa. Esse seu outro é a razão pela qual seu discurso existe. É a alteridade, a presença do outro, que constitui o sujeito (BAKHTIN, 2003).

Da mesma forma, se se objetiva investigar o enunciado não se pode ignorar que o sujeito (eu) depende de seu outro para produzir o discurso. Depende de tal

forma, que suas palavras e seu tom são marcados pela relação entre o sujeito e seu outro.

Com a observação de nossos dados de análise verificamos que o sujeito não se defende da acusação de corrupção, fala de sua vida pessoal, exalta o valor da instituição. Por que não se defende? Por que em nenhum momento diz: não tive atitude corrupta? Por quê? Dessa forma, olhamos para seus interlocutores. Esses não são eleitores, mas seus iguais. Desse modo, com seu discurso o sujeito pode interferir nas opiniões e, portanto, nas decisões de seus interlocutores.

O sujeito constrói outro objeto discursivo que incidirá sobre seus interlocutores. Fazendo-os se sentirem em sua posição; reorganiza, as acusações, de modo que elas se voltam a seus interlocutores. Suas palavras são materialidade sócio-histórica. O discurso é marca, é materialidade viva das relações. Por meio de seu discurso se percebe o todo social que constrói o sentido do enunciado.

Diferentemente de um pensamento subjetivista idealista, não se trata de uma enunciação monológica, individual, mas de um discurso construído a partir de muitas vozes; trata-se de uma perspectiva dialógica da linguagem. Tampouco se trata de um pensamento objetivista abstrato, pois o sujeito se constitui na relação com o outro. Nas palavras do sujeito, há outros discursos e, portanto, diferentes posições axiológicas.

Dessa forma, a palavra se torna o território comum, em que transitam diferentes construções axiológicas do mundo. Esse território comum representa, ao um espaço de embates entre os sujeitos, uma vez que seus interesses divergem um

do outro. O discurso se torna, dessa maneira, a possibilidade real de detenção da verdade e, conseqüentemente, de controle de condutas.

Miotello (2001) nos ajuda a compreender como o jogo discursivo é responsável por defender e legitimar certas idéias de forma que pareçam interesses de todos à medida que, como lembra o referido autor, "apagou-se o sujeito em detrimento do cidadão" (MIOTELLO, 2001, p.18). Esse apagamento diz respeito a uma macro-construção da subjetividade no pensamento moderno que tende a eliminar as diferenças dos sujeitos. Desse modo, pode-se dizer que o discurso político se apóia na ilusão de uma representação de todos os sujeitos.

Essa intencionalidade discursiva, esse projeto de discurso ou essa orientação para a qual o discurso busca conduzir elucidada, de um lado, o papel ativo do sujeito que quer alguma coisa com aquilo que diz e, de outro, o interlocutor que participa da construção do discurso ao se constituir finalidade e respondente ativo do discurso. Desse modo, compreendemos que para abordar a questão do sujeito nos parece necessário um cuidado de modo a evitar dois extremos³⁹, os quais seriam: a) um total assujeitamento às construções semiótico-ideológicas e b) a crença em um sujeito fonte criadora de seu dizer, sem relação com o exterior.

Bakhtin (2004), ao conceber o sujeito como aquele inscrito socialmente, que vivencia as relações sociais as quais, por sua vez, são contraditórias, revela-nos um modo para investigar esse sujeito. Tal modo diz respeito a pensar a linguagem como meio de relação, como forma de construção de sentidos. Essa investigação implica

³⁹ Estamos retomando as reflexões de Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* quanto aos dois pensamentos filosófico-lingüísticos: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato.

considerar como eixo de construção de sentidos o eu e o outro, pois é o dialogismo, ou seja, a alteridade (a presença do outro no um) que constitui o homem. Tal princípio é a “condição do sentido do discurso” (BAKHTIN APUD BARROS 1997 p.30).

Por essa razão, os aspectos ideológicos constituem os sentidos que são possíveis de serem apreendidos na materialidade da língua. Se a construção dos sentidos está submetida a dois valores-centro e às diferentes situações de comunicação, logo, o que se repete é apenas parte dessa construção. É preciso tomar o enunciado como acontecimento, responsável por fazer a ligação entre o dado e o novo⁴⁰. As palavras do sujeito revelam as mudanças sociais, os sentidos construídos, sempre construídos, no confronto entre os sujeitos na interação verbal.

⁴⁰ Dias (2005), a respeito da construção dos sentidos de acordo com Bakhtin, afirma que a construção dos sentidos depende de uma materialidade reiterável e do não-repetível, ou seja, do seu acontecimento (BAKHTIN APUD DIAS 2005).

Considerações finais

“A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico ou vivencial.⁴¹ É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.” (BAKHTIN, 1995, p.95)

O trabalho procurou compreender, ao mesmo tempo, o projeto discursivo do sujeito e como seu interlocutor constitui seu discurso, uma vez que o sujeito do discurso está imerso em um diálogo ininterrupto. Ele pode calar diante de alguns sentidos e fazer ressoar aqueles que podem interessar mais. Qual o sentido de recorrer à vida privada e à Instituição? Ambas dão condição de verdade para o discurso uma vez que se constituem como valores absolutos. À medida que o sujeito fala do Senado, fala ao mesmo tempo de tudo que está em jogo.

Percebemos ao longo da análise que o sujeito procura não se marcar como homem público. Ao contrário, marca-se como um cidadão comum. O que é colocado

⁴¹ Grifo do autor.

em jogo por meio de seu discurso é seu direito à privacidade, ou seja, não se fala a respeito de sua posição como homem público, mas do seu direito à privacidade.

Essa tentativa de se ausentar coloca distante do sujeito “os casos de corrupção”. No entanto, por afirmar a existência de tais casos, logo, percebemos um conflito à medida que tenta fazer a cisão, pois se tanto a vida privada como a vida pública estão documentalmente declaradas e explicadas, logo, os sujeitos não podem ser diferentes. Trata-se de um sujeito apenas.

Essa cisão não se sustenta de forma que a construção de um sujeito pessoal e a de um sujeito público se fundem. Dessa forma, os sentidos que se constroem em torno da relação: público e privado revelam um sujeito, que avalia, que julga seu próprio caso. Um sujeito que fala de sua vida privada e da Instituição para se defender, trata-se do mesmo sujeito. No entanto, sua tentativa de cisão colabora para que saia de cena o homem público (e com ele a acusação de corrupção) e, em seu lugar, fale o homem comum, o cidadão cujo direito está sendo violado.

Quanto aos casos de corrupção presentes na política, verificamos que o sujeito se desloca, preferindo se sustentar no direito à vida particular e no valor da Instituição. Seu projeto discursivo se revela na apenas sob a forma de sua defesa, mas, sobretudo na defesa de valores sociais, tais como: a vida pessoal, a família, a criança, a democracia e as instituições.

O sujeito se dirige a interlocutores que são qualificados discursivamente cujo caráter e cuja dignidade são salvaguardados pelo fato mesmo de serem homens políticos. Nesse ponto se contradiz, pois se o caráter de homem público é

inquestionável, por que há casos de corrupção? Dessa forma, esse ideal de conduta do homem público revela uma imposição, a qual seria: a não contestação de tal conduta. Um autoritarismo responsável pelo não questionamento.

Constrói-se como injustiçado, como vítima e, ao mesmo tempo, como aquele que defende o Senado e os valores da sociedade. No fundo, trata-se da sua defesa. Porém, apresenta como verdade compartilhada entre seus interlocutores. Ele é aquele que detém a verdade sobre os fatos e conta, ou seja, reorganiza os fatos de acordo com os argumentos que lhe parecem os mais eficazes: o direito à vida privada; a família, a instituição e o ideal de homem público.

A nosso ver, essa construção discursivo-ideológica constrói outro discurso direcionado especificamente a seus interlocutores diretos, à medida que sua defesa acontece indiretamente por meio da defesa do direito à privacidade e por meio da defesa do Senado. Essa argumentação revela seu projeto discursivo que seria o de convencer que todos seus interlocutores estão na mesma condição, pois são iguais: homens públicos. Dessa forma, todos estão em risco. Muda-se o foco da discussão.

A primeira impressão é de que se trata de uma separação entre a vida pública e a vida privada; ou da defesa de sua vida pessoal ou mesmo do Senado. Seu discurso caminha para outro lado, para o da conveniência, para o lado dos interesses de cada um naquele debate.

Trata-se da corrupção? Não. Trata-se da vida pessoal? Não. Trata-se da Instituição? Tampouco. O que está em jogo, afinal? Os interesses que sujeito e interlocutores têm naquele embate discursivo. Dessa forma, o sujeito elucida a

relação que existe entre a acusação, ele próprio e seus interlocutores, pois embora discursivamente afirme que existam casos de corrupção, por outro, defende o não questionamento da dignidade do homem público e ao mesmo tempo lembra seus interlocutores que qualquer um deles pode estar no lugar dele futuramente.

Nesse sentido, a palavra de Renan Calheiros revela não apenas seus interesses como também os interesses de seus pares. Segundo Bakhtin, “A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (BAKHTIN, 2004, p.66). Trata-se de uma construção semiótico-ideológica do mundo. Construção essa capaz de interferir no comportamento de seus interlocutores.

Como vimos, a relação de construção de sentidos está submetida à presença de dois valores-centro: o eu e o outro. O modo como o sujeito constrói seu discurso, os valores que participam do discurso dispõem de uma pertinência social, ou seja, estão relacionados ao diálogo que se estabelece com outros discursos, portanto, com outros sujeitos.

Dessa forma, embora o discurso de Renan Calheiros tenha como interlocutores diretos seus pares, a sociedade assume também posição de interlocutor. A presença constante da sociedade está marcada não de forma direta, mas, de um lado, pelos valores quanto à família, ao discurso religioso, como também ao que a Instituição representa para a sociedade. Percebemos que o apelo do sujeito está voltado para a manutenção da instituição como valor da sociedade.

Por outro lado, a seus interlocutores diretos o sujeito estabelece uma relação entre o que a ele está acontecendo e o que pode acontecer a cada um deles. Dizendo de outro modo, compreende-se que a solução sugerida é de unirem-se para o bem de todos e não dele em particular.

Por essa razão, nossa análise evidencia que o discurso estabelece construções ideológicas que revelam o jogo de interesses, construções que reforçam a relação de corrupção, uma vez que o discurso que se constrói está submetida às conveniências: o sujeito acaba se revelando como negociador de interesses comuns: são componentes da mesma instituição, portanto, precisam se unir em defesa “da instituição”.

Dessa forma, o discurso se apresenta em uma modelação sob um aparente confronto entre a vida pública e a vida privada, estabelecendo o que seria próprio a cada esfera como se essa fosse a questão principal. Também fala brevemente acerca dos casos de corrupção, mas sobretudo ressalta o valor não apenas da instituição, como também do homem público. O discurso que se defende da corrupção assume uma forma aparente de um discurso em defesa do direito à privacidade e da Instituição.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. As esferas pública e privada. In: **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **O Freudismo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Os Gêneros do Discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: **Bakhtin, Dialogismo e construção do sentido**. Beth Brait (org.) Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.

BENVENISTE, É. Estrutura da relação de pessoa no verbo. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.

BOBBIO, N. A grande dicotomia entre público privado. In: **Estado, Governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAIT, B. Estilo. In: **Bakhtin: conceitos-chave**. Beth Brait (org.) 3.ed. São Paulo: contexto, 2006.

BRANDÃO, H.H.N. Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In: **Estudos Enunciativos no Brasil, Histórias e Perspectivas**. Beth Brait (org.). Campinas, São Paulo: Pontes: Fapesp, 2001.

DIAS, L. F. Significação e Forma Lingüística na Visão de Bakhtin. In: **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. Beth Brait [org.] 2005.

FARACO, C.A. **Linguagem e Diálogo**. Curitiba: Criar, 2006.

GERALDI, J.W. **Portos de Passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MIOTELLO, V. **A construção turbulenta das hegemonias discursivas: O discurso neoliberal e seus confrontos**. Campinas, SP: [s.n], 2001

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 5ª Ed, 2003.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

OSAKABE, H. **Argumentação e Discurso Político**, 2ª, São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea** [coordenador de tradução Valdemir Miotello] São Paulo: Contexto, 2008.

RANCIÈRE, J. A Razão do desentendimento. In: **O desentendimento – política e filosofia** / Jacques Rancière; trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

SAUSSURE, F. de; Jakobson, R.; Hjelmslev, L., Chomsky, N. **Os pensadores**. trad. de Carlos Vogt...3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SOBRAL, A. Ético e estético, na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: **Bakhtin: conceitos-chave**. Beth Brait (org.) 3.ed. São Paulo: contexto, 2006.

TFOUNI, L. V. **Como a história dos erros recentes do governo do PT alterou a memória social e a estrutura da língua no país**. III Conferência Internacional. Marx y los desafios del siglo XXI.

WEEDWOOD, B. **História Concisa da Lingüística**. [trad] Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

Anexo

Seleção dos pronunciamentos de Renan Calheiros

<http://www.senado.gov.br/sf/>

MAIO 2007

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 28/05/2007 **Casa** Senado Federal **Tipo** Fala

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Presidente Michel Temer, é com sentimento de indignação e constrangimento que falo ao Senado Federal e à Nação. Nunca pensei nem desejaria jamais fazê-lo para rasgar minha alma, tendo que revelar segredos sagrados daquilo que de mais pessoal se possui, que é a família, para defender-me de uma infâmia, um pseudo-escândalo, um pseudo-escândalo sobre minha vida pessoal.

Pessoal, sim. Estou aqui para provar, demonstrar, exhibir e reiterar que se trata de uma questão pessoal.

Indignação, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque ninguém teria outro sentimento senão esse, ao ver-se constrangido a violar sua privacidade com risco e perigo de atingir os entes que lhe são mais caros e confessar pecado que somente se deveria falar no confessionário, para pedir perdão e receber penitência.

Infelizmente, minha confissão será aqui, sem a proteção a qual eu teria direito como pessoa e como cidadão vivendo numa democracia, cuja Constituição assegura, como cláusula pétrea, a privacidade de todos.

Leio, para reativar a memória de todos os Senadores e Senadoras, o inciso X, do art. 5º, texto excepcional e tão bem redigido pelo grande Afonso Arinos, que devia proteger a família com um manto sagrado e não transformar-se numa peça de ficção com sua violação constante, numa destruição do Estado de Direito:

"São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas."

Meu outro sentimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o constrangimento ao qual submeto meus Colegas Senadores e Senadoras, vendo-me nessa posição de expor a minha vida íntima e pessoal.

Quero, antes de mais nada - porque tentei desfazer esse cenário até agora -, e na presença da minha mulher, Verônica, pedir sinceras desculpas a ela, aos meus filhos e a toda a minha família. A presença dela neste Senado hoje é conseqüência de uma decisão dela. Foram várias as minhas insistências para que ela aqui não comparecesse, num momento tão triste de nossa história, da história de nossa família.

Não quero, Srs. Senadores, misturar esta tentativa de escândalo aos casos de corrupção que estão sendo investigados, nem atribuí-la à ação de meus adversários no meu Estado e aqui. Por outro lado, não quero debitar a uma parte da imprensa. Trata-se de uma ignomínia a que fui submetido, em torno da qual padeci durante os últimos três anos.

Confesso - e peço a atenção da Casa - que tive uma relação que me deu uma filha. Como todos os casos de paternidade, Srs. Senadores, e paternidade não programada, episódios como esse geram contendas que, muitas vezes, como ocorreu, terminam nas Varas de Família.

Não fugi a esse calvário. Assumi como pai minhas responsabilidades.

Revelo que, logo que tive conhecimento da gravidez, impossibilitado de fazê-lo pessoalmente, em virtude da circunstância que se impunha, pedi a um amigo que intermediasse o meu apoio.

Meu comportamento, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, baseou-se em dois pontos:

- 1) Assumir a paternidade e não me esquivar dos meus deveres; e
- 2) Dar assistência à gestante em suas necessidades.

Lamento, meus eminentes Colegas, que a vida pública brasileira tenha-se amesquinhado a tal nível que eu tenha de descer a essas minúcias perante o Senado Federal, onde sempre tratamos de temas mais elevados e de interesse público.

Voluntariamente, reconheci a paternidade, conforme escritura pública registrada no Cartório do 2º Tabelião de Notas em 25 de dezembro de 2005. O documento está à disposição. Este documento prova que não fugi à minha responsabilidade.

Desde então, passei a pagar pensão de R\$3mil. Nos dois primeiros meses - dezembro de 2005 e janeiro de 2006 -, o pagamento se deu por cheques nominais do Banco do Brasil, ambos compensados na Conta nº 103.921/9, do Unibanco, cuja titular é mãe, a representante legal da beneficiária, conforme atestam os documentos de nº 02.

Tudo na minha vida, Srs. Senadores, é assim: registrado minuciosamente.

Esses documentos estão à disposição e, por si só, desmentem que terceiros teriam pago a pensão por mim até dezembro de 2006. A partir de fevereiro de 2006, o pagamento de R\$3 mil mensais passou a ser deduzido dos meus subsídios de Senador, descontado em folha do Senado Federal.

Esse documento, bem como os demais à disposição dos Srs. Senadores, comprova o que estou dizendo. É uma prova irrefutável, uma prova documental.

Anteriormente a essas datas, prestei assistência à gestante em valor maior, em torno de R\$8 mil mensais, até o reconhecimento da paternidade, conforme os repasses para a beneficiada.

Além disso, Srs. Senadores, honrei com meus próprios recursos o aluguel de uma casa, entre 15 de março de 2004 e 14 de março de 2005. Posteriormente, arqueei com o aluguel de um apartamento, entre março e novembro de 2005, para a gestante.

Em dezembro de 2005, como já disse, reconheci a paternidade, assumi a responsabilidade legal de alimentos. Os valores despendidos são meus. Repito: meus!

Nunca misturei o público com o privado, como tentaram insinuar. Os recursos estão todos - todos! - devidamente declarados em meu Imposto de Renda, bem como a própria pensão alimentícia. Minhas declarações de renda comprovam minhas afirmações, que já são entregues anualmente ao Senado Federal. Todas as despesas são absolutamente compatíveis com minha renda declarada, Srs. Senadores, oficialmente.

Têm a obrigação de falar, Deputado Michel Temer, aqueles Srs. Líderes que não têm o direito nem podem calar.

Impus-me um silêncio doloroso e indignado nos últimos dias, mas agora é hora de repor a verdade, de refutar a mentira, de enterrar a insídia. E assim o faço em razão da dignidade da função que exerço, de Presidente do Senado Federal, que nunca envergonhei e jamais envergonharei. Quando me agridem, ferem também uma das mais altas Instituições nacionais. Quando me miram, atingem a Instituição.

Neste calvário, regido por mãos que atiram pedras e se escondem, encontrei amparo nas reflexões do ex-deputado e brilhante filósofo Roland Corbusier, um libelo que está completando 52 anos, mas cuja atualidade é desconcertante. Disse ele:

Essa mania de denunciar, de acusar, de julgar e de condenar antes de ouvir a defesa dos acusados; essa obsessão do inquérito, da devassa; essa complacência do escândalo, na publicação do escândalo, esse gosto de comprometer e desmoralizar o Poder Público, os homens que o exercem ou que aspiram a exercê-lo; essa precipitação, essa leviandade em atacar e condenar sem o menor respeito pela justiça e pela verdade; essa sofreguidão, essa impaciência em fazer justiça com as próprias mãos, em dizer a última palavra a respeito de pessoas e de assuntos em debate; essa atitude moralista e farisaica, pretensiosa e auto-suficiente é uma atitude que, a longo prazo, se revela nociva à formação política e mesmo à formação moral do País, porque é impossível - Srs. Senadores, continuava o Deputado citado - dissociar, na acusação, na agressão aos homens públicos, aos homens que exercem o poder, os próprios homens enquanto indivíduos dos cargos que ocupam e da função que exercem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, além de assumir minhas obrigações financeiras, eu fiz muito mais. Muito mais.

Disponibilizei ainda de minhas reservas - repito: de minhas reservas, de minhas finanças - um fundo de R\$100 mil, para garantir as despesas futuras com educação e desenvolvimento cultural da criança.

Indago a V. Ex^{as}: precisaria eu recorrer a expedientes outros imputados à minha pessoa?

Surgiu o pedido de aumento da pensão, que eu vinha pagando, de R\$3 mil, além do fundo de educação já constituído.

Poucas pessoas de minha estrita relação pessoal, além dos advogados, compartilhavam dessas agruras. Uma delas era Cláudio Gontijo, de quem sou amigo há mais de 20 anos, quando nem sequer cogitava trabalhar na empresa que trabalha.

O fato de trabalhar para a empresa Mendes Júnior nenhuma relação, absolutamente nenhuma relação, tem com o assunto. Ele era a pessoa para fazer a interlocução entre as partes, uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tinha amizade com a mãe da criança.

Não nego e não renego minhas amizades. Serve para este episódio e para todos os outros episódios de minha vida.

As matérias jornalísticas derivam de especulações políticas do que estaria no processo e não passam - já disse e queria repetir - de ilações e interpretações perversas.

Vamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, recapitular os fatos:

Reconheci a paternidade, e o fiz, como disse, por iniciativa minha. Fui eu o autor do reconhecimento. Repito: assumi minhas responsabilidades como pai. Não esperei nem procurei negar. Está aqui a certidão.

Ofertei alimentos, em 23 de dezembro de 2005, conforme Processo nº 2005.01.1.149433 - 2, que tramitou na 4ª Vara de Família do Distrito Federal, que é o Documento nº 5 -- mais uma prova, Sr^{as} e Srs. Senadores, da minha conduta correta.

Antes e durante a gestação, repito, arqueei com as despesas necessárias com os meus recursos.

Ao Cláudio Gontijo peço desculpas pela exposição do seu nome, agradecendo, uma vez mais, pelo cumprimento de um dever de amizade.

Finalmente, na audiência do último dia 25, fizemos um acordo em juízo e acertamos a pensão, encerrando assim esse doloroso episódio de minha vida pessoal.

Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a verdade. Todos os recursos foram pagos por mim, foram meus, são recursos meus, são recursos próprios, para os quais tenho condições, de acordo, repito, com minhas declarações de Imposto de Renda, que, mais uma vez reitero, está à disposição dos senhores.

Estão aqui todos os documentos atestando meus rendimentos, as quantias que me possibilitaram arcar com as despesas, também declaradas em juízo, e outras necessidades que supri.

Esse é o falso escândalo que a Nação, estarecida, acompanha.

Não se pode avaliar o que significa a repercussão dessas especulações sórdidas na vida íntima das pessoas, a corrosão que implica na vida das famílias, da mulher, dos filhos e, principalmente, da criança que tem direito a viver sem traumas.

Não tenho, Sr^{as} e Srs. Senadores, repito, nenhuma relação com a Construtora Mendes Júnior, e essa ilação que foi feita não indica nenhuma conduta minha que implicasse em benefício, apoio ou qualquer outra forma de favorecimento. Não tenho relação também com os administradores dessa empresa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento novamente o constrangimento que lhes estou causando. Mas não poderia ser diferente.

Hoje, a vida pública transformou-se num alvo permanente de suposições, mentiras, difamações, calúnias, que, sem a menor responsabilidade, são propagadas sem que as pessoas tenham qualquer meio de defender-se diante da avassaladora ação de parte da mídia, que constrói, deforma e expõe pseudofatos como verdades definitivas.

O que quero, mais uma vez, é denunciar essa ignomínia, essa invasão da minha vida privada, daquilo que é mais sagrado na construção da sociedade, que é a família.

Já tinha, Sr^{as} e Srs. Senadores, preparado esse pronunciamento quando fui vítima de infâmias provincianas.

Vejam a que ponto chegamos neste teatro de absurdos!

A única novidade é que as mesquinhas passaram a interessar também a outros. Por essas inverdades, já processei mais de dez vezes um jornaleco local, que até foi obrigado a mudar de nome para fugir da Justiça.

Foi divulgada suposta omissão patrimonial no Imposto de Renda. Eis aqui novamente a verdade, nada além, nada aquém da verdade.

Imposto de Renda de 2004, ano-calendário 2003. Está aqui o documento! Eis mais uma prova, Srs. Senadores, de que não decepcionarei V. Ex^{as}. São documentos oficiais contra afirmações inteiramente equivocados: Fazenda Novo Largo, com todos os detalhes e informações: de quem, como e quando adquiri a propriedade. Está aqui, no meu Imposto de Renda.

Minhas senhoras e meus senhores, continuarei fazendo o que fiz em todos os meus mandatos: trabalhando por Alagoas, trabalhando pelo Brasil.

Fiz bastante pelos alagoanos. Lamento não ter conseguido fazer mais. Vou, até os últimos dias do meu mandato, trabalhar por novos investimentos para o meu Estado.

Não vou me omitir como Senador de Alagoas. É minha obrigação para com o Estado que tenho a honra de representar neste Senado Federal.

Não adianta. Não me intimidarei. Trabalhar para obter investimentos públicos ou privados para o desenvolvimento econômico e social é dever intransferível de todo Parlamentar no Brasil e no mundo.

Senhoras e senhores, é triste para a política brasileira que o Presidente do Senado Federal venha, nesta condição, explicar uma ação de alimentos, comentar a privacidade de sua vida pessoal.

Regredimos. Há dois mil anos, a política era feita de casos pessoais. Não existia o Estado Moderno. A violência e o primarismo tomavam conta dos homens. Era só vida pessoal.

Ressuscitamos, infelizmente, esses tempos e seus terríveis métodos. Tempo em que, Sr^{as} e Srs. Senadores, Cícero já condenava essa prática, que hoje repetem no

Brasil, que, para amedrontar o Senado romano, colocavam nas ruas inscrições em que se dizia dos Senadores: "- adúlteros, assassinos, sedutores, libertinos, ladrões!"

Era a decadência da República Romana. Agora se vê a sórdida tentativa de restaurar esses tempos no Brasil.

Mas é o mesmo Marco Túlio Cícero quem diz que "o que mais desperta admiração na alma dos homens é a justiça".

Nunca é demasiado repetir as lições de Rui Barbosa, o Patrono desta Casa:

Se alguma coisa divina existe entre os homens é a justiça..., mas, para que a Justiça venha ser essa força, esse elemento de pureza, esse princípio de estabilidade, é preciso que não se misture com as paixões da rua ou com as paixões do governo, seja a justiça isenta, a justiça impassível, a soberana justiça, a congênita entre nós, entre os sentimentos sublimes à religião e à verdade.

O que peço a todos os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, nesta hora, é justiça e respeito por minha família. Sou responsável por meus atos e por eles respondo pessoalmente.

V. Ex^{as} não terão em mim nenhuma surpresa, absolutamente nenhuma surpresa. Por tudo que tenho, por tudo que faço, responderei.

Quaisquer que sejam os novos ataques, exporei as informações uma a uma, até que os ataques especulativos sejam vencidos em nome do Senado do País, da liberdade, da sociedade e de nosso bem supremo, a democracia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fora do campo pessoal, reafirmo, como Presidente do Senado Federal, meu compromisso de apoio integral a qualquer investigação dentro da lei, especialmente pelo Congresso Nacional, sobre todas as denúncias que envolvam as relações de empresas e empresários com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo. Já disse isso e quero repetir nesta oportunidade.

Esse debate, sim, é produtivo e fundamental para o País, porque esse, sim, diz respeito às instituições e, mais ainda, diz respeito ao interesse público, à democracia e ao Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

JULHO 2007

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 03/07/2007

Casa

Senado Federal

Tipo

Fala

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Quero dizer ao Senado Federal, já que fui instado pelo querido amigo Senador Eduardo Suplicy, que farei minha defesa onde for necessário. Onde quer que minha defesa seja necessária, estarei lá e a farei. E, com a justiça dos meus companheiros, como já disse, e com a força da minha inocência, permanecerei no Senado Federal, porque as instituições não se separam dos seus componentes. Não há como se separar um componente de uma instituição. Há como resolver as questões, passá-las a limpo e dar as respostas que a sociedade quer. E é exatamente por tudo isso que estamos aqui reunidos. Fiz o que foi possível para acelerar o processo, para demonstrar essa inocência. Continuarei a fazer isso, a responder o que for necessário responder, para que esta Casa tenha sempre um Presidente à altura da dignidade que ela precisa ter.

Agradeço a meus companheiros a gentileza com que fui tratado, dizendo, mais uma vez, para o Brasil que o Senado não vive um momento de crise. Isso é algo circunstancial e não tem afetado a produtividade.

Hoje, não vamos votar, porque, na última sexta-feira, fizemos a leitura de várias medidas provisórias, e, de acordo com líderes partidários, hoje é o primeiro dos dois dias que acertamos e combinamos para neles buscar um entendimento, para que sejamos capazes de votar essas medidas provisórias. Mas, amanhã, se Deus quiser, vamos, com a participação de todos, votar as medidas provisórias, e dar continuidade ao bom andamento da Casa.

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 03/07/2007

Casa Senado Federal

Tipo Fala

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Senador Arthur Virgílio, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha formação democrática e a minha fé inabalável no Estado de direito fazem-me ter um profundo respeito pelas manifestações partidárias, mesmo quando delas, como no presente caso, guardo frontal divergência.

Não me move, nesse grave momento, o sentimento desarrazoado da teimosia. Não. Serenidade e reflexão são os pressupostos, Senador Arthur Virgílio, das grandes decisões.

As crises políticas não se compadecem de fraquezas nem de gestos menos nobres. Sucumbir à sedução de um pseudoclamor é atitude incompatível com a coragem e a honradez que devem pautar a conduta dos homens públicos, principalmente quando investidos na Presidência do Senado Federal.

Quanto ao processo contra mim instaurado, já comprovei documentalmente - não é o direito de defesa que estou pedindo - a minha inocência, mesmo com uma inadmissível inversão do ônus da prova. Não pratiquei qualquer ingerência indevida, nem no Conselho, nem no seu próprio funcionamento.

Com serenidade e reflexão, entendo que devo permanecer na Presidência do Senado Federal, mesmo que, com isso, contrarie apetites políticos de ocasião. O Senado Federal é bem maior que a crise que querem agigantar. Confio no Senado Federal e nas instituições deste País.

Continuarei daqui a honrar o juramento de cumprir a Constituição Federal e as leis do Brasil.

Não havendo mais oradores, quero passar à Ordem do Dia.

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 10/07/2007

Casa Senado Federal

Tipo Fala

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Infelizmente, Senador Arthur, o que V. Ex^a acaba de dizer talvez não diga respeito a mim. Na última vez em que V. Ex^a esteve no meu gabinete, para minha satisfação, acompanhado do Senador Sérgio Guerra e do Senador Tasso Jereissati, fiz questão...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - E do Senador Marconi Perillo e da Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Do Senador Marconi Perillo e da Senadora Marisa Serrano também. Eu fiz questão de dizer a V. Ex^{as} que, se fosse necessário ir ao Conselho de Ética, eu iria no dia seguinte. Bastava combinar com os senhores, com mais ninguém; bastava combinar com os senhores e eu iria com muita satisfação. E vou a qualquer hora!

Até hoje, eu não sei do que sou acusado. Eu fiz a prova contrária de tudo - absolutamente de tudo! Eu não sei do que sou acusado. Não sei do que me acusam. Eu somente tenho me colocado à disposição para esclarecer qualquer dúvida que haja a meu respeito, mas com altivez, com coragem, com transparência, com responsabilidade. Eu não tenho nada a esconder na minha vida. Eu sou responsável por todos os meus atos.

Eu não procuro solidariedade numa hora desta. Não é hora de procurar solidariedade. É hora de ter o reconhecimento das pessoas que buscarão a verdade a qualquer preço.

É por isso que eu não entendo o porquê de eu não ter direito de entrar no Conselho de Ética com uma petição, que é pública...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - V. Ex^a tem o direito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - ...objetivando ressaltar um direito de não permitir que haja uma transgressão constitucional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - O Senador tem o direito. O questionamento que eu fiz foi quanto ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - O Senador e o Presidente, não dá para separar a figura do Presidente do Senado Federal da do Senador da República, por mais que queiramos. Não dá para separar! Na hora em que atingem o Senador Arthur Virgílio, atingem diretamente a instituição. Não basta V. Ex^a ser Presidente ou Líder do PSDB...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - Há uma diferença entre o Líder e o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Não há, não há!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - Sr. Presidente, não tenho intenção de ficar horas a fio...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - A instituição são aqueles que a compõem. Não há como separar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - Eu não tenho intenção de ficar horas a fio polemizando com V. Ex^a. Eu vim aqui para fazer o meu comunicado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Este talvez tenha sido um dos momentos mais desagradáveis para mim neste Senado Federal, polemizar com V. Ex^a, pelo respeito que lhe tenho.

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 17/07/2007

Casa Senado Federal

Tipo Fala

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Senador Arthur Virgílio, antes de tudo, quero agradecer a V. Ex^a pela maneira coerente e correta como V. Ex^a, mais uma vez, aborda esse assunto.

Aproveito a oportunidade para dizer à Casa que daria, realmente, uma ênfase muito maior, muito maior mesmo, na defesa de qualquer Senador do que a ênfase que tenho dado à minha própria defesa.

Esse processo se tornou um pouco esquizofrênico em função das observações que alguns fazem - não é o caso de V. Ex^a. Como me diz respeito, se eu o apresso, estou apressando para enterrar o processo; se sigo a Constituição e o Regimento, o estou atrasando, o delongando, para tirar benefícios desse atraso, dessa delonga. Tanto que, para reparar isso, ontem, enviei ofício ao Presidente Leomar Quintanilha solicitando-lhe que qualquer coisa que diga respeito a esse processo, que ele, por favor, envie diretamente para o Senador Tião Viana, que é o primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

Desse modo, procuro me eximir de qualquer participação que diga respeito à agilização, à postergação, a qualquer coisa que possa influenciar no curso desse processo. Fiz isso com a consciência absolutamente tranqüila, porque, se há alguém que deseja que esse processo chegue logo ao fim e que se viu obrigado a fazer a prova contrária de alguns fatos que foram denunciados, sou exatamente eu. Portanto, quero que isso chegue ao fim para que o País não tenha nenhuma dúvida, absolutamente nenhuma dúvida, a respeito do que cada um nesta Casa significa.

Da mesma forma que V. Ex^a, quero dizer que aqui não há Senadores de primeira e de segunda categoria. V. Ex^a tem toda razão. Aqui, todos nós somos Senadores, e estamos aptos, preparados, em condições de decidir qualquer questão, qualquer caso, de julgar qualquer um. Democracia é isso mesmo. É um regime que, embora não seja perfeito, é o melhor regime. E é exatamente por isso que temos que defender as suas instituições. E, no momento em que defendemos o Senado, que é uma instituição respeitável da República, estamos exatamente fazendo isso.

Eu queria pedir só mais um minuto a V. Ex^a e à Casa para aproveitar esta oportunidade, Senadores José Agripino, César Borges, Mão Santa e Arthur Virgílio, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque hoje se encerra mais um semestre, e é sem dúvida oportuno que realizemos neste plenário uma retrospectiva. Aliás, é o que fazemos sempre, toda vez que se encerra um semestre, para que possamos falar um pouco de tudo o que se decidiu de mais relevante nos primeiros seis meses do ano de 2007, aqui, no Senado Federal.

Nas últimas semanas, os fatos de que fui alvo geraram alguns tumultos que, graças à maturidade e à responsabilidade de todos, não interromperam, Srs. Senadores, o formidável ritmo de trabalho que o Senado vem mantendo ao longo dos últimos dois anos.

Diante dos fatos já conhecidos por todos, estou lutando - fiz questão de dizê-lo ao Senador Arthur Virgílio -, com boa-fé, transparência e com toda a humildade, o bom combate, com as prerrogativas reservadas pelo Estado de Direito a qualquer cidadão, a qualquer Senador.

Não tenho a menor dúvida de que a defesa de qualquer Senador seria como a minha, se estivesse submetido, como estou, a verdadeiras acusações sem provas.

Em todos os momentos, tenho respeitado esta Casa, seus membros, e tenho respeitado, sobretudo, os membros do Conselho de Ética. Sabem todas as Senadoras e todos os Senadores que não me incluo entre os arrogantes e os presunçosos. O que me caracteriza, na verdade, o que marca a minha convivência com os Senadores é exatamente o oposto: é a cordialidade, a convergência, a busca permanente do diálogo, da conversação, para que com isso possamos ampliar os raios da governabilidade.

Não são palavras, Senadores, que revelam isso! É o meu comportamento e o meu dia-a-dia nesta Casa que demonstram o meu respeito e a minha amizade por todos os Senadores e servidores também.

Atendi a tudo que me foi solicitado e, ainda mais, enviei todos os documentos solicitados pelo Conselho de Ética e, para que tenhamos um processo imparcial, judicialmente correto, verdadeiro e transparente, como aqui foi muito defendido - e concordo veementemente com essa defesa -, eu já disse e queria repetir, Senador José Agripino, declarei-me impedido para despachar documentos relativos a essa matéria.

Na semana que passou, eu próprio entreguei ao Ministério Público Federal um pedido de investigação sobre a minha vida pública e privada, inaugurando talvez no serviço público brasileiro, no Parlamento, uma coisa que deveria ser praxe toda vez que esses fatos ocorressem.

Creio que tudo isso são apenas demonstrações de minha boa-fé.

Fiel, porém, à minha trajetória e aos meus valores, permaneço à frente dos trabalhos desta Casa, apoiado tanto na legitimidade daqueles que me conduziram a esta Presidência, quanto, Senador Arthur Virgílio, na certeza de que a licença significaria compactuar com quem busca condenar sem provas. É esse o meu entendimento, e a ênfase com que o defendi é porque tenho absoluta convicção do que estou a dizer.

Senhoras e senhores, o Senado vive hoje um momento de equilíbrio entre as forças políticas que aqui estão representadas. Isso revela a força da democracia. Por outro lado, esse quadro exige um diálogo permanente para que os impasses nacionais sejam superados e possamos construir um país com bem-estar, emprego e renda.

É exatamente esse papel que venho priorizando e continuarei a desempenhar, com o apoio indispensável dos Líderes partidários, de todos os Líderes partidários.

Estou dialogando, sim, com os Senadores, e continuarei a dialogar, para que o Senado continue forte, como tem sido forte ao longo de sua história, ao longo destes 180 anos. Sem isso, Srs. Senadores, o Senado não teria obtido formidável desempenho legislativo desde 2005.

Tentaram, de todas as formas, jogar-me contra a Oposição, que também me elegeu nesta Casa e que cumpre democraticamente, já disse isto em outras oportunidades e gostaria de repetir, um papel fundamental e indispensável na construção das leis e na fiscalização dos atos do Governo. Não conseguiram. E quem me conhece sabe: não conseguirão. Em nenhum instante, na cadeira de Presidente, deixei de prestigiar o PSDB e os Democratas, tanto quanto os demais partidos.

Não houve e não haverá qualquer discriminação partidária - nenhuma mesmo. Tenho certeza de que esse comportamento de conciliação contribui para que hoje as Oposições tenham seus espaços garantidos, dando demonstrações claras do compromisso que tenho com a melhoria das instituições e do Brasil, principalmente no plano da gestão.

Essa consciência da boa gestão administrativa, Srs. Senadores, vem se espalhando por vários Estados da Federação, independentemente de partidos políticos, entre os quais cito os que me vêm à memória: São Paulo, Minas Gerais, Belo Horizonte, Espírito Santo, Amazonas, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e tantos outros.

Tentaram, Srs. Senadores, sem sucesso, me indispor com a imprensa, segmento com o qual sempre mantive uma relação cordial e absolutamente respeitosa. A televisão, o

jornal e o rádio são canais - tenho dito isso e repito - insubstituíveis na relação entre os Poderes constituídos e a própria população. Sua liberdade de ação e o seu direito sagrado à crítica, claro, devem ser respeitados, ainda que haja equívocos aqui e acolá. É um segmento, portanto, que requer políticas específicas voltadas para o seu fortalecimento e para a sua expansão.

Apenas para evidenciar meu apreço pela imprensa brasileira, determinei, no início de 2005, que o Senado disponibilizasse seus melhores quadros para colaborar com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, em seminário internacional no Uruguai, no debate para regulamentar o acesso à informação pública.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo com os sobressaltos das últimas semanas - é importante e chamo a atenção de todos para isso -, a produção do Senado Federal manteve-se, em 2007, com o mesmo vigor que vem demonstrando ao longo do último biênio. Nas 57 sessões deliberativas, realizadas entre 1º de fevereiro e 29 de junho de 2007, o Senado apreciou quase 600 matérias, tendo sido aprovadas 523 proposições entre projetos, medidas provisórias, requerimentos e indicações de autoridades também, como os nove embaixadores e os cinco diretores de agências reguladoras.

Discutimos e votamos projetos de suma importância para o desenvolvimento da economia brasileira. Todas as medidas provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, foram votadas no Senado Federal, incluindo a que fixa uma política de reajuste para o salário mínimo, resultado dos trabalhos da comissão que criamos no Congresso Nacional.

Regulamentamos a instalação das Zonas de Processamento das Exportações (ZPEs), sem dúvida, Srs. Senadores, um dos destaques da recente produção do Senado que irá, em muito, contribuir para o desenvolvimento da economia.

Há pouco ouvi aqui do Senador Tião Viana que vai lutar desesperadamente para criar no seu Estado, o Acre, uma ZPE. E é importante que isso aconteça em que cada Estado brasileiro.

O cadastro positivo de crédito foi outra matéria que aprovamos e será um marco para a segurança jurídica da economia.

Fortalecendo as competências constitucionais do Senado, criamos a subcomissão que avaliará o sistema tributário, tema dos mais relevantes para a Federação e para a redução das desigualdades regionais.

Na semana passada, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou uma alteração na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, permitindo um maior acesso ao Supersimples, o que poderá contemplar mais de 1,5 milhão de empresas.

Na área educacional, também registramos, Sr^{as} e Srs. Senadores, grandes avanços. Aprovamos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, Fundeb. Aprovamos matérias importantes referentes ao atendimento médico para estudantes, a inclusão digital em escolas públicas e particulares também e o incentivo para pesquisa científica.

Tratamos da delicada questão da segurança pública, Senador Arthur Virgílio, discutindo e votando projetos para combater a pornografia infantil, o uso de celulares em presídios, a indução de menores à prática de crimes, entre outros. Aperfeiçoamos a legislação referente à punição de crimes hediondos e alargamos a definição dos crimes contra o sistema financeiro. Aprovamos, ainda, a proibição do contingenciamento de verbas para programas de segurança pública, solução imperativa para garantir recursos no combate ao crime e à violência, projeto do nobre Senador Alvaro Dias.

Na CCJ, formamos um grupo de trabalho para modernização do Código de Processo Penal, iniciativa das mais importantes para o Senado Federal.

Também foram aprovados, durante o mês de maio e início de junho, diversos projetos de interesse da mulher. Entre eles, o que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família, beneficiando mulheres com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

No enfrentamento dos gargalos do tráfego aéreo, o Senado aprovou contratação de controladores de voo.

No combate ao trabalho infantil, aprovamos projeto que impede o financiamento público a empresas que empreguem ilegalmente crianças e adolescentes.

No contexto do desenvolvimento regional, estamos construindo um acordo importante para a revitalização da Sudene e Sudam, permitindo a essas instituições, Senador

Romero Jucá, desempenhar a grande missão de reduzir os hiatos de riqueza entre as regiões ricas e pobres do Brasil.

Além disso, construímos um amplo acordo para votarmos a PEC do Senador Marco Maciel que racionaliza e facilita a apreciação dos vetos, garantindo maior segurança jurídica ao ordenamento normativo do País.

Ao lado da produção legislativa propriamente dita, prosseguimos em nosso trabalho de estreitamento das relações institucionais do Senado com a sociedade civil. Muitas matérias legislativas nasceram dessa parceria com os Poderes e as instituições, como a solução dos precatórios - proposta que têm como Relator o nobre Senador Valdir Raupp - , materializada numa PEC que foi sugerida pelo Supremo Tribunal Federal e por mim apresentada ao lado dos Líderes partidários. Ainda fruto desse relacionamento institucional, aprovamos projeto oriundo da campanha "De Olho no Imposto", que recolheu mais de um milhão de assinaturas, para que os consumidores, Srs. e Sr^{as} Senadores, sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

Enfim, não medimos esforços para consolidar o Senado Federal como uma das referências brasileiras no que diz respeito ao exercício da cidadania, à valorização da cultura nacional e à disseminação do saber.

Tudo isso, evidentemente, só foi e é possível graças ao aparato e ao quadro de pessoal altamente qualificado com que o Senado pode contar nas áreas de tecnologia, comunicação e relações públicas.

Temos, hoje no Senado, uma experiência premiada internacionalmente como modelo de transparência, o Siga Brasil, voltado para divulgar a qualquer cidadão as contas e as despesas do Governo nos mínimos detalhes.

Os jornalistas da Casa fazem na TV, Rádio, Jornal e Agência Senado, um jornalismo público, livre e imparcial, ampliando o trabalho parlamentar e aproximando o cidadão do seu representante.

Por intermédio de todos esses instrumentos de comunicação entre a instituição e a sociedade, deixamos claro, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso compromisso com a absoluta transparência de todos os atos praticados no âmbito desta Casa do Congresso Nacional.

Desde 2006, iniciamos o projeto de expansão para que as transmissões da TV Senado possam chegar aos cidadãos em canal aberto, a exemplo do que já ocorre em Manaus, Recife, Salvador, João Pessoa, Brasília e, em caráter experimental, Fortaleza. Até o final de 2008, isso ocorrerá em todo o País.

O compromisso, a liderança e atuação do Senador Efraim Morais, 1º Secretário do Senado Federal, continua sendo uma das grandes molas dessa modernização da Casa.

Temos hoje - e já encerro, Srs. Senadores - uma Mesa totalmente comprometida com a Instituição, que também impulsiona todo esse trabalho de equipe na Casa.

Com satisfação, Sr^{as} e Srs. Senadores, posso concluir que o Senado Federal tem feito sua parte e, no que depender do seu Presidente, continuará fazendo.

Trabalhamos com afinco nesta primeira metade de 2007 e repetiremos o empenho no segundo semestre, quando, tenho certeza, nos concentraremos nas questões que realmente interessam ao Brasil e ultrapassaremos os impasses e rumores que nos tiram, em alguns momentos, dos trilhos do trabalho e da produtividade.

Era essa a prestação de contas que, nesses poucos minutos, tenho a obrigação de fazer a V. Ex^{as}.

AGOSTO 2007

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 07/08/2007

Casa Senado Federal

Tipo Discurso

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, como V. Ex^{as} têm acompanhado, há mais

de dois meses venho sendo vítima de um impiedoso e irresponsável ataque que já se transformou em campanha.

Tudo nasceu de uma pseudodenúncia da revista *Veja*. De que me acusam? Acusam-me de um caso extraconjugal, do qual resultou o nascimento de uma filha; de dar assistência à mãe; de reconhecer a filha; e de recorrer a um amigo de décadas. Provei, Srs. Senadores, de maneira cabal, que arqueei com a pensão com recursos próprios, apresentando toda a documentação referente às minhas atividades.

Nos questionamentos, Srs. Senadores, provei a autenticidade de meus documentos fiscais, guias de trânsito animal, quantidade de vacinas contra aftosa coincidentes com o rebanho e compatibilidade dos recibos de venda com os depósitos bancários. Nesse período - os senhores acompanharam, e a imprensa também -, não me esquivei de nenhuma pergunta, não me escondi, não me furtei a dar humildemente as respostas até às indagações mais disparatadas. Imputaram-me, falsamente, ter recorrido a recursos privados para arcar com minhas despesas pessoais. Provei, Srs. Senadores, com documentos, a total improcedência da acusação. Levantaram dúvidas quanto às notas, e já comprovamos o contrário de maneira definitiva.

Neste calvário - os senhores acompanham -, sou agredido diariamente por sistemáticas ignomínias, perfídias, insídias. Todas, Srs. Senadores, originadas da briga política paroquial, de interesse regional, e alimentadas diariamente por derrotados rancorosos, como João Lyra e a ex-Senadora Heloísa Helena, que, desesperadamente, tentam uma reinserção na vida política nacional.

Imaginem, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o futuro deste Congresso se cada derrotado político conseguir transformar seu ressentimento em pseudo-escândalo, em representações!

Acusaram-me, falsamente, de ter omitido uma fazenda em minhas declarações de renda. Apresentei as declarações de renda em que a referida fazenda está em meu nome, e os caluniadores não tiveram sequer a decência de desmentir a falsa imputação. Devassei minhas declarações de renda, minha vida contábil, minha vida fiscal, minha vida bancária, como poucos o fazem, ou fizeram, Srs. Senadores, mostrando que não tenho nada, absolutamente nada a temer. Não tenho nada, absolutamente, a esconder. Continuo não tendo nada a ocultar. Não tenho - repito o que já disse aqui anteriormente - patrimônios clandestinos.

Acusaram-me, falsamente, de retificar Imposto de Renda para justificar meus gastos. Tal notícia foi disseminada como se fosse verdade. O desmentido, Sr. Presidente, depois de uma certidão que apresentei da Receita Federal, foi modesto, sem o espaço nobre que só é reservado para desmoralizar, para ofender.

Fui eu, não se esqueçam os senhores, por meio de um ofício há trinta dias, que solicitei ao Ministério Público a investigação de todas, de todas as denúncias, sem exceção. Só posso, com a abertura desse inquérito pedido por mim, expressar a minha total satisfação, porque tenho absoluta certeza de que vamos ter uma investigação isenta, respeitando as regras, uma investigação democrática.

Pedi a investigação - e os senhores acompanharam - em um gesto claro de que nada tenho a esconder, de que nada tenho, repito, a temer. Só posso comemorar, porque, como disse, teremos uma investigação profissional, com competências para aprofundar o caso, quebrar sigilos, abrir contas; e uma apuração isenta, já que aqui, Srs. Senadores, há uma tentativa de partidarização em determinados setores.

Meus sigilos já estão todos abertos. Agora, é a hora de abirmos o sigilo dos nomes citados nessas denúncias mentirosas da revista *Veja*. Depois disso, veremos quem são os donos das empresas.

Acusaram-me falsamente de ter vendido uma empresa na qual nunca tive participação societária; e de ter intercedido em benefício da compradora.

A representação do PSOL, baseada em recorte de jornal, tenta criar a modalidade da "falta de decoro familiar". Foi mais uma mentirinha da revista *Veja*. Repito o que disse aqui há dois meses: não misturo, Srs. Senadores, o público e o privado. Agora, a investigação da Procuradoria, via Supremo Tribunal Federal, poderá dizer se eu estive, em algum momento, em algum encontro da negociação.

Acusaram-me, acusaram-me, acusaram-me. Os senhores acompanham o turbilhão de mentiras, de perversidades e de pseudo-escândalos que só a absoluta inocência é capaz de suportar. Indagam-me, por onde ando, como resisto à pressão, a que respondo serenamente: "Minha força é proporcional à verdade que eu carrego comigo".

Apesar das tentativas de constranger-me, eu não me envergonho, Srs. Senadores. Sabem por quê? Porque sei o que faço, porque sei o que fiz, e eu não fiz - os senhores sabem muito bem - coisas vergonhosas.

Vamos, então, à mentira mais recente, à última irresponsabilidade da revista *Veja*, contra a qual estou abrindo um processo penal e cível. Sem dúvida, essa revista há de reparar, na Justiça, toda a indignidade que vem fazendo comigo, não só com relação à última publicação, mas em relação a todas as demais. Veículos de comunicação que servem à democracia informam-se com isenção, com imparcialidade. A utilização persecutória, o uso para atingir, difamar e fazer campanha contra o homem público, é antidemocrática, é desleal e é torpe.

Nunca fui proprietário das empresas mencionadas pela revista *Veja*. Quanta irresponsabilidade! Quanta vilania! Atribui-me um fato de 1999 sem nenhum documento, sem nada. Tudo baseado, Srs. Senadores, num relato inverídico e rancoroso do meu desafeto de Alagoas, João Lyra, que me atribui enorme parcela de responsabilidade na sua derrota eleitoral e na sua *débâcle* econômica.

É a mesma *Veja* que vem enxovalhando a honra de várias pessoas sem comprovar suas falsas denúncias. Elas, como os senhores sabem e aqui repito, sempre carecem de prova. Só há a fácil acusação, a covarde insinuação. Como eu disse, nenhuma prova. Essa prova, que é exigida por lei, ela nunca, absolutamente, nunca aparece. Onde estão, por exemplo, as provas dos dólares de Cuba em caixas de uísque? Onde estão as provas do envolvimento das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)? Onde estão as provas de que funcionários da Caixa Econômica sofreram tentativa de suborno para assumir culpa em episódio recente? Onde está a prova de que o Presidente Lula seria o sujeito oculto de organizações criminosas? Essas são apenas algumas das últimas imputações de capa no último ano, sem que nada, absolutamente nada ficasse provado, sem apresentação de uma única prova.

No meu caso, Srs. Senadores, eles dispensam até o acusador, já que as matérias não possuem nem aspas, com alguém a me acusar.

Vamos seguir linchando homens públicos a cada vindita publicada? A revista tem um passivo com os seus assinantes, leitores e o País em apresentar as provas de denúncias pretéritas e de denúncias recentes.

Quem não se recorda do estrago provocado na campanha contra o Sr. Eduardo Jorge? Como sempre, a acusação é uma acusação sem prova. Eu, sempre trazendo os documentos, produzindo a prova negativa, mostro as provas, o que os maledicentes nunca fazem, apesar da lei.

Quem acusa, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, tem o ônus da prova. Apresentarei as provas para aqueles que estão dispostos a ler provas. É puro delírio, insuflado por ressentimentos da política local, que encontram espaço fértil no mau jornalismo e pretendem contaminar parte deste Plenário.

Não é possível, Sr. Senadores, manufaturar a verdade. Não é possível confundir a liberdade com a libertinagem. Aqueles que desejarem, embarquem e dêem eco a quantas denúncias infundadas quiserem! Aqueles que por interesse inconfessável ou intolerância querem enxovalhar a minha honra, prossigam nessa desonesta campanha e haverão de pagar a leviandade na Justiça! Aqueles, Srs Senadores, que, por irresponsabilidade e caráter rasteiro, queiram fazer novas representações rabiscadas em guardanapos, baseadas em ouvir dizer, em fofoca, em recorte de jornal, que o façam. É do jogo democrático criticar, fiscalizar, cobrar. Eu responderei a todas, como fiz até agora, com altivez.

Eu não abaixo a cabeça para mentiras e covardias. Não esperem de mim que abdique do maior direito democrático, que é o amplo direito de defesa. Eu respeito a democracia. Sou vítima circunstancial de um de seus excessos. Mas exijo, Srs Senadores, devoção ao direito de poder provar a perfídia, a infâmia. Não esperem que eu seja sócio passivo de um rito sumário, de um julgamento sem processo legal, sem provas e sem defesa, que vem sendo pontificado em parte da mídia e multiplicado por interesses pontuais de meus desafetos na política regional. Repito: João Lyra e Heloísa Helena.

Eu me recordo de que, nos anos de repressão, Srs. Senadores, o PMDB obstruía as sessões do Parlamento contra a ditadura. Agora, vejo, com alguma incredulidade, que alguns ameaçam usar a obstrução contra a democracia, contra o direito sagrado de defesa, contra o processo legal, contra o contraditório. Esse é o valor da democracia. Todos podem agir livremente dentro da lei.

Eu respondo - já disse isto aqui e repito - pelos meus atos. Lá adiante, quando eu provar a minha inocência, espero que todos respondam pela sua precipitação, pela sanha acusatória e tentativas de subtrair o sagrado direito de defesa e fragilizar voluntariamente o cargo de Presidente do Senado Federal.

De minha parte, sigo com orgulho defendendo os interesses do Estado de Alagoas e respeitando, Srs. Senadores, a liberdade de imprensa. Mas reitero no plenário - estou convencido, o nosso único espaço - os negócios ocultos, os interesses secretos da Editora Abril, esses, sim, um escândalo de interesse nacional, e que estou mandando para o

Ministério Público Federal a fim de apurar, Srs. Senadores, a fraude que está sendo tentada com a venda da TVA, do Grupo Abril, para a estrangeira Telefônica, por quase R\$1 bilhão. Estou enviando hoje mesmo à Procuradoria-Geral, com pedido de investigação, o voto do Conselheiro Plínio de Aguiar, da Anatel, freando as obscuras pretensões da transação ilegal do Grupo Abril, que publica a revista *Veja*, essa que diz que apura e denuncia tudo o que prejudica o Brasil e os brasileiros.

A transação, Srs. Senadores, é uma fraude e fere o interesse nacional. Segundo o Conselheiro - e este voto está disponível na Internet -, a transação fere a lei, especialmente o art. 7º da Lei de TV a Cabo, que "não estaria sendo observado, uma vez que o seu objetivo é assegurar que as decisões em concessionárias de TV a cabo sejam tomadas exclusivamente por brasileiros, o que não ocorrerá no caso presente, uma vez [continua dizendo o Conselheiro] que as decisões do GTR estão sujeitas à aprovação pela Telesp, que é controlada por estrangeiros, que é controlada pela Telefônica".

Isso, sim, Srs. Senadores, deveria despertar o pendor investigativo do Senado Federal, responsável pelas concessões. Isso, sim, deveria aguçar o papel fiscalizador de toda a mídia, da livre concorrência. Isso, sim, é um escândalo de quem vive a apontar o dedo para os Poderes constituídos. Isso, sim, é vender ilegalmente participações de TV, concessões, pedaço de papel, para estrangeiros, prejudicando o interesse nacional.

Muito obrigado a todos.

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 07/08/2007

Casa Senado Federal

Tipo Fala

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Eu queria apenas responder rapidamente a V. Ex^a. A Casa sabe do respeito que tenho por V. Ex^a, tanto que, quando realizamos aqui a eleição para a Presidência do Senado e ganhei pela vontade dos Srs. Senadores, eu sequer comemorei em respeito a V. Ex^a e à nossa amizade.

Lastimo que V. Ex^a seja tão precipitado, porque V. Ex^a, mais do que ninguém, sabe da devassa a que estou submetido, da perseguição que sofro, coisas que muitos não agüentariam. V. Ex^a mesmo, se estivesse nessa situação, com os negócios que V. Ex^a tem, com as concessões que V. Ex^a tem, com os financiamentos bancários e estatais que V. Ex^a tem, talvez não agüentasse duas semanas de acusação como eu tenho agüentado. Mas eu não prejudicaria V. Ex^a; eu não seria leviano. Eu não o prejudicaria. Eu defenderia, até a última hora, o direito de V. Ex^a apresentar os argumentos contrários, o seu direito de defesa.

É isso que reivindico, porque é meu direito defender-me, em qualquer foro. Já pedi que o Ministério Público Federal fizesse a investigação. Quero responder à investigação. Já disse que vou para o Conselho de Ética, inclusive, a pedido de V. Ex^a. No entanto, se qualquer um da Casa, inclusive V. Ex^a, que eu admiro tanto, estivesse nessa situação, não teria de mim jamais um prejudicamento, não teria jamais uma ação persecutória, não teria jamais o comportamento com o qual, lamentavelmente, estou tendo que conviver, comportamento esse de algumas poucas pessoas.

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 09/08/2007

Casa Senado Federal

Tipo Discurso

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo novamente este espaço que é nosso, dos Senadores, para prestar contas e informar V. Ex^{as} sobre os desdobramentos da grave denúncia feita por mim desta tribuna na última terça-feira, que envolve, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Líderes partidários, uma tentativa de fraude à lei brasileira na transferência societária da TVA.

Uma denúncia, Sr. Presidente, essa sim, que fere a soberania nacional, agride os interesses brasileiros, estapeia a concorrência, desrespeita o mercado e rasga definitivamente a legislação brasileira.

Quero informar aos meus queridos Senadores e Senadoras, após a remessa ao Ministério Público, que é o fiscal da lei, por nossa Constituição, que envie, na data de hoje, expedientes complementares a autoridades brasileiras e internacionais sobre o

escuso e pantanoso negócio que está sendo tocado pela Editora Abril, que publica a revista *Veja*, para a venda do controle acionário da TVA para a Telefônica, a Telesp, de São Paulo.

Enviei, Sr. Presidente, hoje, ofícios à Polícia Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, cujo patriotismo de seus conselheiros não tenho dúvida alguma, que se encarregarão de abortar essa sombria transação ao Ministério das Comunicações, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Governo e ao Parlamento espanhol, sede da empresa Telefônica.

A operação pretende, Sr. Presidente, ilegalmente, repassar da Editora Abril para a Telefônica espanhola o controle de 100% de uma operadora de televisão, em São Paulo, com transmissão por microondas, ou MMDS, como é tecnicamente conhecida.

A mesma operação ameaça transferir 86,7% de uma operadora a cabo, a Comercial Cabo, também em São Paulo, e 91,5% de uma operadora no Sul do País, a TVA Sul, em Curitiba, Foz do Iguaçu, Florianópolis e Camboriú. A transferência desses percentuais, como os senhores sabem, para grupos estrangeiros é ilegal, imoral e o método sub-reptício é absolutamente reprovável. Para tentar fraudar a lei, ludibriar o País, a editora, que se arvora em guardiã da lei, que se autoproclama defensora dos interesses brasileiros, que vive a enxovalhar pessoas sem provas, é a mesma editora que recorre a métodos pouco ortodoxos de formação de um verdadeiro pomar, de um verdadeiro laranjal, tamanha a quantidade de "laranjas" criados se tal proposta for adiante.

Uma transação, Srs. Senadores, ilegítima, que venho combatendo e que, para satisfazer a cobiça de seus protagonistas, estava sorrateiramente sendo tocada.

Agora começo, e só agora começo, Senador Cristovam Buarque, a entender os motivos das denúncias mal costuradas, apressadas, ilógicas, inconsistentes, inverídicas. Só agora começo a entender, Senador Delcídio Amaral, as edições antecipadas da revista, o desespero em desmoralizar em desfavor da instituição que presido, a gana em me linchar com mentiras, leviandades, perseguições e, repito até ficar rouco, uma campanha persecutória sem provas, sem uma prova sequer.

Eles sabem, Sr. Presidente, o quanto lutarei para impedir que a ganância sem limites lese o interesse nacional. Não me silenciarão. Não temo os seus arreganhos, não me acovardo diante deles, não abaixo a cabeça para os seus interesses menores.

Queria comunicar à Casa, aos Líderes partidários que acabo de requerer formalmente todos os votos dos Conselheiros da Anatel que trataram deste assunto. É uma operação de R\$922 milhões, quase R\$1 bilhão, que há de ser impedida em nome do Brasil e em nome do povo brasileiro. E se já houve, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algum desembolso - e falam que já houve desembolso dessa operação - que encontrem a solução para desfazê-lo.

Espero que as autoridades brasileiras atuem de maneira enérgica, ponham um termo à operação e punam exemplarmente os envolvidos nela.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Líderes partidários, o Brasil não pode continuar sendo visto como campo fértil para o exercício da ambição de empresários antiéticos que tratam as leis do País com desrespeito.

Valho-me da oportunidade para informar também a Casa sobre documento que recebi, e mandei ao Conselho de Ética, da empresa Schincariol, desmentindo categoricamente a mentira publicada pela revista *Veja*, de que eu tenha, Srs. Senadores, interferido na transação de compra de uma unidade sua no Nordeste.

Mais do que desmentir o valor, que foi intencionalmente inflado pela revista para conferir, como os senhores sabem, ares de suspeita, a Schincariol desmonta a falsa imputação da revista de que eu teria atuado em benefício da compradora.

No documento oficial da empresa, Sr. Presidente, a Schincariol diz textualmente:

"A Schincariol está em dia com o Governo: não tem nenhum débito inscrito na Dívida Ativa da União, do Estado ou do Município exigível".

Esclarece a empresa frisando que, como tantas outras, possui débitos em discussão administrativa inclusive no INSS, cujos débitos são de empreiteiras que prestaram serviços para a companhia Schincariol.

Veja a que ponto chegam os maledicentes. Utilizam, Senador Arthur Virgílio, o covarde anonimato da Internet para disseminar falsas denúncias. Recebi, hoje, a mensagem da Sr^a Thereza Collor negando ser de sua autoria qualquer texto contra mim que circula na rede de computadores.

Para encerrar, eu gostaria de transmitir aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que estão chegando hoje à Polícia Federal os primeiros lotes de cheques depositados em minha conta bancária, lá no Estado, que comprovam as operações de venda de gado.

Aproveito a oportunidade também para reiterar que os Srs. Senadores podem contar com minha absoluta e integral correção de que os senhores verão que minha defesa está integralmente amparada em provas e que não sou dado, nunca fui dado, a arroubos nem serei algoz de ninguém, absolutamente de ninguém. Prefiro ser vítima a ser autor de injustiças. Se algo me credencia, me credenciou, me fez presidente desta Casa no 1º biênio e, agora, no 2º biênio foi exatamente o diálogo fácil que sempre tive com todos os Srs. Senadores, independentemente de partidos políticos. E vou fazer o que estiver ao meu alcance para que esse diálogo se mantenha alto, para que esta Casa do Congresso Nacional cumpra cada vez mais o seu papel, colaborando com o aperfeiçoamento institucional, com o crescimento da economia do Brasil, com a redução das desigualdades sociais, das desigualdades regionais e fazendo com que esta Casa seja uma instituição respeitada, porque o Brasil se fez no Parlamento e esta obra não está concluída. Para concluí-la, precisamos fazer concessões, precisamos vencer diferenças, precisamos aproximar posições, nós precisamos demonstrar ao Brasil que o Senado Federal é uma Casa madura, sabe o que quer e sabe que rumo deve perseguir.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Pronunciamento

Autor Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AL)

Data 14/08/2007

Casa Senado Federal

Tipo Discurso

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada dia, sinceramente, eu me convenço mais de que a paciência requer prática, requer prudência, requer muita ponderação. Sirvo-me, portanto, mais uma vez, desta tribuna, nosso espaço insubstituível, para reiterar a mais profunda indignação com a incessante campanha de imposturas da qual sou vítima. Mais do que isso, Sr. Presidente, utilizo este espaço sagrado para evitar que os fuxicos

irresponsáveis contaminem relações pessoais e relações políticas que tanto prezo nesta Casa do Congresso Nacional.

Sou, Sr. Presidente, como todos sabem, um homem comum. Cometo erros, tenho defeitos e virtudes, mas, quando estou diante deles, assumo minhas responsabilidades.

Agora que a fragilidade das acusações começa a ficar evidente, buscam, Sr. Presidente, fomentar a cizânia, criar mexericos, indispor-me com outros Senadores. Também, sinceramente, não vão conseguir. Trata-se de prática antidemocrática e repulsiva. Tenho a satisfação de poder dizer que só fiz amigos aqui, no Senado Federal. Mesmo aqueles cujas opiniões não convergem, em determinados momentos, com minhas opiniões são e continuarão sendo meus amigos.

Desprezo, portanto, qualquer forma de rancor e tenho, todos sabem, profundo respeito por todos os meus Pares, sem exceção. Não cometeria a imprudência e a indignidade - hoje mesmo, tive oportunidade de telefonar para a querida Senadora Marisa Serrano - de constranger absolutamente ninguém. Fiquem certos de que não tenho alma ou pendor para inquisidor.

Não vão conseguir, Sr. Presidente, como já disse, intrigar-me ou me indispor com ninguém. Declaro, de público, para desfazer, de uma vez por todas, notas jornalísticas maldosas, que tenho muito apreço e total respeito pelo Senador Jefferson Péres, caráter sem jaça, referência moral, figura ímpar a quem reconheço como paradigma a ser seguido no Senado Federal. Nunca deixarei de reconhecer isso. Já o fiz algumas vezes e volto a fazê-lo.

Igualmente, gostaria de repetir, de renovar, agora publicamente, meu apreço pelo Senador José Agripino. Todos sabem que os tensionamentos políticos, eventualmente, produzem discussões mais acaloradas do que nossa serenidade gostaria. Por isso, Sr. Presidente, novamente, venho, de público, abraçar o nobre Senador e reiterar a grande convivência que tenho com S. Ex^a.

Quem conviveu comigo sabe muito bem que defendo as soluções negociadas. Sou homem do diálogo, da concórdia, da convergência. Exacerbar as divergências é um grave erro, seja na vida partícula, seja nas disputas políticas. Tentar intimidar colegas é uma indignidade sem tamanho. Para isso, Sr. Presidente, ninguém, absolutamente ninguém, vai contar comigo.

Essa paparrotada que se renova a cada final de semana é promovida pela revista *Veja*, com a cumplicidade nefanda de meus poucos adversários na política regional, na política alagoana. Agora, finalmente, já conhecemos seus nomes, sobrenomes e faces. Um deles, Sr. Presidente, é acusado de vários homicídios, é processado por vários crimes de mando, responde a vários processos por sonegação fiscal, sendo, nessa questão específica, réu confesso. São interesses políticos mesquinhos, paroquiais, embalados pelo ressentimento e pelo rancor sem limites, levados para o lado pessoal, que giram essa manivela repulsiva da acusação fácil e da acusação irresponsável.

Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, é a disputa regional que essa gente atabalhoada quer trazer para o Senado Federal, com falsos ares de escândalo nacional, na tentativa de comprometer minha imagem e de alimentar a desestabilização da Presidência do Senado Federal.

Fui acusado - e o Brasil sabe -, sempre sem provas, das coisas mais absurdas, como a de me socorrer de recursos de terceiros para pagar a pensão de uma filha nascida de uma relação extraconjugal, como a de favorecer uma empresa e a de usar, Sr. Presidente, laranjas, para montar uma rede de rádios em Alagoas. Essas acusações - órfãs de seriedade e de elementos válidos de convicção - originaram três representações ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, todas elas, Sr. Presidente, absolutamente todas, sem exceção, insubsistentes, inconsistentes e inverídicas. Essas questões serão tratadas na hora certa, com toda serenidade, no fórum adequado.

É no Conselho de Ética que me tenho defendido das primeiras infâmias, produto de um esquema de chantagem, e me defendi das outras com a força da verdade que trago comigo.

Pela forma tortuosa das imputações, tenho sido obrigado, Sr. Presidente, diariamente, a produzir até mesmo a complexa prova negativa, à qual não estou obrigado, para desfazer as maledicências. Mas faço isso em respeito à instituição, que não pode ser maculada por uma campanha infamante como essa.

A todas as acusações, mesmo às mais absurdas, respondi com documentos autênticos e verazes. Nessa luta, a verdade, Sr. Presidente - o Brasil tem certeza -, é minha aliada total. Não me defendi com retórica, sempre com documentos.

Contribuo como posso para o bom andamento dos trabalhos de apuração, sempre - sempre mesmo - atendendo prontamente às solicitações do Conselho de Ética.

Já encaminhei todos os documentos, absolutamente todos. Em nenhum instante, procrastinei, até porque, Sr. Presidente - muitos já o disseram aqui, e quero repetir -, o maior interessado no julgamento, em que ficará cristalina minha inocência, sou eu.

Nunca misturei o público com o privado, nem tenho negócios e patrimônios subterrâneos. Rádios, nunca possuí, formal ou informalmente. Nem muito menos, Sr. Presidente, mantive sociedade secreta com qualquer pessoa. Meu mais recente detrator, depois da fácil acusação, agora, egresso do anonimato, mostra sinais de fraqueza e de recuo.

E foi com essa conduta, da correção dos meus atos, que também pedi ao Ministério Público Federal para me investigar, o que originou a ação no Supremo Tribunal Federal. O que fiz com o Senado Federal farei com o Ministério Público e com o Supremo Tribunal Federal. Pegarei todos os meus documentos, vou atravessar uma petição e entregarei, antes mesmo que me peçam, todos os meus sigilos, para que não haja absolutamente dúvida alguma sobre minha correção.

Tenho consciência das altas responsabilidades do mandato que me foi outorgado pelo povo de Alagoas. Não há atitude minha, repito, que desonre o Senado Federal ou que implique quebra de decoro parlamentar.

Matérias jornalísticas profundamente indignas, servindo a interesses subalternos e turvando fatos, objetivaram manter incógnita uma bilionária transação, de quase R\$1 bilhão, contrária ao interesse nacional, envolvendo o Grupo Abril, que publica a revista *Veja*, e a Telefônica que é a controladora da operadora Telesp, do Estado de São Paulo.

Ontem, eu dizia ao Senador Cristovam Buarque que tivemos conhecimento dessa criminosa operação pela publicação do voto do Conselheiro Plínio de Aguiar Júnior na Internet, se não me engano no dia 18, e, posteriormente, pelo voto do Conselheiro Sardenberg, que desempatou em favor da prévia anuência, para que essa trágica operação, essa operação danosa ao interesse nacional pudesse realizar-se. Como V. Ex^{as} sabem, a lei brasileira proíbe que operadoras de telefonia tenham televisão e também que o capital internacional tenha mais de 20% das empresas de televisão no Brasil. É um crime flagrante. É uma coisa que não pode ser contornada. É uma operação de quase R\$1 bilhão. É isso que precisa ser denunciado.

Outro dia, vi, na minha cidade, Murici, uma rádio comunitária sendo apresentada numa rede de televisão como uma rádio FM. Seria importante que essa rede de televisão

adquirisse essa rádio FM, para que pudéssemos comparar o valor das operações e o que isso significa do ponto de vista do interesse do nosso País.

Confio, Sr. Presidente - já vou encerrar -, na isenção dos Senadores e das Senadoras.

Não reviverei - todos tenham certeza - o processo de Sócrates, condenado a beber cicuta na prisão de Atenas por um tribunal político que julgou em nome de ressentimentos e por motivos distanciados da verdade.

Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^{as} a atenção e reafirmo que, com a força da verdade, deitarei por terra essa campanha orientada e posta em prática por meus adversários regionais, cúmplices de uma revista que desonra o jornalismo brasileiro.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.